

Parte III

A república dos brasileiros

O que é uma república? Esta pergunta tem sido respondida de diversas maneiras pelas sociedades humanas através dos tempos. Nos dias de hoje, no Brasil, como poderíamos respondê-la? Vamos supor que estamos fazendo uma pesquisa de opinião e ouvindo as pessoas na rua sobre esse tema. Podemos imaginar uma resposta. Por exemplo: *“É a forma de governo em que os cidadãos elegem os seus governantes por um prazo determinado, ao contrário da monarquia, em que o poder é hereditário e vitalício.”* Uma boa definição, mas que se mostra pouco informada a respeito dos modernos regimes monárquicos em que o povo, apesar de não escolher seu rei ou rainha, elege o chefe de governo e os membros do Poder Legislativo. Mesmo assim, continua sendo uma boa resposta, pois identifica dois princípios gerais do regime republicano: a **soberania popular** – isto é, o poder é do povo, cabe a ele a decisão final sobre a melhor forma de organização do país – e a **provisoriidade dos representantes eleitos** por esse mesmo povo.

Na história do mundo ocidental, os regimes monárquicos absolutistas predominaram durante muito tempo. No século XIX, como uma consequência das revoluções liberais, o absolutismo foi sendo substituído por monarquias constitucionais ou por repúblicas. Enquanto as primeiras permaneceram muito fortes na Europa até a Primeira Guerra Mundial, na América as repúblicas dominaram o cenário político desde a primeira metade do século XIX.

No Brasil, a república tornou-se realidade no final do século XIX. A mudança de forma de governo trouxe, como vimos nas últimas aulas, desconfiças e conflitos para todos os gostos. Mas, com ela, novas esperanças de participação também vieram à tona. **Será que agora, com o fim da escravidão e com a possibilidade de maior envolvimento político, o país encontraria seu rumo e se tornaria uma nação moderna?**

Essa questão marcou, e marca, toda a nossa trajetória republicana, que já dura um pouco mais de cem anos. Nas próximas aulas, você acompanhará os diversos momentos da nossa história republicana. Verá que a república que construímos teve muitas caras, muitas faces. A república dos brasileiros foi, e tem sido, marcada pela **instabilidade** e pela **diversidade**. Afinal, nossa república teve de formar os estados da federação, os diferentes grupos sociais (que se espalharam e ganharam força), os costumes políticos e as invenções culturais. São muitos e muito distintos os personagens e as situações. Nossa viagem agora é pelas diferenças. De agora em diante, você percorrerá um longo e sinuoso trajeto. Um caminho que continuamos a trilhar e a construir.

Módulo 8

As bases da Primeira República

Em aulas anteriores, você pôde perceber que foi muito mais fácil para os republicanos civis e militares promover a derrubada do Estado monárquico do que construir a nova ordem republicana. O que fazer? Como o governo federal poderia recuperar o controle da situação política, até então marcada pela instabilidade?

Nas próximas três aulas, você poderá acompanhar essa questão. Verá ainda que o país passava por um importante processo de modernização econômica. Naqueles tempos de predomínio do café, surgiam as indústrias e cresciam as cidades. E, com elas, ganhavam força novos segmentos sociais: os industriais e os operários.

Em nossa viagem, estamos desembarcando no século XX.

“É dando que se recebe”

Abertura

A esta altura, você já pôde perceber que iniciamos o terceiro bloco de nosso curso. Entramos na República, depois de viajar pela Colônia e pelo Império.

Há muitas maneiras de iniciar nossa passagem pela República. Escolhemos um ditado que já se tornou popular no Brasil: **“É dando que se recebe”**.

Em situações de disputa pela distribuição de cargos públicos ou de verbas para a realização de obras, volta e meia esse princípio é utilizado. Significa que, em troca do apoio de um político a alguma lei enviada ao Congresso pelo Executivo, alguma recompensa o político deve receber.

Esse assunto tão importante e atual tem raízes antigas na história do Brasil, atravessa a República e permanece em nossa memória. Vamos entender suas origens?

Movimento

Vamos acabar com a instabilidade! A política dos governadores

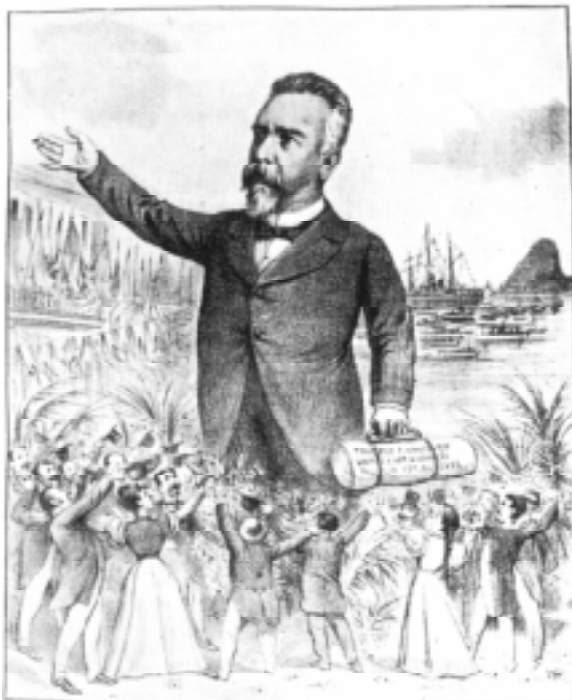
Os primeiros dez anos da República brasileira caracterizaram-se por intensos conflitos entre diferentes grupos da sociedade: dos representantes políticos da classe dominante com os militares, dos próprios políticos entre si, e entre os políticos e o povo. Todos queriam controlar o poder, tinham interesses diversos e discordavam em suas concepções de como organizar a República.

Acrescente-se a isso a existência de uma crise econômica e financeira constante, caracterizada por inflação, endividamento externo, gastos excessivos do governo e declínio dos preços dos produtos de exportação.

Como resolver todos esses problemas?

Depois de muitos conflitos, e com o fortalecimento dos grupos políticos ligados aos cafeicultores de São Paulo, algumas saídas começaram a ser pensadas: a volta dos militares aos quartéis, o controle da participação das camadas populares e dos conflitos entre grupos dominantes e, por fim, o desenvolvimento de uma política de saneamento da crise financeira.

No fim do governo de Prudente de Moraes (1894-1898), alguns desses desafios já tinham sido contornados, com a derrota dos militares jacobinos e seu afastamento do palco dos acontecimentos políticos. Também a revolta de Canudos foi sufocada, eliminando um foco de contestação ao regime na área rural.



O caricaturista retratou Campos Sales voltando da Europa e dizendo aos concidadãos que havia muita esperança no futuro da república.

Fonte: Isabel Lustosa

Mas muito restava para ser feito quando, em 1898, Campos Sales foi eleito presidente. Era preciso consolidar a República, e o novo governo direcionou sua atuação para dois objetivos:

- a renegociação da dívida externa do país com os banqueiros estrangeiros e a elaboração de um plano para equilibrar as finanças brasileiras;
- adoção da **política dos governadores**.

Na aula de hoje, vamos estudar a montagem e o funcionamento **da política dos governadores**. Essa política caracterizou a Primeira República, ou República Velha – o período que se estende de 1889 até a Revolução de 30. O que vem a ser isso?

A idéia central que presidiu a organização da política dos governadores foi o **compromisso**. Conforme já dissemos, as oligarquias, isto é, os grupos de políticos que dominavam os Estados, viviam brigando entre si pelo controle do poder. Essas disputas se expressavam especialmente nos momentos de eleições, tanto para o Executivo como para o Legislativo, nos municípios, nos Estados e no país.

Na Primeira República não havia Justiça Eleitoral independente nem voto secreto. Sempre, ao final das eleições, havia dúvidas acerca de que candidatos haviam sido legitimamente eleitos. Isso gerava conflitos intermináveis e uma forte instabilidade do Congresso. E o presidente da República tinha dificuldades de construir uma base de apoio sólida para garantir a aprovação de seus projetos.

Esse problema não era uma novidade da República, pois conflitos semelhantes já ocorriam no Império. A grande diferença era que no regime monárquico existia um grande árbitro – o imperador, que, no exercício do Poder Moderador, controlava os conflitos entre os diferentes grupos e promovia seu revezamento no poder.

Em tempo

Na ausência da Justiça Eleitoral, desenvolveram-se inúmeras formas de fraude que receberam nomes engraçados. Você conhece as expressões **curral eleitoral** e **degola**?

- **curral eleitoral:** na República Velha, era um lugar próximo do local de votação, para onde eram levados os eleitores das áreas rurais, no dia de eleição. Cada “coronel”, ou chefe local, tinha o seu curral, e aí distribuía aos eleitores envelopes fechados contendo as células dos candidatos em que eram obrigados a votar. Era o voto conhecido como “de cabresto”, porque o eleitor era dominado por um freio, como uma montaria, ou “marmita”, porque já vinha pronto. Depois da votação, os eleitores recebiam uma refeição e eram levados de volta para casa.
- **degola:** era a eliminação dos candidatos ao Legislativo que não tinham sido aprovados pelos governos dos Estados. O problema era que não bastava ganhar a eleição, era preciso ser confirmado. E nem sempre os vitoriosos eram aprovados. Ganhavam, mas não levavam!

Em tempo

O jogo de cartas marcadas nas eleições da Primeira República.

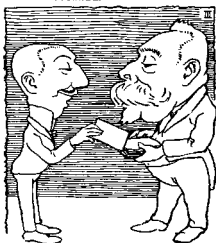
Fonte: Isabel Lustosa



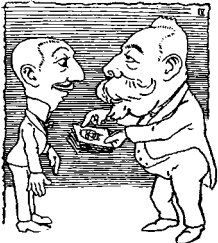
1. Vou lhe mostrar como se faz a coisa na perfeição.
— Escolha uma carta.
— Está escolhida.



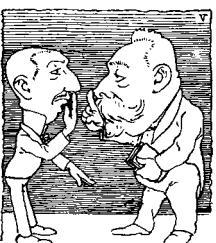
2. Veja que carta escolheu, que eu fecho os olhos.
— Está vista.



3. Agora ponha a carta no baralho para eu adivinhar.
— Está posta.



4. A carta que escolheu é esta: ás de espadas.
— Está certo.



5. Eu lhe ensino a mágica, mas jure guardar segredo.
— Está jurado.



6. Pois é isto: o baralho é de cartas iguais, todas ás de espadas.
— Está supimpa!

A política dos governadores tinha como objetivo encontrar uma saída para esses problemas. Ela deveria, antes de mais nada, fortalecer a posição do presidente da República e dos governadores de Estado em face dos deputados. Mas como isso seria feito? Mediante um acordo que eliminaria as brigas, mas não necessariamente as fraudes.

No momento das eleições para o Legislativo federal, os governadores fariam a lista dos candidatos dos seus respectivos Estados que deveriam ser eleitos. Uma vez eleitos, esses parlamentares tinham a obrigação de apoiar sempre o presidente da República. Em troca, o governo federal dava total liberdade ao governador do Estado que o estava apoiando para controlar seus opositores e promover perseguições políticas e violências. Além disso, também eram concedidos, ao governador, verbas para a realização de obras e o direito de nomeação para cargos públicos.

Esse tipo de acordo também acontecia entre os governadores e os chefes municipais – os prefeitos – e entre os prefeitos e os seus amigos “coronéis”, grandes proprietários rurais que controlavam os eleitores.

Como você pode perceber, existia uma corrente em que cada um trocava favores com outros. O nome desse acordo era **pacto oligárquico**. Ele tinha por base o compromisso coronelístico, ou seja, a troca de favores políticos entre as oligarquias e os coronéis.

Esse tipo de comportamento foi retratado em muitas obras da **literatura brasileira** e em **programas de TV**. A novela *Gabriela*, inspirada num livro de Jorge Amado, nos mostra a atuação de vários personagens desse sistema. Ramiro Bastos, grande fazendeiro de cacau e chefe político do município de Ilhéus, controla toda a vida local, lidera outros coronéis e persegue duramente seus adversários políticos, com a concordância do governador.

Você conhece outros exemplos?

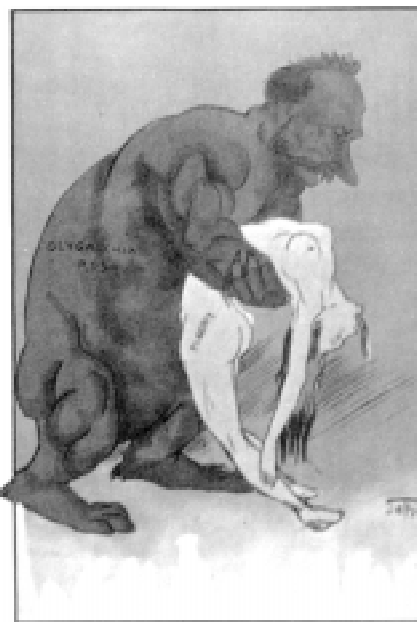
Em tempo

O federalismo desigual

Mas é importante compreender que nesse acordo entre as oligarquias não havia uma igualdade em todo o país. Existiam grupos regionais que eram muito mais poderosos que outros, dependendo dos Estados que controlavam. Por exemplo: as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais tinham uma posição privilegiada, e por isso esses Estados eram chamados de “primeira grandeza”.

A seguir, tínhamos os Estados de “segunda grandeza”. O Rio Grande do Sul ocupava uma posição especial nesse grupo, que compreendia ainda os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Por fim, vinham os chamados “estados satélites”, de poder político e econômico reduzido.

Como você pode ver, existia uma **hierarquia** entre os Estados. Conseqüentemente, o grau de autonomia de cada um era diferente. De fato, a descentralização definida pela Constituição de 1891 estabelecia um federalismo desigual, pois os Estados mais fracos não tinham autonomia e sofriam constantes intervenções do governo federal, controlado em geral pelas oligarquias de Minas e São Paulo.



À esquerda, a caricatura de Nogueira Accioly, “dono do Ceará”. À direita, caricatura do oligarca pernambucano, Rosa e Silva, abraçando o Piauí.

Na obra *Terras do sem fim*, ao relatar conflitos políticos em Ilhéus, o autor Jorge Amado usa o personagem Virgílio, advogado contratado pelos coronéis, para anunciar esta ameaça:

O governo estadual se afastava cada vez mais do federal e era certo para quem tivesse visão que não ia poder se manter no poder nas próximas eleições. Ou talvez caísse antes. Havia na Bahia quem falasse que haveria intervenção federal no Estado.

Em tempo

Últimas palavras

A política dos governadores foi eficaz porque conseguiu resolver alguns problemas que ameaçavam a estabilidade da República brasileira. Ao mesmo tempo, seu funcionamento resultou no enorme fortalecimento dos grupos leais ao governo – a **situação** – em detrimento dos grupos de **oposição**. Com isso, tornava-se praticamente impossível o rodízio do poder, um dos fundamentos do Estado democrático.

Essa forma de fazer política dificultou muito a organização e o fortalecimento dos partidos políticos no Brasil. Durante a Primeira República, não se desenvolveram partidos nacionais, apenas partidos regionais, com programas não definidos. Esses partidos baseavam suas práticas na troca de favores, no “é dando que se recebe”. Outra consequência foi a exclusão da participação política imposta às camadas populares, que se sentiam pouco estimuladas e muito restringidas.

É verdade que o crescimento das cidades e a diferenciação das atividades, especialmente a expansão da indústria e do comércio, permitiram o desenvolvimento de movimentos da classe trabalhadora, como greves, “quebra-quebras”, iniciativas de organização sindical. Nos centros urbanos, a liberdade de circulação de pessoas e de idéias era muito maior. Mas, com tudo isso, a vida política não se diferenciava muito daquela que vigorava no interior rural.

Mesmo no Rio de Janeiro, capital da República e principal centro do país, as eleições, como diz o historiador José Murilo de Carvalho, eram “uma operação de capangagem”, pois os chefes políticos das diferentes freguesias da cidade criavam constantes tumultos para evitar a participação de seus opositores, especialmente se pertencessem às camadas populares.

Hoje vimos o modo de fazer política na Primeira República. Na próxima aula, examinaremos como os grupos dirigentes brasileiros enfrentaram as questões econômicas que ameaçavam a estabilidade do regime republicano.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Vamos acabar com a instabilidade! A política dos governadores** e explique por que a política dos governadores eliminou as brigas mas manteve as fraudes.

Exercício 2

Dê um novo título a esta aula.



Estado e economia na Primeira República

Abertura

Alguém já disse, com razão, que todo brasileiro é, ou gostaria de ser, técnico de futebol. Basta a seleção brasileira jogar para todo mundo começar a dar palpite. Somos grandes palpiteiros.

Ultimamente, uma das manias nacionais tem sido falar também sobre a economia brasileira. Em todos os telejornais existe a figura do comentarista econômico. Muitos de nós já estão mais familiarizados com a difícil linguagem dos economistas, o “**economês**”. Nestes tempos de sucessivos planos econômicos, de forte presença do Estado na definição dos rumos da economia, muitos sabem que qualquer medida do governo pode afetar a vida de muita gente. É natural, por conseguinte, tanto interesse.

Na Primeira República, a história era outra. Política econômica era um tema para poucos. O café era o eixo fundamental da nossa economia, e o poder público interferia bem menos que nos dias de hoje.

Nesta aula, veremos como o Estado se fazia presente naquela economia agroexportadora. Examinaremos ainda os principais fatores responsáveis pela expansão da indústria nas primeiras décadas do século XX.

Salvar o café

Movimento

O Império caiu, mas o “rei café” não perdeu a majestade. Na década de 1890, a produção cafeeira viveu um crescimento vertiginoso. A produção média aumentou de 6,5 milhões de sacas entre 1891 e 1895 para 11,7 milhões entre 1896 e 1902.

Esse fato certamente está relacionado, entre outros fatores, ao aumento da procura do produto no plano internacional e, ainda, ao grande movimento de imigração naquela última década do século XIX.

Entre 1888 e 1900 [ingressaram no Brasil] cerca de 1.400.000 pessoas, das quais 890.000 se fixaram em São Paulo.

João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*, p. 124

Estava finalmente equacionado o problema da falta de braços para a lavoura cafeeira, que por muito tempo havia atormentado o espírito dos produtores.

Em tempo

Desvalorizar nossa moeda quer dizer que ela valerá menos em relação à moeda de outro país, no caso, o dólar.



Pintura a óleo de Cândido Portinari

Deflacionar quer dizer diminuir a quantidade de dinheiro em circulação. Quanto mais dinheiro houver em circulação, maior a chance de aumentar a inflação.

A euforia expansionista logo enfrentaria problemas. O grande aumento da produção, ao lado da diminuição da procura, foi responsável por uma queda acentuada dos preços no mercado internacional. O recurso utilizado para compensar as perdas eram as constantes desvalorizações da moeda nacional que ocorriam naqueles difíceis anos iniciais da República.

A desvalorização da moeda nacional tem reflexos importantes na economia de um país. Um deles é o encarecimento dos produtos importados, o que prejudica os importadores e consumidores desses bens.

Já para os exportadores, a desvalorização torna-se lucrativa, pois lhes garante mais recursos na conversão da moeda internacional pela nacional.

Assim, naqueles tempos de queda nos preços do café, a desvalorização da moeda era muito bem vista pelos cafeicultores. Dessa forma, eles podiam manter suas margens de lucro. Isso não ocorreria se houvesse uma política de valorização da moeda, pois eles seriam obrigados a arcar com seus prejuízos.

Essa situação, no entanto, não durou muito tempo. Na gestão do presidente Campos Sales (1898-1902), adotou-se um rígido programa econômico voltado para enfrentar os problemas decorrentes do desequilíbrio das contas do governo e da virtual incapacidade do país de honrar seus compromissos externos.

Para isso, Campos Sales obteve um empréstimo externo de 10 milhões de libras. Em troca, o governo comprometeu-se a acertar as contas externas e a estabilizar a economia por meio de uma política contencionista, **deflacionária**, que retirava parte do papel-moeda de circulação.

Isso significava, também, uma política de **valorização da moeda**. Essa política, como sabemos, afetava a já **debilitada** economia cafeeira.

A situação do café tornou-se ainda mais crítica no governo de Rodrigues Alves (1902-1906). A queda acentuada de preços não abalou a decisão do presidente da República, que se recusava a proteger o produto por meio da desvalorização da moeda ou de qualquer outro mecanismo de natureza econômica.

Diante disso, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniram-se na cidade paulista de Taubaté para adotar uma nova política cafeeira. Foi então assinado o **Convênio de Taubaté** (1906), que estabeleceu as seguintes diretrizes:

- a crise era de tal ordem que se fazia necessária a **intervenção do poder público no mercado**;
- os Estados deveriam obter um empréstimo externo para **comprar e estocar os excedentes de café**;
- era necessário criar mecanismos que impedissem a **excessiva valorização da moeda e novas crises de superprodução**.

Esboçava-se aí uma **política de valorização do café**. Mas, como os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro não assumiram de fato a orientação do convênio, São Paulo tratou de agir. Obteve empréstimos externos e,

em fim de 1907(...)comprou cerca de 8,2 milhões de sacas [de café], que foram armazenadas nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos.

Boris Fausto, História do Brasil, p. 267

Só em 1908, no governo do presidente Afonso Pena (1906-1909), o governo federal avalizou o empréstimo de 15 milhões de libras que o Estado de São Paulo requereu para intervir com maior rigor no mercado do café.

Os resultados foram imediatos. Já em 1909, os preços começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912. O sucesso do empreendimento consolidou a presença federal no setor cafeeiro. As crises do café, a partir de então, deixaram de ser apenas um problema dos cafeicultores e do Estado de São Paulo: transformaram-se em uma questão nacional, assumida pelo governo federal.

A força dos interesses cafeicultores expressou-se também em 1921, quando novamente o governo federal interveio no mercado e promoveu novas **valorizações do produto**.

Em síntese, como se percebe, não foram muito fáceis as relações do governo federal com os interesses do café. Entre 1898 e 1906, o poder público federal optou por adotar ou manter programas de estabilização econômica. Com isso, teve de enfrentar fortes pressões do setor cafeeiro, interessado em medidas que protegessem o produto, como a desvalorização da moeda. Após o Convênio de Taubaté, o setor obteve vitórias expressivas até assegurar a garantia do governo federal.

A partir daí, a política econômica brasileira adotou uma postura de maior proteção ao café até meados da década de 1920, quando o Estado de São Paulo assumiu a defesa permanente do produto.



Fazendeiro de café inspeciona a plantação.

Nas próximas aulas, você verá que ocorreram novos embates entre o setor cafeeiro e o governo federal no final da década de 1920.

Tudo isso nos leva a duas importantes conclusões sobre as relações do Estado com os interesses cafeeiros nas primeiras décadas republicanas. Primeira: eram inegáveis a força e a importância do setor cafeeiro, que teve na elite política paulista seu principal porta-voz. Segunda: não houve, por parte do governo federal, mesmo nos governos de presidentes paulistas, uma defesa intransigente e permanente do café. Ocorreu o que o economista Winston Fritsch chamou de uma “política cambiante”, que ora agia no sentido de garantir o equilíbrio econômico, ora protegia o café (Winston Fritsch, *Sobre as interpretações tradicionais sobre a lógica da política econômica na Primeira República*, p. 342).

Isso nos leva a crer, portanto, que o governo federal, mesmo reconhecendo a força do café e atendendo várias vezes às suas reivindicações, não podia deixar de levar em conta o equilíbrio econômico – e outros interesses que também o pressionavam, no plano externo e interno.

Pausa

Explique o que você entendeu por política de valorização do café.

Expansão industrial e urbana

Na passagem do século XIX para o século XX, outros produtos primários se destacaram na nossa pauta de exportações. Dois deles merecem ser citados: o cacau e a borracha. O primeiro cresceu no sul da Bahia, embalado pelo aumento do mercado externo.

A produção baiana atingiu a marca de 13.000 toneladas, recriando passageiramente, com as importações inglesas, a prosperidade dos latifundiários daquela região. Logo depois [por volta de 1900], os ingleses, que haviam investido na Costa do Ouro, sua colônia, deixaram de importar, o que levou à estagnação e à crise da produção baiana.

Francisco Alencar e outros, *História da sociedade brasileira*, p. 191

A produção da borracha na Amazônia não foi muito diferente da do cacau baiano. Após um breve período de grande expansão, que se prolongou do fim do século passado até 1914, a produção entraria em franca decadência como resultado da forte concorrência externa das colônias inglesas, francesas e holandesas.

Mas, se nessas regiões parecia que a história brasileira se repetia como nos tempos da América portuguesa, em algumas grandes cidades do Sudeste a situação era bem diferente.

Vivia-se uma época de transformações nos costumes, no comportamento, muito impulsionadas pelas novas tecnologias e pelo clima de otimismo que aqui chegavam.

Era a época do progresso, no mundo e no Brasil.

Em tempo

A euforia tomou conta do planeta. (...) Os povos saúdam, cheios de encantamento, o advento do século XX.

(...) De repente, após milênios de civilização, o homem tinha em seu poder engenhos inacreditáveis: um carro que anda sem precisar de cavalos, um fio que instantaneamente transmite mensagens de um continente a outro, uma lâmpada sem gás, nem pavo, um aparelho para conversar com pessoas a longa distância, outro para tirar retratos perfeitos como um espelho, (...) uma tela mágica onde são projetadas imagens de pessoas, bichos e coisas movendo-se animadamente, igualzinho à vida real... E para coroar este festival de deslumbramento, vira realidade o mais caro sonho do ser humano: voar!

Nosso Século: 1900-1910, p. 55

Em meio a tudo isso, cresciam também as atividades industriais, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pouco a pouco, a economia agroexportadora brasileira se modernizava.

Na Aula 18, vimos que, na segunda metade do século XIX, surgiram alguns empreendimentos industriais. No final do século, com o avanço da imigração estrangeira, a atividade industrial brasileira ganhou corpo. As cidades cresciam de importância e, com elas, ampliava-se o mercado consumidor.

Foi na maior dessas cidades, o Rio de Janeiro, que a atividade industrial se desenvolveu com maior força naquele final do século XIX e início do século XX.

Além do mercado consumidor em franca expansão, havia, na capital federal, comerciantes e banqueiros que se interessavam em investir parte de seus capitais em novas atividades, como as industriais.



Expansão urbana no começo do século XX.

Fonte: *Nosso Século*

Formaram-se, assim, tanto grandes fábricas produtoras de tecidos e cerveja e grandes moinhos de trigo como pequenas e médias oficinas produtoras de calçados.

Em São Paulo, a indústria também acompanhou a expansão da cidade. Boris Fausto afirma que, de 1890 para 1900,

a população paulistana passou de 64.934 para 239.820 habitantes, registrando uma elevação de 268% em dez anos...

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 286

Esse espetacular crescimento se relacionava ao enorme impulso que o café alcançara nas terras paulistas naquela passagem do século XIX para o XX. E, **à sombra do café, cresceria a indústria paulista.** Vejamos como isso ocorreu.

Como você já deve saber, formou-se em São Paulo um conjunto de atividades econômicas que giravam em torno do café. Alguns autores chamaram esse conjunto, que envolvia a produção, a distribuição, o financiamento e a comercialização do produto, de **complexo cafeeiro**.

Todas essas atividades foram fundamentais para a criação de fatores responsáveis pela expansão industrial. Por exemplo: com a grande imigração para as atividades cafeeiras, criava-se um mercado consumidor para os produtos industriais; com a expansão das estradas de ferro, ampliava-se o mercado para o interior do Estado.

Além disso, os capitais investidos no café passaram também a ser aplicados na indústria.



Fábrica em São Paulo.

Em tempo

O papel dos imigrantes na industrialização de São Paulo foi dessa forma descrito por Boris Fausto:

Os imigrantes surgem nas duas pontas da indústria, como donos de empresa e operários. (...) Eles tiveram um papel fundamental nas empresas manufatureiras da cidade de São Paulo, nas quais, em 1893, 70% de seus integrantes eram estrangeiros.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 287

A indústria paulista, que pela força do café logo tornou-se a mais importante do país, também se caracterizou como uma indústria de bens de consumo não-duráveis (tecidos, alimentos).

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), esses ramos da indústria brasileira ganharam maior força. O conflito internacional diminuía a concorrência externa e permitia uma ocupação maior do mercado brasileiro por produtos nacionais.

Mas foi apenas no pós-guerra que se iniciou um processo mais consistente de mudança do perfil limitado da nossa indústria. Na década de 1920, foi criada a primeira indústria siderúrgica no país, a Belgo-Mineira. Iniciava-se assim a implantação da chamada **indústria de base**, fundamental para romper com a dependência externa e garantir um ritmo mais acelerado de desenvolvimento.

Em tempo

Você saberia dizer quais são os limites de uma industrialização baseada apenas nos bens de consumo não-duráveis?

Sabe de cabeça?

Ótimo! Responda logo para não esquecer.

Não sabe ainda? Pense um pouco, discuta com seus companheiros de trabalho, pesquise nos livros de História.

Últimas palavras

Para finalizar, voltemos ao Estado.

O Estado procurou, muitas vezes, proteger o café. O que dizer de sua relação com a indústria? O Estado também protegeu, ou simplesmente desconheceu a importância das atividades industriais?

Essa é uma antiga controvérsia entre os historiadores, que se prolonga até hoje. Há os que afirmam o caráter inteiramente antiindustrializante da política governamental, e os que dizem que não era bem assim, que a política de desvalorização do câmbio encarecia os produtos importados e assim defendia a indústria nacional.

Em um ponto, porém, há consenso: **não havia uma política de estímulos à indústria**. Ela não era a prioridade do governo naquelas décadas de predomínio da agroexportação.

Na próxima aula, estudaremos um pouco a vida da sociedade industrial brasileira: o empresariado e o mundo do trabalho. Não perca!

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Expansão industrial e urbana** e explique a frase contida no texto da aula: "...à sombra do café, crescerá a indústria paulista".

Exercício 2

Releia o item **Salvar o café** e explique por que os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro promoveram uma ampla intervenção no setor cafeeiro no governo do presidente Rodrigues Alves.

A formação da sociedade industrial brasileira

Abertura

Vamos viajar hoje pelo mundo da fábrica. Imagine-se como um trabalhador que ingressa pela primeira vez em uma grande indústria. Você, como qualquer outro novato, ficaria certamente atordoado com o barulho daquelas máquinas modernas e com o trabalho incessante dos operários. Tudo funciona como um relógio; cada minuto é importante; o tempo é racionalizado; as máquinas ditam o ritmo da produção; o trabalho é coletivo e disciplinado.

Se, nos dias de hoje, tempo das novas tecnologias e da informática, ainda nos impressionamos com tudo isso, imagine o impacto que a introdução do sistema de fábrica deve ter causado muito tempo atrás – na Europa, no início do século XIX, e no Brasil, cerca de cem anos depois.

Como será que era viver essa nova realidade? Um importante escritor francês, perplexo com a grande indústria inglesa, assim descreveu o mundo fabril:

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade; aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.

Alexis de Tocqueville, 1835, citado por Eric Hobsbawm, A era das revoluções, p. 43

Em tempo

Nesta aula, vamos estudar algumas características básicas da sociedade industrial. Vamos ver também como determinados segmentos da sociedade brasileira viveram todas essas transformações no início do século XX.

Sociedade industrial

Charles Chaplin lançou, em 1936, uma de suas obras-primas: o filme *Tempos Modernos*. Nele, Chaplin apresenta o mundo moderno industrial de forma poética e crítica. Há cenas que se tornaram clássicas na história do cinema mundial; em uma delas, o protagonista, Carlitos, se vê engolido pelas enormes engrenagens industriais; em outra, enlouquece e sai apertando parafusos imaginários por toda parte. No filme, não são os homens, mas as máquinas que emitem sons.

Movimento

Os dramas contidos no filme de Chaplin eram parte constitutiva daquela nova sociedade urbano-industrial que se gerara na Europa desde a Revolução Industrial. Com a introdução da máquina no processo produtivo, as sociedades humanas mudaram o rumo da história, pois tornaram-se

capazes da multiplicação rápida, constante e até opresente ilimitada, de homens, serviços e mercadorias.

Eric Hobsbawm, *A era das revoluções*, p. 44

Com a Revolução Industrial, a fábrica transforma-se na sede da nova sociedade. Nela são geradas muitas mudanças. O trabalho torna-se cada vez mais coletivo e intenso. O mercado em expansão exige novos métodos que racionalizem o esforço dos operários. O tempo passa a ser visto como o tempo da fábrica.

Em tempo

Na sociedade pré-industrial, a noção de tempo era bem diferente. A vida e o trabalho não tinham o caráter de regularidade como na fábrica. Dependendo da atividade, o trabalhador poderia passar determinadas épocas sem nenhuma ocupação. Era muito comum o trabalho por tarefas, e muitas pessoas faziam seu próprio horário.

Essa cultura não condizia com a sociedade industrial. Com a fábrica, criou-se um discurso em favor do tempo útil, contra a ociosidade. Repare no texto a seguir:

*Preguiça, silenciosa assassina, não maistinhas minha mente aprisionada
Não me deixes nenhuma hora mais contigo, sono traidor*

Citado por Edgar de Decca, *O nascimento da fábrica*, p. 16

Em meio a tudo isso, formava-se o empresariado industrial, que se apropriou das idéias baseadas na **livre iniciativa** para romper com os monopólios e entraves produzidos pelo Estado.

As relações de trabalho também sofreram profundas alterações no mundo da fábrica. Entrou em cena o **contrato de trabalho** entre o empresário e o trabalhador. Nele, estabeleceu-se um acordo com regras fixas e objetivas (valor do salário, horas de trabalho, punições).

Agora, a tendência era o afastamento do empresário do contato direto com seus empregados. Reduziu-se o caráter paternalista tão presente no mundo pré-industrial. Estavam fixadas as bases da sociedade liberal-capitalista.

Essas transformações não foram vividas sem problemas nas sociedades européias. Na Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, iniciou-se um movimento de quebra de máquinas; protestava-se contra a perda de postos de trabalho e contra a rígida disciplina estabelecida pela fábrica; nesse movimento,

os quebradores de máquinas distinguiram entre aqueles tornos de fiar (...) apropriados para a produção doméstica, e que não destruíam, e aqueles outros mais amplos, apropriados exclusivamente para a sua utilização em fábricas, que destruíam

David Dickson citado por Edgar de Decca, *O nascimento da fábrica*, p. 31

☐ Livre iniciativa é uma crença na liberdade de comércio e de produção. De acordo com ela, cada vez menos o Estado intervém nas atividades econômicas da sociedade.

Correntes ideológicas são formas de expressão de idéias, de propostas, de visões de mundo ou de governo.

Gradativamente, o operariado inglês buscou novas formas de organização para resistir às enormes jornadas de trabalho e às péssimas condições de vida. Era o início do **movimento sindical**, que se desenvolveu na Inglaterra e em vários outros países europeus no decorrer do século XIX.

Paralelamente, surgiram correntes ideológicas anticapitalistas, organizadas em movimentos ou partidos políticos, que passaram a exercer forte influência no movimento sindical. Entre outras, destacaram-se as correntes **anarquista** (que defendia a supressão do Estado) e **socialista-marxista** (que propunha a revolução proletária e a instalação de um governo de trabalhadores).

No final do século XIX e início do século XX, o movimento sindical já ganhara maior densidade social e política, o que resultou em importantes conquistas para os trabalhadores.

Primeiros industriais no Brasil

Como vimos na Aula 22, foi no final do século passado e nas primeiras décadas do século XX que a indústria tornou-se uma realidade na vida de algumas cidades brasileiras. A partir daí, iniciou-se a formação da sociedade industrial brasileira, fruto especialmente da ação de dois novos agentes sociais: o empresariado industrial e o operariado.

No interior daquela sociedade fundada na agroexportação, cresceram as primeiras indústrias no Brasil. No país dos bacharéis e dos grandes proprietários rurais, começava a ganhar forma a figura do industrial. Muitos deles, especialmente em São Paulo, eram imigrantes que chegaram ao Brasil com algum capital e muita disposição de ganhar dinheiro. Outros tinham origem na agroexportação e nas casas comerciais.

Não foram poucos os problemas enfrentados pelos primeiros industriais. Um deles era a concorrência externa, em razão da falta de uma política do governo federal para proteger a indústria nacional. Outro, contraditoriamente, era a crítica, feita por vários setores, de que a indústria brasileira era “artificial”, dependente do governo e responsável pela carestia. Finalmente, os industriais enfrentavam a luta operária por melhores salários e condições de trabalho.



Jorge Street, um dos pioneiros da industrialização brasileira.

Em meio a tudo isso, os empresários industriais trataram de criar associações de classe para a defesa de seus interesses. Passaram também a participar de forma mais ativa no debate sobre o papel da indústria no desenvolvimento brasileiro. Naquele começo do século XX, destacaram-se alguns políticos e líderes de classe que defendiam, além de tarifas protecionistas, uma política governamental de amparo à indústria como forma de reduzir a dependência do país em relação aos capitais externos.

Perante a opinião pública em geral, e em particular perante os trabalhadores, os industriais tentavam convencer a sociedade de que seu capital, sua riqueza, era fruto exclusivamente de seu esforço pessoal, e não de privilégios governamentais. Eram divulgadas histórias de imigrantes que aqui chegaram pobres e que, com seu suor, alcançaram o sucesso.

Vida operária

Fábricas de tecidos em São Paulo. Ano: 1912. Inspeção de funcionários do Departamento de Trabalho. Trechos do relatório:

Uma fábrica: A duração do trabalho diário é de 11 horas úteis. O trabalho é interrompido pelo almoço, que dura uma hora e meia, e pelo café, para o qual os operários têm direito a um quarto de hora. Trabalham nesta fábrica 500 operários, na maioria italianos e espanhóis. (...) Impressão desagradável causa ao visitante o excessivo número de menores em trabalho (...).

Outra fábrica: Os contramestres são todos adultos, de nacionalidade italiana e em número de 20. Entre os 374 operários recenseados, a nacionalidade predominante é italiana, vindo em seguida a espanhola e depois a brasileira: dos brasileiros, 44 são menores de 12 anos. Esqueléticos, raquíticos, alguns! O tempo de trabalho varia para as seções de onze horas e meia a doze horas e meia por dia. (...).

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho citado por Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, *Indústria, trabalho e cotidiano*, p. 39-40

Você, que leu com atenção o documento, percebeu que estamos diante de um bom ponto de partida para estudar o que era a vida operária naquele início do século XX. Vejamos algumas informações contidas no relatório acima.

Nas duas fábricas visitadas, há algumas características comuns: predomínio de estrangeiros entre os operários, longa jornada de trabalho e presença significativa de menores de idade. Na descrição, percebe-se ainda uma certa crítica à utilização do trabalho infantil; não há, no entanto, nenhuma menção a multas ou punições.

Esses dados já nos permitem esboçar um breve perfil do operário de São Paulo naquelas primeiras décadas republicanas. Como veremos adiante, a composição e a atuação dos operários na cidade do Rio de Janeiro tinham características um pouco diferentes.

O grande número de estrangeiros entre os operários de São Paulo tem sido destacado por diversos estudiosos. Com a grande imigração ocorrida no final do século XIX em direção às fazendas de café, muitos trabalhadores tomaram o rumo da cidade em busca de melhores condições de vida. Destaca-se a forte presença de italianos entre os primeiros operários.

O impacto da presença de imigrantes na formação da classe operária em São Paulo foi expressivo. Foram principalmente eles que difundiram no meio

operário as idéias de transformação radical da sociedade pela via revolucionária, socialista ou anarquista.

O anarquismo ganhou força e logo se transformou na principal corrente política de base operária. E não era difícil entender por quê.



Imagem do anarquista terrorista.

Fonte: *Nosso Século*

Naquela sociedade com um mercado de trabalho em formação, em que praticamente inexistia qualquer proteção ao trabalhador; em que a utilização do trabalho infantil era justificada como forma de se retirar os meninos da rua; em que, em suma, eram extremamente duras as condições de trabalho, as idéias de **supressão do Estado** e de **todas as formas de repressão** encontravam boa receptividade. Governo e patrões eram vistos como inimigos que deveriam ser combatidos a todo custo.

Os anarquistas não confiavam nas instituições liberais. Desprezavam os políticos, os partidos e o parlamento. Defendiam a atuação sindical de resistência e combatiam tanto as correntes que defendiam a existência de um partido operário como os sindicatos ou associações de caráter assistencialista. Tiveram ainda um importante papel nas tentativas de organização operária em nível nacional.

Por tudo isso, as lideranças anarquistas foram bastante perseguidas pelos empresários e pelo governo. Na grande imprensa, sua imagem era apresentada como a de um terrorista estrangeiro que vinha destruir a paz existente nas relações entre os operários brasileiros e seus patrões. Até foram criadas nessa época leis de expulsão do país de lideranças operárias estrangeiras, com o objetivo de enfraquecer a corrente anarquista.

Em tempo

A educação do trabalhador era outra preocupação básica do anarquismo. Para os anarquistas,

a luta só se faria, e principalmente a nova sociedade só se implantaria, se houvesse uma transformação profunda no homem trabalhador. O que o projeto anarquista almejava era uma revolução social e não apenas uma revolução política. Daí o privilégio da educação entendida como ampla formação cultural. O fato de terem sido os anarquistas os principais pioneiros em atividades como teatro, educação musical, práticas de leitura, criação de escolas e universidades populares, não é casual. E, por esta razão, não é casual também que velhos militantes operários, anarquistas ou não, considerem até hoje que foi educando que os libertários mais contribuíram para a constituição da identidade da classe trabalhadora..

Angela Gomes, *A invenção do trabalhismo*, p. 92

Já na cidade do Rio de Janeiro, houve maior diversidade entre as correntes que disputavam o controle do movimento operário. Para o historiador Boris Fausto, a menor presença do anarquismo na capital pode ser explicada pelo fato de que o operariado carioca

se concentrava em atividades vitais dos serviços (ferroviários, marítimos e do queiros), [sendo por isso] tratados com um mínimo de consideração pelo governo. Havia também no Rio maior contingente de trabalhadores nacionais imbuídos de uma tradição paternalista nas relações com os patrões e o governo.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 209

Esse fato foi, em parte, responsável também pela emergência de correntes políticas não revolucionárias, que buscavam menos o confronto e mais a negociação. Eram chamados, pejorativamente, de “amarelos” pelas tendências mais radicais.

Todos esses homens eram anarquistas, menos Antonio Piccarolo e Evaristo de Moraes, que eram socialistas.



Gigi Damiani



Edgard Levenroth



Otávio Brandão



Astrojildo Pereira



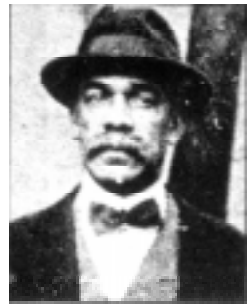
Everaldo Dias



Antonio Piccarolo



José Oiticica



Evaristo de Moraes

A despeito da repressão governamental e patronal e das enormes dificuldades de organização daí resultantes, os movimentos sindicais paulista e carioca tiveram condições, no decorrer da década de 1910, de obter maior apoio entre os trabalhadores, tornando-se, inclusive, capazes de liderar **importantes movimentos grevistas entre os anos de 1917 e 1920**.

Para isso, foi importante a divulgação, pelos anarquistas, de um conjunto de idéias que procurava reforçar uma imagem positiva do trabalhador como

um homem honesto, mas explorado econômica e socialmente e, por isso mesmo, digno do maior respeito e atenção por parte da sociedade em geral..

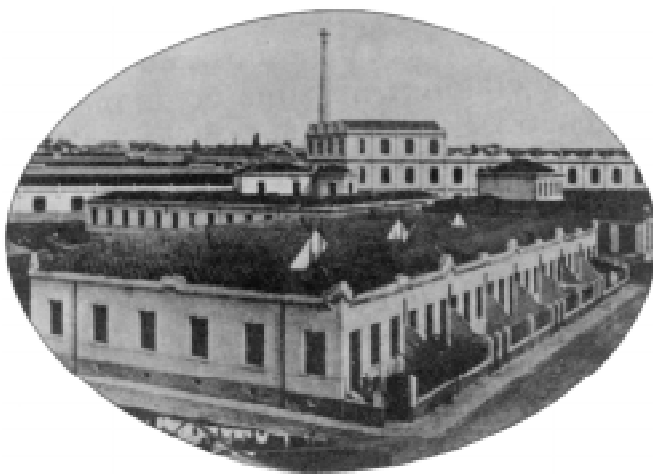
Angela Gomes, *A invenção do trabalhismo*, p. 90

Dessa forma, combatia-se a imagem, difundida pelo governo e pela grande imprensa, que apresentava o trabalhador brasileiro como vítima da ação de “baderneiros e terroristas”.

A ascensão do movimento sindical brasileiro, é bom lembrar, não foi um fato isolado: naqueles anos, em boa parte da Europa, explodiam movimentos de trabalhadores impulsionados pela vitória do socialismo na Rússia. *Por sinal, como resultado direto da implantação do socialismo naquele país europeu, criou-se, em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) que, em pouco tempo, passou a disputar, principalmente com os anarquistas, o controle do movimento sindical.

A maior presença do movimento operário na cena política teve por resultado a aprovação, pelo Congresso, de algumas leis trabalhistas, como a lei de férias para trabalhadores da indústria e do comércio e as limitações ao trabalho dos menores. A regulamentação e aplicação dessas leis encontrou forte resistência do empresariado.

Vejamos agora, para finalizar, alguns aspectos da vida operária fora das fábricas e dos sindicatos.



Vila operária e chaminé da Cia. Nacional de Tecidos de Juta, em São Paulo.

Nas grandes cidades, a habitação típica dos trabalhadores urbanos era a casa de cômodos ou cortiço, localizada, em geral, em áreas centrais próximas aos locais de trabalho. Em algumas fábricas mais distantes do centro, e mesmo no interior, muitas vezes foram criadas vilas operárias que permitiam melhores acomodações que os cortiços e uma maior possibilidade de controle da mão-de-obra por parte dos empresários.

Nos cortiços e vilas, os operários utilizavam seu tempo livre nos times de futebol, nas associações recreativas, casas de jogos, cordões carnavalescos etc.

Pausa

Em seu bairro ou em sua cidade, é possível que exista ainda hoje, funcionando ou não, uma fábrica que foi fundada nas primeiras décadas do século XX. Faça uma pequena pesquisa sobre ela. Verifique se existia, nas proximidades, uma vila operária. Anote o ano da fundação da fábrica, seus fundadores, o número de operários, e como era a vida daquela comunidade.

Às vezes, com algumas entrevistas, você pode conseguir essas e muitas outras informações.

80\$000 lê-se oitenta mil réis

Fonte: Nosso Século (1910-1930)

ORÇAMENTO FAMILIAR	
Em 1918, o salário mensal de um trabalhador rural ou urbano variava entre 80\$000 e 120\$000. Segundo pesquisa de Hélio Negro e Edgard Leuenroth, o consumo mínimo de uma família operária pequena (homem, mulher e duas crianças) nunca era menor que 207\$650, o que obrigava quase todos os seus membros a trabalhar.	
DESPESAS MENSAIS ALIMENTAÇÃO 12 kg de arroz de 2ª 9\$600 12 kg de feijão 4\$200 18 kg de batatas 5\$400 15 kg de pão 7\$500 10 kg de farinha de mandioca 4\$000 5 kg de macarrão 5\$000 10 kg de carne 10\$000 7 kg de toucinho ou banha 11\$200 7,5 kg de açúcar 7\$000 3 kg de café 3\$000 15 litros de leite 9\$000 Verduras 6\$000 Cebola, alho, sal, pimenta, vinagre, querosene, vassoura etc. 28\$000 ALUGUEL (2 cômodos, com cozinha) 45\$000 OUTRAS NECESSIDADES Sabão 6\$000 3 sacos de carvão 9\$000 Fósforos, cigarros, barbeiro e sociedade de socorros mútuos 17\$000 SOMA MENSAL 166\$900	DESPESAS ANUAIS (VESTUÁRIO) HOMEM: 2 ternos 80\$000 2 pares de sapatos 24\$000 2 chapéus 14\$000 3 camisas 12\$000 3 ceroulas 9\$000 Meias etc 12\$000 MULHER 3 vestidos de chita 60\$000 2 pares de sapatos ou chinelos ... 24\$000 3 camisas 15\$000 3 saias brancas 21\$000 12 pares de meias 18\$000 2 CRIANÇAS Roupas e calçados 100\$000 DESPESAS ANUAIS (OUTRAS NECESSIDADES) Móveis, louça e outros objetos .. 100\$000 TOTAL DAS DESPESAS ANUAIS 489\$000 ou seja, por mês 40\$750 SOMA: DESPESA MENSAL 166\$900 PARCELA MENSAL DA DESPESA ANUAL . 40\$750 TOTAL DE GASTOS POR MÊS 207\$650

Últimas palavras

Nesta aula, vimos que o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram anos de mudança no Brasil. A extinção do trabalho escravo, a grande imigração e ainda os recursos acumulados no comércio e na agroexportação criaram condições para o surgimento e expansão da indústria em nosso país.

A partir daí, iniciou-se um processo de modernização que teve por base, fundamentalmente, dois novos atores sociais: o empresariado industrial e o operariado. O primeiro ganhou força e organização nas lutas contra a tese do artificialismo da indústria brasileira e ainda nos embates diretos com o movimento operário. O segundo ator social, o operariado, procurou forjar sua identidade seja no enfrentamento diário com empresários e forças policiais do governo, seja na criação de um discurso que construía uma imagem, ou seja, criar sua própria feição positiva do trabalhador.

O resultado de tudo isso foi a formação de uma sociedade mais diversificada e complexa que, na década de 1920, passou a se mostrar cada vez mais descontente com o predomínio dos grupos oligárquicos. É o que veremos nas próximas aulas.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Sociedade industrial** e identifique três características básicas da sociedade industrial.

Exercício 2

Releia o item **Vida operária** e caracterize duas correntes políticas que participaram do movimento operário na Primeira República.

Módulo 9

A crise da república oligárquica

A Primeira Guerra Mundial, que se desenrolou entre 1914 e 1918, marcou o início de um novo tempo. Para alguns historiadores, foi a partir daí que começou o século XX.

No Brasil, esse sentimento de mudança, de transformação, também se fez presente durante e após o grande conflito mundial. Para intelectuais e políticos, aquela República das oligarquias, que você conheceu nas três aulas anteriores, mostrava-se incapaz de acompanhar os novos tempos.

Era preciso construir a nação, criar novas referências, repensar a cultura.

No quadro político, os anos 20 foram anos de radicalização. O governo enfrentaria, a todo momento, levantes e conspirações.

Em 1930, os grupos dirigentes da República oligárquica venceram no voto, mas perderam nas ruas o controle da vida política. Era a Revolução de 30.

Tudo isso você estudará nas próximas duas aulas.

Brasil: a nação revisitada

Abertura

*Pátria, morrer por ti
ou pelo menos te
ofertar este ramo
de palavras ardentes.
Vou à rua, peroro
com voz de calça curta
ordeno ao município
que marche resoluta
a combater os boches.*

Carlos Drummond de Andrade, 1914

Os versos de Carlos Drummond de Andrade falam da guerra, dos sentimentos de um garoto pelo seu país. Num rompante de patriotismo, ele pede a entrada do país na guerra. A voz desse menino não é um fato isolado.

Em outubro de 1917, quando os submarinos alemães bombardearam os nossos navios mercantes, ocorreu uma verdadeira explosão de patriotismo. Nas praças públicas, multidões se acotovelaram exigindo uma posição do governo.

Todo esse clima de exaltação patriótica já vinha sendo preparado anteriormente. Em 1916, Olavo Bilac dera início à campanha cívica. Ele viajou por todo o Brasil fazendo inflamados discursos em que defendia o serviço militar obrigatório e a mobilização do Exército.

O que mobilizava os corações e mentes era a idéia de defender as fronteiras da nacionalidade. Para esse nacionalismo militarista, defender as fronteiras significava defender a nossa língua, os nossos costumes e a nossa cultura: “esta guerra universal e minha”, diz a poesia de Drummond.

Essas idéias fizeram época. Foi por causa delas que o Brasil afinal foi para a guerra, ao lado dos Aliados. Em defesa da **civilização**.

Nesta aula, você vai ver como o final da guerra, em 1918, modificou o nosso país. Mudou o cenário internacional, mudaram as ideologias, mudou o Brasil. É nessa roda viva que vemos aparecer uma nova imagem do país.

Que imagem é essa?

Você vai ver também o que significou “lutar pela civilização”. Que realidade estava por trás dessa palavra?

Quando o Brasil entrou na guerra, em 1917, entrou defendendo os ideais da civilização francesa. A influência dessa cultura era muito forte, não só no nosso

país, mas no mundo inteiro. Paris era o centro exportador da literatura, da pintura, das operetas e dos cafés-concertos.

Esse período da influência francesa durou mais de trinta anos e ficou conhecido como a *Belle Époque*. Os nossos intelectuais viviam voltados para a “Cidade Luz”, como era chamada Paris.

O escritor Lima Barreto fez uma piada sobre o assunto, dizendo que o intelectual brasileiro “anda, come, dorme e sonha em Paris”.



Café no Rio de Janeiro, onde se reuniam artistas e intelectuais.

O que vinha da França era civilizado. O que estava aqui era primitivo e não prestava. Essas idéias acabaram quando acabou a guerra. Terminado o conflito, que durou quatro anos, a Europa já não era a mesma. Ruínas. Desolação. Cidades inteiras desapareceram. A “Cidade Luz” já não brilhava.

Muita gente perdera a vida, muita gente perdera a ilusão de ver um mundo melhor. Desmoronara a idéia de progresso indefinido. Desmoronara a Europa como modelo de civilização e desenvolvimento.

O fim da guerra foi o fim dessa ideologia chamada **liberalismo**. Afinal de contas, que comunidade era essa, na qual os irmãos se matavam nos campos de batalha? Que liberdade mais enganosa fazia alguns países enriquecerem à custa de outros? Que igualdade de condições permitia que uns tivessem todos os direitos e outros mal conseguissem sobreviver?

Em 1916, um escritor chamado Spengler escreveu um livro que ficou famoso: *A decadência da civilização ocidental*. Esse livro anunciava a decadência da Europa e a aurora do Novo Mundo. Era na América que ia surgir a nova civilização.

Era mais uma utopia! Mas essa imagem tão promissora teve papel importante. Levou os brasileiros a se olharem. Perplexos, eles chegaram à conclusão de que quase nada sabiam sobre a nossa cultura!

Mais uma vez foi o escritor Lima Barreto quem chamou a atenção para o fato: “Nós não nos conhecemos uns aos outros, dentro do nosso próprio país.”

Era necessário encarar o país. Até então, o Brasil tinha, ou desejava ter, a cara da França. Podia ser uma máscara bonita, de Pierrô. Mas o que estava por trás dela?

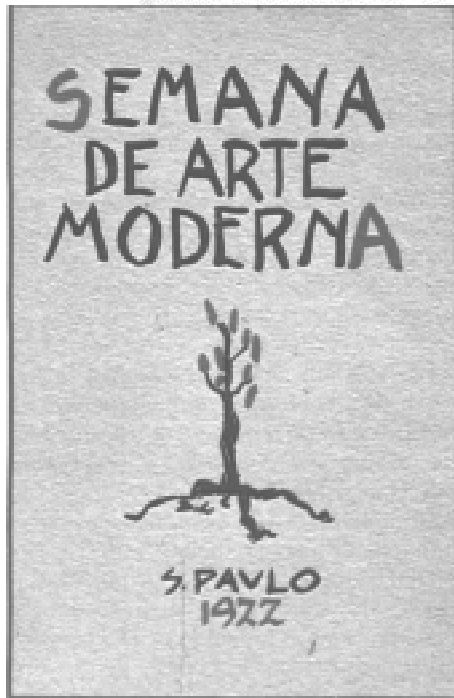
Utopia é uma referência imaginária a uma situação perfeita. De tão perfeita, é sempre irrealizável.

Em tempo

Se nós dermos um salto na história e chegarmos a 1992, vamos ver os estudantes que saíram de cara pintada para as ruas. Eles reivindicavam um Brasil melhor e mais justo.

Os caras-pintadas usaram máscaras para expressar o seu protesto. Nas máscaras dos estudantes estava uma das caras do Brasil dos anos 90.

As expressões variam de acordo com a época...



A década de 1920 foi uma época de intensas indagações e descobertas. Os artistas e intelectuais buscaram um novo jeito de expressar o país por meio da literatura, das artes plásticas, da música e da pintura. Esse movimento ganhou o nome de **modernismo**. O que é **ser moderno**? É estar de acordo com a moda? É copiar modelos? Ou será que ser moderno é só se **atualizar** sem precisar copiar?

Eram essas perguntas que estavam na cabeça dos nossos artistas e intelectuais. Eles queriam **atualizar** a nossa cultura. Mas, para isso, era preciso descobri-la.

O marco simbólico do modernismo brasileiro foi a Semana da Arte Moderna, que se realizou em São Paulo em fevereiro de 1922. Mas esse foi só um marco simbólico. O modernismo já vinha acontecendo antes da Semana e iria continuar acontecendo depois dela, como vamos ver adiante.

No Rio de Janeiro, desde o final do século XIX, já se percebia um interesse pela música popular, como o maxixe, o corta-jaca e as modinhas. Alguns artistas compreendiam que a cultura negra devia ser respeitada como expressão do Brasil. Também em São Paulo, Minas e outros Estados essa atitude começava a existir.

Mas, afinal de contas, o que aconteceu em São Paulo na Semana de Arte Moderna?

Entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal, foram realizados concertos, exposições, palestras. No seu concerto, o maestro e compositor Heitor Villa-Lobos causou grande impacto ao incorporar à orquestra instrumentos de congada, tambores e uma folha vibratória de zinco.

Na época, esses instrumentos eram considerados populares e não deviam fazer parte de uma orquestra. A congada e os tambores pertenciam às culturas negra e indígena, vistas como primitivas e bárbaras. Os modernistas mostraram que eram justamente essas culturas que tornavam o nosso país original e diferente.

Esse era o espírito do movimento: mostrar uma nova imagem do país, uma nova fisionomia cultural. O que antes era escondido, agora era mostrado. Por que negar as culturas africana e indígena, se elas faziam parte da nossa realidade?

Na Semana de Arte Moderna também foram expostas as pinturas de Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Goeldi. Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Ronald de Carvalho apresentaram ao público os seus escritos.

A Semana funcionou como um estopim. A arte buscava refletir as transformações por que passavam o mundo e o país. Em meio a um acelerado processo de industrialização e urbanização, surgiam nas grandes cidades edifícios, letreiros luminosos, viadutos, máquinas e fábricas.



Oswald de Andrade (sentado no chão), em foto com outros organizadores da Semana de 22.

O tempo corria mais rápido. A arte precisava acompanhar o “fluxo da vida moderna”, diziam os modernistas. Para isso, era necessário mudar a maneira tradicional de se expressar. Mais ousadia criativa, mais rebeldia e menos formalidade. Mas era necessário, também, responder a algumas perguntas.

Que país é este? Quem somos nós? Os modernistas contaram uma outra história do Brasil. Não aceitavam mais a história “balofa” dos heróis, dos grandes feitos, dos monumentos e medalhas, e então usaram o **humor** e a **sátira**. A história que contaram falava da cobiça dos povos, da exploração dos índios e negros, da depredação de nossas riquezas. Vejamos como Oswald de Andrade contou sua “História pátria”:

*Lá vai uma barquinha carregada de
aventureiros
Lá vai uma barquinha carregada de
bacharéis
Lá vai uma barquinha carregada de
cruzes de cristo...*

Essas barquinhas eram as caravelas da colonização portuguesa, escrevendo a nossa história. Uma história de altos e baixos, aventura e violência, amor e ódio. Mas repare como essa história era contada agora com humor e criatividade! Esse era o estilo dos modernistas.



Desenho de
Cícero Dias para
o livro *Macunaíma*.

Em 1928, Mário de Andrade publicou *Macunaíma*, cujo personagem-título era a cara do Brasil. Macunaíma nasceu índio, depois virou negro e depois branco. Essa era a imagem do nosso país na sua diversidade de culturas. Macunaíma sobrevoou o país num pássaro chamado tuiuiú. Ele viu o país lá do alto. Viu como as regiões são diferentes, mas viu também que são essas diferenças que fazem o Brasil.

Mário de Andrade mostrava que nós não somos completamente brancos, nem completamente negros, nem completamente índios. Somos um povo em formação. Com muito mais perguntas do que respostas...

Mas os escritores modernistas não pensavam sempre igual. Dentro do movimento existia um grupo chamado Verde Amarelo, ao qual pertencia o escritor Cassiano Ricardo. Na mesma época em que Mário de Andrade escreveu *Macunaíma*, Cassiano Ricardo escreveu *Martim Cererê*. O personagem-título era agora um herói bem comportado, sério e patriota. Você se lembra do nacionalismo de Olavo Bilac? Pois Martim Cererê era uma espécie de soldado sempre defendendo as nossas fronteiras. Ele não olhava do alto, como Macunaíma.

O que estamos querendo mostrar é como o modernismo iria construir diferentes visões da nacionalidade. Alguns viam o país como uma interrogação, um desafio. Já outros preferiam vê-lo como realidade pronta a ser louvada em versos. Mas, apesar dessas diferenças, o modernismo teve um saldo muito positivo: mostrou como era importante pensar a nossa cultura e ousar novas formas de expressão.

O jeito rebelde que caracteriza a maior parte dos artistas modernistas é uma marca da nossa cultura. Ela reaparece na década de 1970 com o movimento tropicalista.

Também na música de Raul Seixas vemos essa atitude de indagação:

*Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo...*

Essa foi uma das propostas do modernismo: acabar com as velhas opiniões sobre o Brasil, sobre a nossa cultura. Ser moderno era estar a par das inovações artísticas e intelectuais. Mas ser moderno era, sobretudo, absorver essas informações de forma criativa e crítica.

A cultura exprime o jeito de ser de cada nacionalidade. Ela não está só nos livros, mas nas cirandas, vaquejadas, marujadas; está no vatapá, tacacá, arroz de cuxá; nas histórias de botos encantados, da mula sem cabeça, do Saci Pererê. Também são cultura o casario colonial, as igrejas barrocas e as carrancas do rio São Francisco...

O que o modernismo mostrou é que a cultura não está apenas nas grandes cidades, mas nas várias regiões brasileiras. Na década de 1930, o modernismo tomou grande impulso no Nordeste. Foi o movimento do **regionalismo literário**.

Os romances de Jorge Amado falam da Bahia, José Lins do Rego descreve os engenhos de açúcar; Graciliano Ramos conta a vida de Alagoas, Érico Veríssimo a do Rio Grande do Sul. Já em Pernambuco é Gilberto Freyre quem busca uma nova interpretação sociológica para a cultura brasileira. Esse movimento deu origem a uma **nova imagem** do Brasil.

Na década de 1920, os nossos artistas e intelectuais estavam construindo uma nova imagem do Brasil. Nessa imagem, eles mostraram que o Brasil se caracterizava por muitas culturas.

Dê uma olhada no texto e responda: que cara ou que caras você acha que o Brasil deve ter? Brasil-Pierrô? Brasil-Macunaíma? Brasil-Cererê? Brasil-cara-pintada?

Explique por que você escolheu uma dessas caras como expressão do país.

Nesta aula, vimos como as mudanças ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial afetaram culturalmente o nosso país. Vimos também como os nossos artistas e intelectuais construíram uma nova imagem do Brasil, de acordo com os tempos modernos.

Mas os efeitos da guerra não pararam por aí. Em 1929, a crise econômica mundial gerou uma onda de desemprego nos campos e fábricas. O governo republicano caiu no descrédito popular.

É dessa crise política que vamos falar na nossa próxima aula...

Exercício 1

Explique a frase de Lima Barreto: “O intelectual brasileiro anda, come, dorme e sonha em Paris”.

Exercício 2

Identifique uma proposta do movimento modernista.

Em tempo

☐ Interpretação sociológica quer dizer interpretação mais fiel às características de uma sociedade.

Pausa

Últimas palavras

Exercícios

Os anos loucos: a crise da década de 1920

Abertura

Os anos 20 trouxeram profundas transformações para a sociedade brasileira. Nessa década se manifestaram a crise do **pacto oligárquico**, a demanda de maior participação política dos setores urbanos e a insatisfação dos militares.

O ano de 1922, em especial, reuniu uma sucessão de acontecimentos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural do país. Não foi apenas o ano da Semana da Arte Moderna. Foi também o ano de uma disputada sucessão presidencial que revelou divergências sérias entre as oligarquias, o ano da criação do Partido Comunista do Brasil, e o ano do início do movimento tenentista.

O ano do centenário da Independência indicava, em suma, que novos ventos estavam soprando sobre o país.

Movimento

As oligarquias desafinam

Vamos começar a aula de hoje estudando a crise do acordo entre as oligarquias, manifestada na sucessão presidencial de 1922. Na Aula 21, você estudou o pacto oligárquico. Volte lá e confira.

Você aprendeu também que a política dos governadores, com o propósito de reduzir a instabilidade política que ameaçava a República brasileira, neutralizou as **oposições** e criou mecanismos para garantir que as forças da **situação** fossem sempre vitoriosas.

O resultado foi que, durante vários anos, as eleições para presidente da República tiveram um candidato único, oficial, e não houve uma verdadeira disputa eleitoral. A exceção foi a **sucessão presidencial de 1910**, quando Rui Barbosa, candidato de oposição ao marechal Hermes da Fonseca, lançou a Campanha Civilista e foi derrotado. Após as eleições, contudo, não houve contestação dos resultados finais.

Já em 1922, a situação seria diferente. Pela primeira vez, o confronto entre os grandes Estados e os Estados de segunda grandeza se apresentou claramente numa disputa pela presidência da República, revelando os conflitos regionais entre as oligarquias e os problemas do federalismo desigual brasileiro.

Esse confronto assumiu sua forma plena com o movimento da **Reação Republicana**, que lançou a candidatura dissidente de Nilo Peçanha em oposição à candidatura oficial de Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com

o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos Estados, uniram-se em torno da Reação Republicana Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. Esses Estados tentavam construir um **eixo alternativo de poder**.

A plataforma da Reação Republicana defendia a regeneração dos princípios republicanos e a formação de partidos políticos nacionais. Criticava a forma como se desenvolvia o federalismo no Brasil, que beneficiava apenas os grandes Estados.

Para enfrentar a ameaça permanente que rondava a candidatura da oposição, que antes mesmo da disputa já tinha sua derrota traçada, a Reação Republicana desencadeou uma forte propaganda eleitoral, coisa pouco comum nas eleições da Primeira República. E, o que é muito importante, buscou também apoio militar.

No carnaval de 1922, às vésperas das eleições presidenciais, a população carioca, engajada na campanha eleitoral, cantava a seguinte marchinha: “Ai, seu Mé! Ai, Mé, Mé! Lá no Palácio das Águias, olé! Não hás de pôr o pé!”

O Palácio das Águias era o Catete, sede do governo.

E “seu Mé” era o apelido de Artur Bernardes...

Em tempo

Os militares voltam à cena

Apesar do clima de intensa agitação política que marcou os primeiros meses de 1922, as eleições se realizaram na data prevista, em 1º de março. Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com 466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha. Mais uma vez, o esquema eleitoral vigente na República Velha funcionou para garantir a vitória do candidato da situação.

Mas, diferentemente das eleições anteriores, a oposição não aceitou a derrota. A Reação Republicana desencadeou uma campanha para manter a mobilização dos seus aliados e estimular a insatisfação militar. A falta de prestígio e poder que os militares enfrentavam havia algum tempo era a responsável por essa insatisfação.

Os militares ocuparam, sem dúvida, um lugar importante durante toda a Primeira República (1889-1930). Mas a força que tiveram na primeira década republicana, ou seja, de 1889 a 1899, foi decrescendo, consideravelmente, depois. O fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha após sua última revolta, em 1904, e a criação da Escola Militar do Realengo alteraram profundamente a formação da oficialidade do Exército. O propósito da nova escola não era formar soldados-cidadãos, com um pé no Exército e outro na sociedade e na política. A ideia era formar soldados profissionais.

Contudo, uma série de incidentes ocorridos no início dos anos 20 iria recolocar na ordem do dia a participação dos militares na política.

Um desses incidentes foi o episódio das chamadas “cartas falsas”, que estourou ainda antes das eleições presidenciais, e permitiu que dois movimentos distintos, a rebeldia militar e a Reação Republicana, se articulassem para contestar as estruturas políticas da Primeira República.



Artur Bernardes.

Em tempo

Você sabe o que eram essas famosas “cartas falsas”? Eram cartas que haviam sido supostamente enviadas pelo candidato Artur Bernardes ao líder político mineiro Raul Soares, contendo ácidas críticas à corporação militar. O conteúdo de uma das cartas era o seguinte:

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes [referência à comemoração da posse do marechal Hermes da Fonseca na presidência do Clube Militar], esses sargentão sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use de toda energia (...) pois esta canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina (...). A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é a quase totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.

A Marcha dos 18
do Forte de
Copacabana.



Mapa do
trajeto da
Coluna
Prestes.



A publicação dessas cartas, em outubro de 1921, pelo *Correio da Manhã*, jornal carioca que apoiava a Reação Republicana, caiu como uma bomba, criando uma indisposição completa entre o candidato da situação e segmentos militares. Bernardes venceu a eleição, mas estava preparado o caminho para a eclosão da primeira revolta tenentista, em julho de 1922.

O tenentismo foi um conjunto de movimentos militares que se desenvolveram ao longo de toda a década de 1920, até 1932, liderados pela **jovem oficialidade das forças armadas**. Os chamados “tenentes” tinham como objetivo **moralizar os costumes políticos, defender o voto secreto e advogar a criação de um Estado centralizado que pudesse modernizar o país**.

Esse primeiro levante foi derrotado, assim como o foram as iniciativas de contestação da Reação Republicana. Em novembro de 1922, Bernardes tomou posse como presidente da República sob estado de sítio, desencadeando forte repressão contra todos aqueles que se haviam oposto à sua candidatura.

Desse modo, as oligarquias conseguiram temporariamente administrar sua crise interna e neutralizar os conflitos dos setores urbanos, que pleiteavam maior participação política. Em 1926, nova sucessão presidencial ocorreria sem maiores problemas, tendo como candidato único Washington Luís, governador de São Paulo.

Se a pacificação dos grupos oligárquicos foi conseguida rapidamente com a marginalização, mais uma vez, das oposições, os levantes tenentistas continuaram ainda por algum tempo. Em 1924 eclodiu a revolta de São Paulo, e a seguir teve início a marcha da **Coluna Prestes**, movimento militar desencadeado contra o governo Bernardes.

 Estado de sítio: suspensão temporária de direitos individuais e coletivos previstos na Constituição de um país.

A Coluna Prestes originou-se de um grupo de militares rebeldes que tinham participado de levantes contra o governo federal em 1924, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Formou-se em dezembro daquele ano e percorreu a pé cerca de 30 mil quilômetros, por treze Estados, com o objetivo levar uma mensagem revolucionária a todo o país.

Expressão mais radical dos movimentos militares da década de 1920 que pleitearam reformas políticas, a Coluna Prestes foi combatida por diferentes adversários arregimentados pelo governo federal, mas venceu grande parte dos combates que travou.

Ainda assim, em 1927, contando com poucos remanescentes, refugiou-se na Bolívia e depôs as armas.

Em tempo

E chegaram os gaúchos

O governo de Washington Luís iniciou-se em clima de estabilidade política e econômica. Como já vimos, os desafios colocados pelas oligarquias no início da década de 1920, questionando a maneira como funcionava a política dos governadores, pareciam estar resolvidos definitivamente.

Mas era apenas uma impressão. Logo, novas nuvens se formaram anunciando tempestade... Era a Revolução de 1930 que se aproximava.

Em 1929, iniciou-se mais uma vez um processo de sucessão presidencial. Tudo indicava que as regras que norteavam o funcionamento da política na Primeira República seriam mais uma vez cumpridas – as forças da situação, por meio do presidente da República, indicariam o candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes nos Estados.



1 - Miguel Costa
2 - Luís Carlos Prestes
3 - Juarez Távora
4 - João Alberto
5 - Siqueira Campos

6 - Djalma Dutra
7 - Cordeiro de Farias
8 - José Pinheiro Machado
9 - Atanagildo França
10 - Emídio da Costa Miranda

11 - João Pedro
12 - Paulo Krüger da
Cunha Miranda
13 - Ari Salgado Freire
14 - Néelson Machado

15 - Manuel Lima
Nascimento
16 - Sadi Vale Machado
17 - André Trifino Correia
18 - Ítalo Landucci

Mas, dessa vez, o “racha” não se deu entre candidatos representantes dos Estados dominantes e dos Estados de segunda grandeza. Aconteceu no coração do próprio grupo dominante. Washington Luís desejava fazer seu sucessor e indicou Júlio Prestes – que, como ele, era representante de São Paulo. Acontece que Minas acreditava estar no direito de ocupar a presidência da República.

Essa divergência entre Minas e São Paulo logo abriu espaço para que outras divergências latentes, sufocadas no passado, pudessem ressurgir. E a **oligarquia gaúcha** não ia perder essa oportunidade.

Em julho de 1929, com o apoio mineiro, foi lançada a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, tendo como vice o governador da Paraíba, João Pessoa. Estava formada a **Aliança Liberal**, cuja base de sustentação eram Minas, Rio Grande do Sul, Paraíba e mais alguns grupos de oposição ao governo federal de vários Estados – tais como o Partido Democrático de São Paulo e outros grupos de civis e militares descontentes.

Em tempo

A plataforma da Aliança Liberal estava voltada para conquistar a simpatia das classes médias e de alguns setores operários. O programa propunha medidas de proteção ao trabalhador (aplicação de lei de férias, regulamentação do trabalho do menor e da mulher) e a reforma política do país (voto secreto, justiça eleitoral e anistia aos presos políticos).

A acirrada disputa eleitoral iniciada em 1929 seria agravada pela profunda crise econômica mundial. Essa crise foi provocada pela quebra, em outubro, da bolsa de Nova Iorque.

No final do ano, já havia centenas de fábricas fechadas no Rio e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo o país. A crise atingiu também a cafeicultura paulista, provocando uma queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização financeira do governo.

As eleições se realizaram em março de 1930 e, conforme era esperado, a vitória coube a Júlio Prestes, que recebeu 1.091.000 votos contra 737 mil dados a Getúlio Vargas.

Nas eleições de 1930, o Bloco Operário Camponês (BOC), patrocinado pelo Partido Comunista, lançou um candidato a presidente da República. Obteve uma votação simbólica, mas que expressava a demanda concreta de participação política das classes trabalhadoras.

Em tempo



Comício da Aliança Liberal.

Divulgados os resultados, parecia mais uma vez que a regra de ouro da política dos governadores seria mantida, e que a vitória do candidato oficial seria reconhecida. Mas, em pouco tempo, estava em marcha um movimento conspiratório para depor Washington Luís pela força das armas e liquidar o regime oligárquico da Primeira República.

Um acontecimento inesperado deu força à conspiração revolucionária. Em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em Recife e, assim, transformado em mártir. Nos meses seguintes cresceu a articulação revolucionária, com a adesão de importantes quadros do Exército. O comando geral do movimento armado foi entregue ao tenente-coronel Góis Monteiro.

AULA
25

A revolução estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul em 3 de outubro de 1930. Depois de algumas resistências, a situação no Nordeste também pendeu para os revolucionários. A 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías de Noronha depuseram o presidente Washington Luís no Rio de Janeiro e constituíram uma junta provisória de governo.

A junta tentou permanecer no poder, mas a pressão dos revolucionários vindos do Sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o poder a Getúlio Vargas, que tomou posse na presidência da República a 3 de novembro de 1930.

Estava encerrada uma fase da história política brasileira, com o fim da República Velha.

Últimas
palavras

Segundo Boris Fausto, um dos principais estudiosos da Primeira República,

a Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial (...). Os vitoriosos de 30 compunham um quadro heterogêneo tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas.

A heterogeneidade dos grupos revolucionários e a dificuldade de cada um se sobrepor aos demais criariam problemas para a reorganização do novo Estado brasileiro. Esse assunto será objeto da nossa atenção na próxima aula.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **As oligarquias desafinam** e explique o que foi a Reação Republicana.

Exercício 2

Releia o item **Os militares voltam à cena** e explique as principais propostas do movimento tenentista.



Módulo 10

Tempos sombrios da democracia

Você pôde ver, pelas aulas anteriores, que a sociedade brasileira ganhou uma vibração importante nas primeiras décadas deste século. A efervescência dos anos 20 não ficou reduzida ao panorama cultural, que foi riquíssimo. Também tomou conta da política, pela voz de novos atores, de grupos de oposição aos velhos costumes. Parecia que viveríamos prolongados tempos de participação. Parecia que experimentaríamos o momento democrático.

Mas não se faz uma democracia da noite para o dia.

Nas próximas três aulas você vai aprender como, em nosso país, os políticos resistiram à experiência democrática.

As incertezas da democracia

Abertura

Na Aula 25 você viu que, graças ao movimento conhecido como **Revolução de 30**, Getúlio Vargas tornou-se presidente da República. E agora vai ver como, durante quinze anos consecutivos, ele manteve esse título.

Mas, afinal, o que foi a Revolução de 30? Quais as forças vitoriosas em 30 e que projetos estavam em disputa? Quais as principais transformações ocorridas no país? Como foi possível a permanência de Vargas no poder durante quinze anos?

Movimento

A Revolução de 30 e o novo perfil do Estado

Com a Revolução de 30, o Brasil transformou-se. Modificações importantes ocorreram nos campos político, econômico e social. Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo revolucionário foi o fechamento do Congresso Nacional e das assembleias legislativas estaduais e municipais.

Getúlio Vargas passou a governar por meio de decretos-leis. Limitou o poder dos Estados. Os governadores, que haviam sido eleitos pelo voto direto, foram substituídos por interventores nomeados diretamente pelo presidente da República. O Executivo federal tornou-se todo-poderoso. Uma **ditadura** foi instalada no país.

Diferentemente da República Velha, o Estado implantado no pós-30 era mais intervencionista e mais centralizador. Havia maior integração nacional e menor autonomia estadual. As tradicionais oligarquias rurais continuaram fortes, mas foram vendo seu poder diminuído a cada dia.

A economia permaneceu voltada basicamente para a agricultura, mas havia uma preocupação em acelerar a industrialização do país. O papel das Forças Armadas, em especial do Exército, foi redimensionado. Além de garantir a ordem interna, as Forças Armadas deveriam ser um suporte para a criação de uma indústria de base nacional.

A questão social, considerada na República Velha como “caso de polícia”, passou a ser vista como uma questão política. Reconhecia-se a importância da classe operária. Ao mesmo tempo que adotava uma legislação que atendia a antigas reivindicações dos trabalhadores, o governo passou a intervir na atividade sindical.

Quando o presidente governa por decretos-leis, ele toma para si, como presidente, as funções que cabem ao Poder Legislativo.

Os sindicatos ficavam vinculados diretamente ao Ministério do Trabalho. Adotou-se o princípio da unicidade sindical: legalmente, só era possível a existência de um único sindicato por categoria profissional.

A sindicalização não era obrigatória. Mas, se a sindicalização não era obrigatória, por que o movimento operário aceitou esse enquadramento?

No início, a resistência contra o enquadramento sindical foi grande. Houve muitos protestos e, conseqüentemente, muitas prisões. Mas, aos poucos, os trabalhadores foram cedendo. Além da repressão governamental, houve pressão das próprias bases operárias. Isso porque só os trabalhadores que fossem oficialmente sindicalizados poderiam gozar dos benefícios sociais criados no pós-30: férias, regulamentação do horário de trabalho, regulamentação do trabalho do menor, criação dos institutos de Aposentadoria e Pensões e possibilidade de lutar por direitos perante as Juntas de Conciliação e Julgamento.

Você conhece os direitos sociais que você tem como trabalhador? Liste quais são os seus direitos e verifique se estão sendo cumpridos.

Pausa



Getúlio Vargas em caravana pela Revolução de 1930, saindo de Porto Alegre em direção ao Rio de Janeiro.

Ditadura X democracia: a reconstitucionalização do país

Conforme você viu na aula anterior, os vitoriosos em 1930 compunham um quadro heterogêneo. Diferentes forças políticas e variados segmentos sociais haviam participado da revolução. À medida que o governo Vargas adotou propostas mais centralizadoras e autoritárias, setores mais liberais começaram a fazer oposição ao regime.

Em julho de 1932, São Paulo levantou-se em armas. Os paulistas sentiam-se preteridos pelo governo federal. Exigiam o fim da ditadura e maior autonomia estadual. Afinal, São Paulo, o Estado mais poderoso da federação, vinha perdendo poder político.

A chamada **Revolução Constitucionalista de 1932** mobilizou os mais variados setores da sociedade: cafeicultores, classe média, industriais. O Partido Democrático, uma das principais forças da Revolução de 30, também aderiu ao movimento. A luta durou três meses.

São Paulo foi derrotado militarmente, mas conseguiu importantes ganhos políticos. O processo de constitucionalização do país acelerou-se. Em maio de 1933 ocorreram as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, instalada no dia 15 de novembro do mesmo ano.

A nova Constituição, aprovada em julho do ano seguinte, foi orientada predominantemente por princípios liberais-democráticos. Ampliou os direitos políticos da população, estabeleceu eleições diretas para todos os níveis. Pela primeira vez na história do Brasil, as mulheres podiam votar.

A Constituição também retomou o princípio da liberdade e da autonomia sindical, existente no país antes de 1930. O Brasil era definido como uma República federativa. Projetos mais centralizadores conviviam com projetos que asseguravam mais poder aos estados.

Adotavam-se algumas medidas nacionalistas. As jazidas minerais e quedas d'água, julgadas básicas para a defesa econômica ou militar do país, deveriam ser nacionalizadas progressivamente.

Em tempo

A Assembléia Nacional Constituinte foi instalada com a finalidade de elaborar uma nova Constituição para o país e eleger um presidente da República. Em julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República com a maioria dos votos dos deputados constituintes.

Com o encerramento dos trabalhos, a Assembléia Nacional Constituinte foi transformada em Congresso ordinário. As eleições diretas para a presidência da República estavam marcadas para 3 de janeiro de 1938.

De acordo com as regras estabelecidas, Vargas não podia ser candidato. Para modificar a Constituição era necessário o apoio de 2/3 do Congresso. Em seu primeiro discurso como presidente constitucional, Vargas não escondeu sua insatisfação com a nova Constituição e privadamente disse: "Serei o primeiro revisor dessa Constituição."

Mobilização popular e limites do liberalismo

A Constituição liberal de 1934 teve, na realidade, vida curta. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, idéias autoritárias e totalitárias proliferaram em todo o mundo. A democracia liberal entrou em crise. Era responsabilizada pela situação de desemprego e de miséria que assolava diversos países capitalistas.

O **nazismo**, o **fascismo** e o **comunismo** surgiam como alternativas ao modelo liberal-democrático. Em 1922, o líder fascista Mussolini assumiu o poder na Itália. Em 1933, com a ascensão de Hitler, o nazismo se tornou vitorioso na Alemanha. Nesse mesmo período, Stalin, o principal dirigente comunista da União Soviética, vivia seus dias de glória.

No Brasil, com o fim do regime ditatorial e a implantação de um regime constitucional, o processo político radicalizou-se. A vida sindical renasceu. Greves eclodiram por toda parte. Dois importantes movimentos mobilizaram as classes médias.

De um lado, a **Ação Integralista Brasileira** (AIB), criada em 1932 com um caráter profundamente nacionalista e antiliberal. O lema da AIB, dirigida por Plínio Salgado, era "Deus, Pátria e Família".

De outro lado estava a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**, criada em março de 1935. Era inspirada na proposta das **frentes populares** da Europa, que tinham o objetivo de deter o avanço do nazi-fascismo em escala mundial.

Composta por socialistas, comunistas, católicos e liberais, a ANL combatia o governo Vargas e se propunha defender os interesses ameaçados das classes populares por meio da luta contra o imperialismo e o latifúndio. Tendo como presidente de honra o líder comunista Luiz Carlos Prestes, a ANL rapidamente conseguiu mais de cem mil filiados.

Como resposta às mobilizações populares, o governo aceitou com uma série de medidas repressivas, entre elas a Lei de Segurança Nacional. Em julho de 1935, quatro meses após a sua fundação, a ANL foi colocada na ilegalidade.

A partir daí, a proposta de derrubar o governo Vargas por meio de uma insurreição armada, que vinha sendo veiculada pelo Partido Comunista, foi ganhando força. A proposta recebeu a adesão de alguns militares remanescentes do tenentismo.

Em novembro de 1935, eclodiu a revolta liderada pelos comunistas. A rebelião, restrita às cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, foi rapidamente debelada, mas acarretou graves consequências para o país. O comunismo passou a ser considerado o inimigo número 1 do governo.

Milhares de pessoas foram presas em todo o país. O Congresso passou a aprovar todas as medidas repressivas solicitadas pelo Executivo. Gradativamente, o Legislativo foi recuando e cedendo espaço para o fortalecimento de Vargas.



Passeata dos integralistas.



A revolta comunista.

AULA
26

Em setembro de 1936 foi criado o Tribunal de Segurança Nacional, para julgar os crimes das pessoas acusadas de envolvimento com o levante comunista. Entre elas estava Pedro Ernesto, o prefeito do Distrito Federal.

Inflando o fantasma do comunismo, Vargas consolidou sua aliança com os militares, com os empresários, com a Igreja e com os integralistas. Para fortalecer seus planos continuístas, ou seja, de permanecer no poder, Vargas interveio em Estados que demonstravam maiores resistências e afastou diversos oficiais legalistas dos cargos de chefia.

O clima golpista voltou a se acender em setembro de 1937, quando foi apresentado à nação um documento, forjado pelo próprio governo, sobre uma nova revolta comunista que supostamente eclodiria em breve no país. Esse documento falso ficou conhecido como **Plano Cohen**.

No dia 10 de novembro, tropas militares cercaram o Congresso. Vargas apresentou à nação uma nova Constituição. Por meio de um golpe, tinha início o **Estado Novo**.

**Últimas
palavras**

Na próxima aula, você vai aprender o que foi o Estado Novo. Quais as principais medidas adotadas pelo novo governo? Quais os aliados de Vargas? Por que Vargas foi deposto, em outubro de 1945?

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A revolução de 30 e o novo perfil do Estado** e identifique duas importantes mudanças que ocorreram na vida política e social do Brasil, nos primeiros anos da década de 1930.

Exercício 2

Releia o item **Mobilização popular e limites do liberalismo**. Identifique duas razões que levaram o governo a fechar o Congresso Nacional e a implantar o Estado Novo



A nova centralização: o Estado Novo - I

Abertura

Vivemos num país em que é bastante difundida a noção de **direitos sociais**, principalmente os trabalhistas e previdenciários. É certo que, ainda hoje, existem trabalhadores que não têm conhecimento dos seus direitos e, assim, deixam de lutar por eles. Trata-se, porém, de uma minoria.

Mas, se os **direitos sociais** são em geral conhecidos, a grande maioria dos trabalhadores desconhece a sua origem. Ou atribui essa origem, simplesmente, à generosidade de Getúlio Vargas, que ficou também conhecido como “pai dos pobres”.

Nesta aula, você verá como a criação dos **direitos sociais**, ao lado de uma série de outras medidas, fez parte de um amplo projeto de construção nacional realizado, justamente, num período em que se restringiu a **cidadania política**. A restrição se deu por meio da eliminação de **direitos políticos**, como os direitos de manifestação, de participação, de voto e de organização partidária. Esse período ficou conhecido como o Estado Novo.

Democracia X desenvolvimento

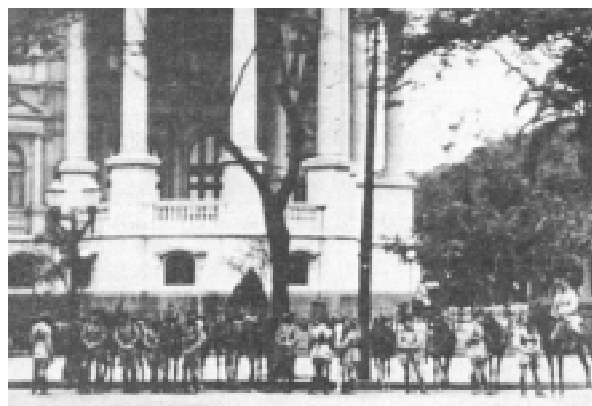
Movimento

O Estado Novo, como você pôde ver na última aula, teve início no dia 10 de novembro de 1937, com um golpe liderado por Getúlio Vargas, com o apoio das forças armadas. Com o golpe, o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais foram fechados; os governadores tornaram-se ou foram substituídos por **interventores** nomeados diretamente por Vargas, e foi imposta uma nova Constituição.

Em sua “Proclamação ao povo brasileiro”, transmitida pelo rádio na noite do próprio dia 10, Vargas definiu o golpe como a única atitude possível, diante da situação em que se encontrava o país. E que situação era essa?

Era uma situação, segundo ele, de perigo, de desagregação, de afronta à autoridade. Uma situação, enfim, em que o Estado, fraco, ameaçado, se encontrava impedido de promover medidas necessárias ao bem-estar e ao desenvolvimento da nação.

Entre os perigos que ameaçavam a nação, na perspectiva dos promotores do golpe, estava o comunismo.



Revolucionários na capital federal.

Ele teria se infiltrado em vários setores da vida do país, inclusive o militar, como evidenciava o levante ocorrido em novembro de 1935. Cabia, portanto, extirpá-lo.

Além do comunismo, contudo, haveria razões de ordem política e institucional pesando para que a situação do Brasil se tornasse caótica. De acordo com Vargas, a Constituição liberal de 1934 impunha sérios limites ao Poder Executivo, conferindo grande força ao Legislativo e aos partidos políticos. E, como os partidos eram controlados por **oligarquias** estaduais, o Congresso havia se tornado um lugar onde se expressavam não os interesses gerais da nação, e sim os de grupos regionais que competiam entre si. Leia o trecho da proclamação de Vargas transcrito abaixo. Procure ver qual era a sua avaliação da **democracia** e do **sufrágio universal**, ou seja, do direito de voto válido para todos, naquele momento:

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil. (...)

O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade.

Getúlio Vargas, A nova política do Brasil, v. 5, p. 21 e 22

O que se pode perceber é que a avaliação de Vargas era a de que a **democracia**, o **sufrágio universal**, o amplo direito de participação política, não funcionavam de fato como instrumentos por meio dos quais a maioria do povo manifestava a sua vontade, intervindo nas decisões governamentais. Segundo Vargas, eles eram, isso sim, meios pelos quais as minorias impunham os seus interesses à nação como um todo.

Esse tipo de análise era relativamente difundido naquele momento. Como você viu nas aulas anteriores, o final da década de 1920 e o início da de 1930

foram marcados por uma forte crise do sistema capitalista mundial, o que resultou em críticas ao **liberalismo** e ao **sistema representativo**. Propunha-se o fortalecimento do Poder Executivo e uma intervenção maior do Estado na economia.

Nos Estados Unidos, essa intervenção se deu por meio de uma série de políticas implementadas pelo então presidente Franklin Roosevelt. Essas políticas ficaram conhecidas como o **New Deal**. Nos Estados Unidos, a presença mais firme do Estado se deu sem que fossem abandonados os princípios democráticos. Mas o mesmo não ocorreu em alguns países da Europa, como a Itália

e a Alemanha, onde foram impostos **regimes totalitários** – o **fascismo** e o **nazismo**.

No Brasil, com Vargas, assim como na Argentina, com Juan Domingo Perón, também se observou a instalação de regimes de força, ainda que não **totalitários**. Esses regimes suprimiram os **direitos políticos** e o **sistema representativo**. A **democracia** era vista como obstáculo, e não como condição básica para o desenvolvimento e a modernização.



Getúlio Vargas falando à nação por ocasião da instauração do Estado Novo, 10 de novembro de 1937.

FGV/CPDOC. ARQ. Getúlio Vargas

No Brasil, a **centralização** do poder, com o fortalecimento do Executivo, foi acompanhada de um sistema de censura aos meios de comunicação que se encarregou de silenciar eventuais manifestações de descontentamento.

Ao mesmo tempo, um forte esquema de repressão foi empregado para neutralizar a oposição. Não só os comunistas foram atingidos pela repressão política. Ela alcançou todos aqueles, mesmo liberais, que eram considerados contrários ao regime.

Na ausência de um Poder Legislativo, o Executivo passou a concentrar também as suas funções, elaborando leis e constituindo-se na única fonte geradora de políticas para o país. Durante todo o período do Estado Novo, Vargas governou por **decretos-leis**, isto é, todos os decretos presidenciais valiam automaticamente como lei, independentemente de qualquer avaliação. Até mesmo porque não havia quem os avaliasse.

Como você pode perceber, as leis, num regime autoritário como o Estado Novo, são impostas sem discussão e sem crítica.

Compare essa situação com a que se observa num regime democrático, como o que vivemos hoje.

Pausa

Modernização com tradição

Com o Estado Novo, os poderes executivos estaduais passaram a ser ocupados por **interventores** – homens de confiança, indicados e diretamente subordinados a Vargas. No lugar das assembleias legislativas, foram criados departamentos administrativos, cujos membros eram nomeados também pelo presidente da República e que, em alguma medida, exerciam um controle sobre os atos dos **interventores**.

Aos departamentos administrativos cabia, entre outras coisas, aprovar os **decretos-leis** dos **interventores**, aprovar e fiscalizar os orçamentos dos Estados e avaliar o desempenho e a eficácia dos órgãos estaduais, apresentando sugestões de mudança.

Se as decisões do Executivo, com o fechamento do Legislativo, passaram a ser impostas, é preciso ver, contudo, que elas não eram fruto apenas das vontades ou dos caprichos individuais do presidente, dos ministros, e mesmo dos **interventores** ou dos secretários estaduais. Uma série de conselhos e órgãos técnicos foi criada, durante o Estado Novo, tendo como função promover estudos e discussões, propor medidas e assessorar o governo na elaboração e na execução de suas decisões.

Alguns desses órgãos foram o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho de Águas e Energia e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.

Não se pode esquecer, também, o importante papel que os militares – que foram uma peça-chave no golpe de 1937 – passaram a desempenhar na definição de prioridades, na formulação e na implementação de políticas.

Na visão das Forças Armadas, o Estado brasileiro devia investir em atividades estratégicas que garantissem a sua soberania e que, por isso mesmo, eram consideradas questão de segurança nacional.

Entre essas atividades estava o desenvolvimento de indústrias de base, como a siderurgia, e o suprimento de recursos energéticos, como o petróleo.

Em tempo

Você já deve ter-se dado conta, a esta altura, de que uma boa parte das reformas que o governo propõe, hoje, está ligada a processos e idéias que tiveram origem, justamente, no Estado Novo. Questiona-se hoje aquilo que, naquela época, era considerado condição necessária à própria sobrevivência da nação: um Estado grande, altamente centralizado, interventor e agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômicos.

Não por acaso, o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que, com o seu governo, chegaria ao fim a Era Vargas.

Juntamente com a interrupção do jogo político **representativo**, a **centralização administrativa** promovida por Vargas era apresentada como requisito básico para o aumento da eficiência e da racionalidade do Estado. Defendia-se também que era a única forma de eliminar a influência de grupos privados, como as **oligarquias** regionais, sobre os processos decisórios nacionais.

O governo passou a privilegiar, na composição e na ascensão de seus quadros, não os critérios da filiação partidária ou da indicação política, mas o do mérito, da formação profissional e da capacidade técnica. Foram instituídos concursos para o acesso a cargos públicos. Foi inclusive criado, em 1938, um órgão especialmente voltado para a reforma e a modernização da administração pública: o **Dasp**, Departamento Administrativo do Serviço Público.

Será que o Estado Novo conseguiu finalmente tornar mais justo o acesso aos cargos públicos, eliminando por completo o favorecimento, o nepotismo e o clientelismo? O Estado Novo pôde atender aos anseios gerais da nação, colocando-se, efetivamente, acima dos interesses particulares? É claro que não.

Apesar de terem sido feitas mudanças importantes, e apesar de o país ter, de fato, adquirido uma face moderna, é preciso destacar que o Estado Novo, além de **autoritário**, tinha características fortemente tradicionais. Não se deve esquecer que as **oligarquias** regionais continuavam bastante poderosas e que Vargas, ele mesmo, era originário da oligarquia gaúcha.

Esses grupos tinham a sua base de poder no campo, no controle que exerciam sobre as grandes propriedades e as populações rurais. Essa base de poder não foi ameaçada pelas principais medidas implementadas pelo Estado Novo, porque a ação direta deste se deu na área urbana. Mais do que isso: se as oligarquias tiveram que abrir mão de parte da sua influência, elas, por outro lado, também foram beneficiadas por políticas, obras e investimentos, além de cargos públicos.

Os próprios **interventores** acabaram constituindo vínculos estreitos com as oligarquias regionais, utilizando os recursos de que dispunham de forma clientelística. Vários deles criaram fortes bases políticas nos Estados, afirmando-se como grandes lideranças.

Você pode estar se perguntando: afinal, pelo menos o Estado Novo representou os interesses gerais da nação, como prometera de início?

Infelizmente, não. É preciso ver que, com Vargas à frente, era um grupo específico, que não havia sido eleito e que havia tomado o poder por meio de um golpe, que dizia falar em nome da nação. E, como o país se encontrava sob censura, com **direitos políticos** suspensos e ameaça permanente de prisão, é difícil avaliar se havia mesmo, desde o início, uma sintonia efetiva entre governo e povo – entre Estado e nação.

O pai dos pobres

Ainda que não houvesse, desde o início, uma sintonia efetiva entre Estado e nação, o importante é perceber como ela foi sendo construída ao longo do tempo, de maneira tal que Vargas terminou se afirmando como uma das maiores lideranças políticas da história do Brasil. Isso se deu por meio de alguns mecanismos básicos, entre eles a educação.

O Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Gustavo Capanema, desempenhou um papel fundamental no projeto político desenvolvido pelo Estado Novo. Sua ação foi dirigida, principalmente, para criar e afirmar uma nova idéia de nacionalidade.

À educação coube a importante função de formar os cidadãos brasileiros, dotando-os de valores e noções comuns a toda a nação. E por educação, nesse caso, deve ser entendida não apenas aquela formal, que se dava dentro das salas de aula, mas também a que se chamava de **extra-escolar**. Foi assim, por exemplo, que se criou o Instituto Nacional do Livro. Entre outras coisas, o instituto foi responsável pela disseminação de bibliotecas no país.

A propaganda política foi muito utilizada no período do Estado Novo. Por meio dela, o governo queria divulgar, no rádio e na imprensa, uma nova maneira de pensar o Brasil, de criar uma imagem de sociedade brasileira. Falava-se muito na criação de um “homem novo” para um “Estado Novo” de uma “Nova Nação”. A propaganda ficou a cargo do DIP, o poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939.

A presença forte do DIP se fez sentir em áreas e meios bastante diversos, que iam desde o cinema até a literatura, passando pelo rádio, a imprensa e o teatro.

O DIP não apenas se encarregava da censura, filtrando aquilo que poderia ser dito, como também produzia seus próprios materiais de divulgação e propaganda: cartazes, fotos, filmes, notícias, revistas, livros e cartilhas escolares, entre outros.

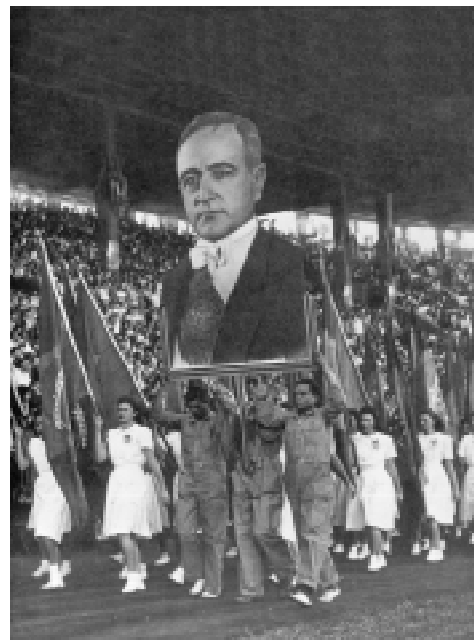
A máquina de propaganda do Estado Novo foi, de fato, empregada para impor a figura de Vargas como grande líder, benfeitor e condutor dos destinos da nação, identificando-o com o próprio Estado. Era como se Vargas e o Estado fossem inseparáveis.

Entre as realizações, uma que foi sem dúvida mais enfatizada pela propaganda, e que gerou a visão de Vargas como **pai dos pobres**, foi a **legislação trabalhista**. Na verdade, mesmo antes do Estado Novo – mais especificamente, a partir de 1930, e já, portanto, com Vargas à frente do governo do país – podiam ser percebidas iniciativas mais significativas em relação aos direitos dos trabalhadores e à sua organização em sindicatos.

Foi sob o Estado Novo, no entanto, que se organizou a Justiça do Trabalho (1939), que se criou o salário mínimo regional (1940), que se estabeleceu o imposto sindical (1940) e que surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943).

A ordem e a harmonia eram garantidas pela própria estrutura sindical criada. A Constituição de 1937 dizia que a organização em sindicatos era livre, mas acrescentava que apenas os sindicatos reconhecidos pelo Estado teriam, legalmente, o direito de representação de uma categoria.

Além disso, ficavam proibidos a **greve** e o **locaute** (locaute, do inglês *lock-out*, quer dizer greve patronal), que eram considerados nocivos aos interes-



Jovens carregam estandarte de Getúlio Vargas em manifestação cívica.

ses da nação. Se acrescentarmos, ainda, o fato de que se tratava de um momento de intensa repressão política, veremos que a margem de atuação dos sindicatos era bastante reduzida.

Não pense você, entretanto, que tudo isso não passava de uma estratégia para iludir os trabalhadores, fazendo-os acreditar que tinham direitos quando, na realidade, as coisas não eram bem assim. Mais do que criar direitos, o governo buscou garantir a sua aplicação, o que gerou descontentamentos em alguns setores do empresariado.

Esses descontentamentos, contudo, foram sendo neutralizados pelo forte estímulo à industrialização, dado pelo Estado Novo. Uma das expressões desse estímulo foi o pesado investimento feito pelo governo na criação de uma indústria de base no país, cujo exemplo maior era a Companhia Siderúrgica Nacional, de 1941. Desse processo também resultou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942, com o objetivo de formar mão-de-obra para a indústria.

Na realidade, é no próprio esforço de industrialização desenvolvido pelo Estado Novo que a legislação trabalhista se inclui. O que se buscou com ela, em larga medida, foi regulamentar as relações de trabalho, além, é claro, de controlar a atividade sindical, eliminando a possibilidade de conflitos e perturbações.

É preciso acentuar, contudo, que, se alguns direitos foram criados e garantidos, eles se restringiram, unicamente, aos trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais continuaram sujeitos aos grandes proprietários, excluídos da **cidadania** representada pelos **direitos trabalhistas**.

O mesmo governo, portanto, que promoveu a industrialização e que regulamentou as relações de trabalho e a organização sindical nas cidades, absteve-se de intervir no campo, deixando intacto o controle das **oligarquias** rurais sobre os camponeses.

Em tempo

Foi apenas no governo João Goulart, em 1963, que alguns dos direitos básicos passaram a ser efetivamente estendidos ao campo, por meio da lei chamada Estatuto do Trabalhador Rural.

Últimas palavras

Nesta aula, você viu como a criação dos **direitos sociais** esteve associada à política de promoção da industrialização feita pelo Estado Novo. Mas o que foi essa política de industrialização?

Esse será o tema da próxima aula. Nela, você também verá, entre outros assuntos, como a legislação trabalhista e a estrutura sindical propiciaram a criação de um movimento chamado “trabalhista”, ligado à imagem e à liderança de Vargas. Esse movimento serviu de base, às vésperas da queda do Estado Novo, para a formação do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Democracia X desenvolvimento** e explique a frase contida no texto da aula: “A democracia era vista como obstáculo, e não como condição básica para o desenvolvimento e a modernização.”

Exercício 2

Releia o item **O pai dos pobres** e explique como o governo procurou construir a imagem de Vargas como grande líder popular e condutor da nação.

A nova centralização: o Estado Novo - II

Na aula anterior, você viu como Getúlio Vargas organizou o regime do **Estado Novo**, em sua face política, cultural e social. Nesta aula, você verá em que base econômica esse projeto se assentava, e como o governo organizou as relações entre o capital e o trabalho.

Deve-se ter em mente que os anos 30 testemunharam a reorganização econômica do país no sentido da industrialização e da urbanização. Além disso, você verá que o regime do Estado Novo foi contemporâneo às transformações políticas por que passavam os países da Europa. Foram transformações que levaram o mundo à Segunda Guerra Mundial.

Como o Brasil se inseriu nesse conflito? Quais foram as consequências da guerra para o país, tanto na área econômica quanto política?

Abertura

A crise de 1929 e a industrialização brasileira

Na Aula 25, vimos que, em outubro de 1929, após um período de relativa prosperidade na economia mundial, a bolsa de valores de Nova York teve uma queda sem precedentes na história.

Como consequência, diversas instituições financeiras foram à falência. A produção industrial e agrícola retrocedeu, e houve uma altíssima elevação da taxa de desemprego, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, com repercussões sobre a economia internacional como um todo. As consequências foram duras para o Brasil. Os países industrializados (Estados Unidos, Inglaterra e outros) diminuíram muito a compra dos produtos agrícolas que nós exportávamos. Com isso, atingiram nosso principal produto de exportação: o café.

Movimento

Você sabia que, na década de 1920, o café era responsável por 70% da renda obtida pelo Brasil com exportações?

Em tempo

Com a redução de suas vendas de café para o exterior, assim como de outros produtos primários, o Brasil não conseguia recursos para equilibrar suas contas e, portanto, não podia importar os produtos industrializados necessários à economia. Aliás, os produtos industrializados que o Brasil importava também ficaram mais caros.

Começou aí o processo de **substituição de importações**. Isto é: o Brasil passou a produzir mercadorias que antes eram compradas no exterior.

O país já contava então com indústrias de bens de consumo, principalmente têxteis e alimentos, e com uma pequena indústria de base. A necessidade de substituição de importações de produtos mais sofisticados levou o governo a utilizar a capacidade ociosa do parque industrial.

Nessa estratégia, foi muito importante a política de intervenção estatal na economia inaugurada pelo Estado Novo. Ela permitiu o controle e o direcionamento da produção, sob forte regulamentação.

Você deve estar se perguntando: como os empresários e os trabalhadores se inseriram nessa política do governo?

Getúlio Vargas em reunião com seu ministério por ocasião da declaração de guerra aos países do Eixo. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1942.



FGV/CPDOC.ARQ. Oswaldo Aranha

No caso dos empresários, foi fundamental a contribuição dada ao Estado por organizações como a **Fiesp** (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). A Fiesp apoiava o controle estatal sobre a política econômica do país, que protegia as indústrias existentes e favorecia as novas iniciativas.

Se as classes empresariais se organizavam em torno do Estado e participavam diretamente na definição da política econômica do país, qual era a posição das classes trabalhadoras? O que fez o Estado para atraí-las?

Um dos recursos de que o Estado lançou mão foi a ideologia do **trabalhismo**. Criar uma imagem positiva do trabalhador era uma meta importante do Estado Novo. Com isso, o governo pretendia também disciplinar a relação entre empregadores e operários e diminuir o conflito entre capital e trabalho.

Em tempo

Dizia Vargas em discurso pronunciado no 1º de Maio de 1943:

(...) à medida que impulsionamos as forças produtoras para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamos sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social.

Getúlio Vargas, A nova política do Brasil, v. 10, p. 51

Durante o Estado Novo, foi aprovada uma série de leis trabalhistas que organizariam as relações entre capital e trabalho por muitos anos no Brasil. Foi abolida a **pluralidade sindical**. O que isso significa? Significa que o Estado só reconhecia a existência legal de **um** sindicato por categoria profissional. Foi instituído o imposto sindical, de recolhimento obrigatório, sobre o salário do trabalhador. Esse dinheiro iria para o Ministério do Trabalho, que então o repassaria aos sindicatos.

Controlados pelo Estado, os sindicatos perderam sua força política reivindicatória e passaram a funcionar como associações recreativas e assistencialistas. A relação trabalhador-sindicato passou a ter o Estado como intermediário. Em outras palavras, as leis sindicais colocaram os sindicatos sob a **tutela** do Estado.

Note que a instituição do imposto sindical imprimiu uma falsa imagem de representatividade aos sindicatos. Por quê?

Ao ser descontado compulsoriamente da folha de pagamento, o imposto garantia recursos à direção sindical independentemente do grau de participação dos trabalhadores nas atividades da organização e do apoio das massas a seus dirigentes.

Pausa

Foi também nesse período, precisamente em maio de 1940, que se instituiu a lei do **salário mínimo**. Essa lei estipulou um mínimo de remuneração para satisfazer as despesas de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte do trabalhador.

Finalmente, em 1943, um decreto presidencial criou a Consolidação das Leis do Trabalho, a **CLT**. Por meio dela, como o próprio nome indica, as leis trabalhistas antes adotadas foram sintetizadas e finalmente consolidadas.

Em seu conjunto, as leis trabalhistas instituídas durante o período de intervenção estatal na economia garantiram ao governo de Getúlio Vargas o controle do movimento sindical durante a passagem de uma economia agroexportadora para uma economia urbano-industrial.

Guerra no horizonte

Você viu que a substituição de importações no Brasil teve como uma de suas origens a desaceleração da economia mundial. No entanto, após um período de crise internacional, os Estados Unidos e a Alemanha começaram a competir pelos mercados latino-americanos. Consideravam os países da América Latina excelentes fornecedores de matérias-primas e compradores de produtos manufaturados.

Que fez o Brasil, que desejava se industrializar, diante dessa disputa entre Estados Unidos e Alemanha pelo mercado brasileiro?

Adotou uma política de assinar acordos comerciais com os dois países, procurando obter os recursos necessários para o seu desenvolvimento econômico. Na lista das reivindicações brasileiras, destacava-se o financiamento de uma grande usina siderúrgica. Tratava-se de uma peça fundamental para a industrialização do país, já que lhe daria autonomia na produção do aço.

Embora não interessasse aos Estados Unidos promover a industrialização brasileira, a possibilidade de o Brasil estreitar suas relações com a Alemanha fez

Na Segunda Guerra Mundial, Aliados eram os países que se associaram contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Inicialmente os Aliados eram França e Inglaterra. Posteriormente contaram com a entrada dos Estados Unidos.

com que o governo norte-americano garantisse os empréstimos necessários para a construção da usina de Volta Redonda (RJ).

Mas o panorama internacional estava longe de ser tranqüilo. Em setembro de 1939, um novo conflito mundial rebentou na Europa e, em dezembro de 1941 os Estados Unidos declararam guerra aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), unindo-se aos Aliados.

Com isso, Getúlio Vargas viu chegar ao fim seu poder de barganha com relação à Alemanha e aos Estados Unidos. Agora, era preciso definir-se com relação à guerra mundial: ou ficava ao lado de um, ou ao lado do outro.

Em janeiro de 1942, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália. Em consequência da decisão do governo, a frota mercante brasileira seria alvo de diversos ataques de submarinos alemães.

Em tempo

Você sabia que, só entre os meses de junho e agosto de 1942, cerca de dez navios foram torpedeados na costa brasileira?

Por causa desses ataques, e graças à forte campanha política e ideológica dos Aliados, dia a dia aumentava a simpatia da população brasileira pela luta contra os regimes **nazista e fascista** da Alemanha e da Itália.

Manifestação pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.



O nazismo foi a versão alemã da ideologia autoritária fascista surgida na Itália nos anos 20. Semelhantes em sua oposição à ordem liberal-democrática e em seu culto à nação, às virtudes militares e à obediência a um líder, apresentavam, porém, uma grande diferença: na ideologia nazista era o racismo central – a crença na superioridade de uma raça.

Com Adolf Hitler à frente, o Partido Nacional-Socialista alemão, porta-voz do nazismo, chegou ao poder no ano de 1933. Dali até o final da guerra, em maio de 1945, estima-se que seis milhões de judeus foram mortos nos campos de concentração.

Finalmente, em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália. Começaram então os planos de enviar tropas brasileiras para lutar ao lado dos Aliados do outro lado do Atlântico. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi criada em abril de 1943. Em junho de 1944, o primeiro contingente partiu para a Itália.

Nossos pracinhas lutaram ao lado das forças norte-americanas contra posições alemãs em território italiano. Entre suas principais vitórias, destacam-se Monte Castelo, Castelnuovo e Montese.



Embarque de tropas brasileiras para a guerra.

Nesse esforço, mais de quatrocentas vidas se perderam, abatidas pelas tropas inimigas e pelo intenso inverno europeu que nossos pracinhas não estavam preparados para enfrentar.

A queda de Getúlio Vargas ou o fim do Estado Novo

Vimos que a população brasileira foi gradualmente se aproximando da causa aliada na luta contra os regimes autoritários do Eixo. Pois bem: ao declarar guerra à Alemanha e à Itália, Vargas criou para si um grave problema. Afinal, havia uma incoerência! Como apoiar os Aliados em defesa da democracia e manter um regime autoritário no país? Por toda parte começaram as manifestações pelo fim do regime do Estado Novo.

Procurando reverter essa tendência, Vargas adotou algumas medidas políticas liberalizantes. Em fevereiro de 1945, convocou eleições presidenciais e legislativas, em data a ser marcada 90 dias depois. Em abril, concedeu anistia a todos os presos políticos. Em maio, marcou as eleições para o mês de dezembro. Paralelamente, iniciou-se o processo de constituição dos partidos políticos.

Mas começou, também, o chamado movimento **queremista**.

Em tempo

A palavra **queremista** se originou da palavra de ordem “Queremos Getúlio”, usada nas manifestações de rua por aqueles que desejavam que Getúlio continuasse presidente ou se declarasse candidato nas próximas eleições.

Outro slogan que se ouvia na época era “Constituinte com Getúlio”. Ou seja, Getúlio podia ficar, bastava que se fizessem eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte.

Manifestação
queremista.



Apoiavam o movimento queremista as massas populares ligadas ao trabalhismo e os comunistas anistiados. Os trabalhistas compunham a corrente mais fiel ao ditador. Mas, para os comunistas, a eleição de um novo presidente, com a Constituição de 1937 ainda em vigor, era vista com desconfiança.

As elites conservadoras que ainda apoiavam Vargas viram na aliança do presidente com os comunistas, e nas supostas intenções de Vargas de permanecer no poder, razão indiscutível para o golpe que o destituiu, em 29 de outubro de 1945.

Últimas palavras

Nesta aula você acompanhou os últimos momentos do regime do Estado Novo. Viu que a derrota do nazi-fascismo na Europa teve forte influência sobre a queda de Getúlio Vargas.

A seguir, você verá como se processou a redemocratização política brasileira. Quais foram os principais partidos políticos então criados? Quais eram as suas bases eleitorais?

Você viu também que, a partir de 1942, o Brasil se alinhou às democracias lideradas pelos Estados Unidos. Quais as consequências políticas e econômicas desse alinhamento para o Brasil? Como se organizou o mundo no pós-1945, e qual a posição do Brasil frente às novas potências?

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Guerra no horizonte** e explique por que o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha

Exercício 2

Releia o item **A queda de Getúlio Vargas** e identifique uma razão que contribuiu para a queda de Vargas e o fim do Estado Novo.

Módulo 11

A volta de Vargas ao poder

Este módulo levará você a um momento importante de nossa história republicana – o da **redemocratização** do país, com a queda do governo ditatorial de Vargas.

Nas três aulas seguintes, você vai entrar em contato com os surpreendentes caminhos da política. Verá, por exemplo, como um ditador deposto pôde voltar ao governo pelos votos, ou, como ele mesmo diria, “nos braços do povo”.

Venha...

A ordem liberal-democrática

Abertura

Na aula passada vimos que, em 1945, Vargas convocou eleições para a presidência da República. Mas o regime do Estado Novo chegou ao fim antes que elas se realizassem, com o golpe de 29 de outubro.

Nesta aula, você verá como o país se organizou, a partir de então, no caminho da redemocratização política. Além disso, saberá de que forma o alinhamento aos Estados Unidos condicionou as opções políticas do Brasil no plano internacional. Você vai conhecer também as opções de política econômica do **governo Dutra**.

Partidos políticos e Assembléia Nacional Constituinte

Com o golpe de 29 de outubro de 1945, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, foi empossado na presidência da República. Sua principal tarefa foi a condução das eleições legislativas e presidenciais marcadas por Getúlio Vargas quando ainda estava no poder, em maio daquele ano.

Os principais partidos políticos em disputa eram a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).



A **UDN** nascera como uma verdadeira frente de oposição ao regime do Estado Novo, reunindo aqueles que já não pertenciam, ou jamais haviam pertencido, à máquina de governo getulista. O **PSD**, ao contrário, nascera a partir dessa mesma máquina. Era um partido de natureza conservadora, e se apoiava nas chamadas interventorias estaduais. Já o **PTB** era a expressão política do sindicalismo sob a tutela do Estado.

Você deve notar que, pela primeira vez na história do país, os partidos deveriam ter representação nacional. Na República Velha, as bancadas partidárias eram de natureza estadual ou regional. Essa situação se manteve depois de 1930, até a dissolução dos partidos, em 1937. Note também que, de meados da década de 1930 até 1945, o eleitorado brasileiro aumentou de 1,5 milhão para 7,5 milhões de pessoas.

Os candidatos que disputavam a presidência da República eram o brigadeiro Eduardo Gomes, antigo líder das revoltas tenentistas, da UDN, e o general Eurico Gaspar Dutra, ex-colaborador de Vargas durante o Estado Novo, lançado pelo PSD e apoiado igualmente pelo PTB. O PCB também lançou um candidato, Yedo Fiúza. Embora pouco conhecido das massas populares, ele obteve cerca de 10% dos votos.

Veja só os caminhos da política. Dutra, um dos articuladores do golpe de outubro de 1945 contra Vargas, foi o candidato do PSD e obteve apoio do PTB.

Então, veja bem: embora o governo Dutra não deva ser visto como mera continuidade do anterior, a derrubada de Vargas também não significou a derrota das forças conservadoras que o apoiavam. O alvo do golpe fora a pessoa do presidente e suas vinculações com as forças trabalhistas e comunistas, e não os interesses da oligarquia que ele também representava.

O fraco desempenho de Dutra durante a campanha presidencial o levou a buscar o apoio do PTB. Em troca do apoio à candidatura Dutra, o PTB exigiu a nomeação de um dos membros do partido para o Ministério do Trabalho.

Dessa forma, Vargas obteve uma dupla vitória nas eleições de 1945: alguns de seus antigos colaboradores permaneceram no poder, e a política trabalhista sob tutela estatal teve garantia de continuidade.

Em tempo



Grupo de manifestantes pró-Eduardo Gomes.

O governo de Dutra, eleito com cerca de 55% dos votos, foi marcado politicamente pela promessa da redemocratização. Na realidade, porém, de 1946 a 1951, o país foi administrado de forma elitista e conservadora.

Veja, por exemplo, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, iniciados em 2 de fevereiro de 1946. O partido majoritário na Assembleia era o

PSD, seguido da UDN. A maioria conservadora evitou que fossem dados passos largos no sentido da democratização. A despeito da adoção de eleições diretas para o Executivo e o Legislativo, a nova Constituição manteve intactos os principais aspectos da carta estadonovista.

Em tempo

Embora a Assembléia Nacional Constituinte de 1946 tenha representado um avanço democrático na vida política do país, deve-se ter em mente que a sua composição social estava longe de ser pluralista. Veja o que disse Aliomar Baleeiro, ele mesmo representante da oligarquia baiana:

Se se fizer um inquérito da composição social e profissional desta Assembléia, verificaremos que todos nós, ou pelo menos nossos parentes, saímos das classes agrárias, que se têm libertado sempre do pagamento de impostos, que então passam a recair sempre diretamente sobre o proletariado.

Citado por Leôncio Basbaum, *História sincera da República*, p. 179

Parlamentares
protestando
contra a
cassação
do PCB.



O traço conservador do governo foi acompanhado de forte oposição ao comunismo. O movimento trabalhista, que desde o ano de 1945 ia ganhando força, tinha como um de seus objetivos a recuperação do poder de compra dos salários. Mas era visto, pelo novo governo, como sendo manipulado pela mão do comunismo internacional. Isso refletia a incapacidade dos governantes de perceber o sentido social das greves. A reação do governo foi implacável. Estima-se em 400 o número de intervenções federais em sindicatos, entre 1947 e 1950. Houve também inúmeras detenções.

Terminados os trabalhos da Constituinte, a oposição aos partidos de esquerda no Brasil, e mais particularmente ao PCB, se intensificou. Em outubro de 1947, cinco meses antes de o Brasil romper relações diplomáticas com a União Soviética, o PCB teve cassado o seu registro. A seguir, começou a batalha da cassação dos mandatos de todos os parlamentares comunistas eleitos em 1945, que os tirou do Congresso e os jogou na clandestinidade.

Em tempo

Em toda a sua história, o PCB esteve quase sempre na ilegalidade. Criado em março de 1922, foi fechado pelo governo logo a seguir, em junho do mesmo ano. Em janeiro de 1927, retornou à legalidade por apenas alguns meses. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, pelo fato de o Brasil ter-se unido às forças aliadas de que fazia parte a União Soviética, foram restabelecidas relações diplomáticas com Moscou e o PCB obteve seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. Depois de ter seu registro cassado em 1947, somente em 1985 o partido voltou à legalidade, embora bastante debilitado após tantos anos na clandestinidade.

Será que o anticomunismo do governo Dutra coincidiu com a reversão da aliança Estados Unidos-União Soviética? Ou foi, na realidade, resultado desse processo? Vejamos, então, como o Brasil se inseria no mundo do pós-guerra.

A Guerra Fria chega ao Brasil

Você já ouviu falar em “guerra fria”? Guerra Fria foi o nome dado à disputa político-ideológica entre os mundos capitalista e comunista, iniciada poucos anos depois do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Durou mais de quarenta anos. Os personagens principais foram os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética. A guerra entre esses dois países nunca chegou às vias de fato, mas produziu inúmeros conflitos em diversas partes do mundo.

Finda a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética surgiram no cenário internacional na qualidade de grandes potências. Mas concretamente, no pós-guerra imediato, seus recursos de poder não eram equivalentes. Ao contrário da União Soviética, os Estados Unidos não sofreram ataques militares a seu território. Além disso, desde 1945, podiam contar com um importante instrumento de poder: a **bomba atômica**.

Em tempo

Em 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos lançaram sobre a cidade japonesa de Hiroshima a primeira bomba atômica, matando cerca de 80 mil pessoas e ferindo outras 90 mil. A seguir, em 9 de agosto, outra bomba foi lançada sobre o Japão, desta vez sobre a cidade de Nagasaki, igualmente com altíssimo número de vítimas. Só em 1949 a União Soviética explodiu experimentalmente sua primeira bomba atômica, seguida pela Inglaterra, em 1952, a França, em 1960 e a China, em 1964.

Como se combinavam a política interna e a política externa do governo Dutra? Internamente, o presidente Dutra se preocupava com a ação do comunismo internacional. Externamente, o governo brasileiro se associou à política do governo norte-americano de contenção da União Soviética.

Havia, assim, uma sintonia entre política interna e política externa. Portanto, enquanto o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos foi um instrumento utilizado por Vargas para obter momentaneamente vantagens políticas, econômicas e militares, para Dutra ele foi um **objetivo permanente** de política exterior. Nas relações bilaterais e multilaterais, o Brasil procurou adequar suas demandas e interesses aos objetivos de conter o comunismo internacional, sempre ao lado dos Estados Unidos.



Eurico Gaspar Dutra (centro) assiste a manifestação em palanque.

Desenvolvimento econômico: liberalismo ou intervenção?

No que diz respeito à economia, o governo Dutra foi caracterizado pela aplicação de uma política liberal, permeada por algumas intervenções do Estado. Ao sabor das necessidades, as posições liberais cediam o lugar a medidas intervencionistas.

No início de seu governo, como forma de deter a inflação, Dutra adotou uma política econômica liberal que incentivava a importação de bens manufaturados. Como consequência, em pouco tempo esgotaram-se as reservas cambiais.

O governo decidiu então adotar uma política de maior controle das importações. Passou a beneficiar apenas os artigos essenciais, como equipamentos, maquinaria e combustível. As medidas tomadas nesse sentido resultaram em incentivo à produção industrial interna, dando início ao período de “industrialização espontânea”. Mas, e a inflação?

Como a estratégia anterior não resolveu o problema inflacionário, o governo procurou coordenar os gastos públicos por meio do chamado **Plano Salte** – o nome vem das letras iniciais de **s**aúde, **a**limentação, **t**ransporte e **e**nergia.

O fracasso desse plano determinou o arrocho salarial como saída para conter a espiral inflacionária. Dutra permaneceu, dessa forma, fiel aos postulados clássicos do liberalismo econômico.

Últimas palavras

Nesta aula você viu como a redemocratização veio acompanhada de uma forte dose de conservadorismo, tanto na área política quanto econômica. Na aula seguinte, você acompanhará o retorno de Getúlio Vargas ao poder. Tendo-se mantido por um bom tempo ao largo das disputas políticas, o então senador pelo PSD foi dia a dia articulando sua candidatura à presidência da República pelo partido criado à sua semelhança, o PTB.

O retorno de Vargas “nos braços do povo”, os principais traços de seu segundo governo (de 1951 a 1954) e as disputas políticas que o levaram ao suicídio serão objeto de nosso próximo encontro. Até lá.

Exercícios

Exercício 1

Explique por que, naqueles anos de construção da democracia no país, o governo Dutra rompeu relações diplomáticas com a URSS e cassou o registro do PCB.

Exercício 2

Releia o item **Desenvolvimento econômico: liberalismo e intervenção** e explique a frase contida no texto da aula: “Dutra permaneceu fiel aos postulados clássicos do liberalismo econômico”.



O Estado na dianteira: intervencionismo e desenvolvimento no segundo governo Vargas

Abertura

*E*m dezembro de 1994, quando foi eleito presidente da República, Fernando Henrique Cardoso foi ao Senado para se despedir de seus colegas e fez um discurso. Afirmou que, para construir o futuro do Brasil, era preciso fazer um acerto de contas com o passado. E explicou que passado era esse:

(...) um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista.

E continuou:

Esse modelo, que à sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego nos final dos anos 70.

Na Aula 28, falamos sobre a política econômica do primeiro governo Vargas. Na aula 29, sobre a do governo Dutra. Vamos falar agora sobre uma ampla discussão que estava acontecendo nos anos 40 e 50, sobre o tipo de desenvolvimento que deveríamos adotar. Vamos procurar entender, na aula de hoje, o que foi esse modelo de desenvolvimento da Era Vargas – que, segundo Fernando Henrique Cardoso, permaneceu quase cinquenta anos em vigor.

O modelo de desenvolvimento da Era Vargas

Movimento

Ao final da Segunda Guerra Mundial, enquanto o mundo se dividia em dois blocos que se manteriam em permanente tensão na Guerra Fria, acalorou-se no Brasil a discussão sobre os rumos que deveríamos seguir em nosso esforço de desenvolvimento.

Um grupo liderado pelo industrial paulista Roberto Simonsen dizia que era importante o país continuar a se industrializar e abrir mais fábricas para produzir aquilo que até então vinha de outros países, como máquinas, tratores, caminhões, automóveis.

Além de investir mais na indústria, era preciso também abrir novas estradas, aumentar as linhas ferroviárias, melhorar os portos. Tudo isso para que as matérias-primas pudessem chegar até as fábricas. E, depois, para que os produtos das fábricas pudessem chegar até os consumidores de todo o país.

Era preciso ainda que o Brasil explorasse o seu petróleo, o seu carvão, o manganês, o ferro e outros produtos minerais. A agricultura também tinha de se modernizar. O agricultor precisava de tratores, de sementes de melhor qualidade, de irrigação.

Tudo isso, para se concretizar, exigia o planejamento das medidas a serem tomadas e grande soma de capitais. Mas os nossos empresários não tinham grandes recursos, e faltavam também conhecimentos técnicos. Era preciso importar novas tecnologias. Os empresários precisavam da ajuda do governo ou de empresas e empresários estrangeiros.

Esse grupo liderado por Roberto Simonsen contava com o apoio de muitos industriais, militares, jornalistas, professores, trabalhadores, escritores e outros. A proposta que defendiam foi chamada de **modelo desenvolvimentista**.

Pouco tempo depois, esse grupo se dividiu. De um lado, ficaram aqueles que pensavam que, se o Brasil precisava desenvolver a sua indústria, não importava quem iria investir: podiam ser os empresários brasileiros, os estrangeiros ou o governo. De outro lado, colocaram-se os que acreditavam que só os empresários brasileiros e o governo é que deveriam explorar os nossos recursos naturais.

Este último grupo não aceitava a participação do capital estrangeiro no nosso desenvolvimento. Argumentava que os estrangeiros só queriam explorar os nossos produtos naturais e nos vender os seus produtos industrializados. Não acreditava que empresas estrangeiras pudessem vir para o Brasil e produzir aqui. Integrado também por muitos políticos, militares, jornalistas, escritores e outros, esse grupo ficou conhecido como o dos **nacionalistas**.

Mas havia ainda um grupo que não concordava nem com os desenvolvimentistas nem com os desenvolvimentistas-nacionalistas. Era o grupo liderado pelo economista Eugênio Gudin. Esse grupo entendia que o Brasil não deveria se preocupar com a industrialização, e sim incentivar a agricultura, melhorar e diversificar a produção agrícola. Dizia que nós, brasileiros, tínhamos demonstrado que éramos capazes de produzir bem na agricultura, pois conseguíamos exportar café, cacau, açúcar, algodão e outros produtos agrícolas. Com os recursos da venda desses produtos no exterior poderíamos comprar automóveis, geladeiras, máquinas etc. Se os estrangeiros quisessem vir aqui abrir fábricas, ótimo para nós. Se os nossos empresários conseguissem produzir bens com custos baixos, ótimo também. Mas o governo não deveria entrar na produção, nem planejar a economia. A produção deveria ser deixada para os empresários privados.

Essa posição, ou modelo de desenvolvimento, foi chamada de **neoliberal**. O grupo defensor desse modelo reunia grande número de exportadores, representantes de empresas estrangeiras, jornalistas, escritores e políticos.

Getúlio Vargas volta ao poder

Em 1950, no meio dessa discussão toda, deveria ser feita a eleição do presidente da República que iria substituir o presidente Eurico Gaspar Dutra.

Os partidos políticos apresentaram os seus candidatos. A UDN lançou o mesmo candidato que havia concorrido em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD lançou o mineiro Cristiano Machado. O PTB e o Partido Social Progressista (PSP) lançaram juntos Getúlio Vargas, o ditador do Estado Novo que fora derrubado pelos militares em 1945.

Em sua campanha eleitoral, nos comícios que fez ao percorrer todos os Estados da federação, Vargas garantiu ao povo que, se fosse eleito, iria continuar

incentivando a industrialização, como fizera durante seu primeiro governo. Dizia que só a indústria permitiria que o Brasil atingisse a sua independência econômica e se tornasse um país desenvolvido como os Estados Unidos, a União Soviética e outros países importantes da Europa. Era favorável à exploração dos nossos recursos naturais, como petróleo, manganês, ferro, carvão, por empresários nacionais ou pelo governo, embora aceitasse a participação dos capitais estrangeiros em outros setores da economia.

Vargas defendia também a maior intervenção do Estado na área econômica, o que significava que o governo deveria estabelecer as regras da produção e também produzir. Como se vê, seu discurso de campanha estava próximo do modelo **desenvolvimentista-nacionalista**.

Outra promessa que Vargas fez durante a campanha foi continuar sua política de defesa dos direitos dos trabalhadores. Agora, prometia aos trabalhadores rurais os mesmos direitos que tinham os das zonas urbanas. O fato é que Getúlio Vargas ganhou as eleições de 3 de outubro de 1950 com 48,7% do total de votos.



Charge da fácil vitória de Getúlio Vargas nas eleições.

Essa vitória foi muito mal recebida pelos perdedores, especialmente a UDN, que não perdoava Vargas por ter governado, durante o Estado Novo, sob um regime de ditadura. A oposição não acreditava que ele pudesse governar dentro de um regime democrático. Tentou, então, impedir a sua posse. O argumento usado foi o de que Vargas não conseguira a maioria absoluta de votos, ou seja, a metade dos votos mais um. Ocorre que a legislação eleitoral daquela época não exigia isso.

Hoje, para ser eleito presidente da República, o candidato precisa obter maioria absoluta de votos. Se nenhum candidato obtiver essa quantidade de votos na primeira eleição, a lei exige um segundo turno de disputa para os dois primeiros candidatos mais votados. O candidato que tiver 50% mais um dos votos é o vencedor.

Em tempo

Em 1950, portanto, a UDN não tinha razão quando contestou a vitória de Vargas. A Justiça não concordou com o pedido de anulação do resultado, e Getúlio tomou posse no dia 31 de janeiro de 1951.

Você já votou para presidente no Brasil? De quantas eleições para presidente já participou? Quando foram as eleições? Quais foram os candidatos? A que partidos eles pertenciam?

Pausa

Você já está entendendo que Getúlio assumiu o governo enfrentando uma forte oposição. Mas ele era um político que sabia conciliar, procurava sempre contemporizar, harmonizar. Essa era uma das características da sua maneira de agir politicamente. Ele formou o seu ministério, inclusive, com políticos da oposição, e procurou trazer para o governo a UDN, o partido que mais o criticava. Em contrapartida, convidou para o Ministério da Guerra – que atualmente se chama Ministério do Exército – um militar nacionalista, o general Estillac Leal. Essa escolha foi muito criticada por seus opositores, que já temiam que ele adotasse uma política nacionalista.

Para o Ministério da Fazenda foi nomeado o empresário paulista Horácio Lafer. Para o Ministério das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Ambos eram favoráveis ao desenvolvimento da indústria nacional com o apoio do governo, mas aceitavam a participação do capital estrangeiro no nosso desenvolvimento. Não se pode dizer que fizessem parte do grupo dos nacionalistas.

Getúlio Vargas e
Tancredo Neves
(à direita).



Mas como foi o seu governo?

Logo no início do seu governo, Vargas criou uma Assessoria Econômica da Presidência da República. Esse tipo de órgão era uma novidade na época. Significou o começo da valorização do técnico, do especialista, do economista, na indicação de soluções para os problemas do país.

Esses técnicos foram introduzindo novos métodos de trabalho, preparando planos de desenvolvimento. A Assessoria Econômica era coordenada pelo economista Rômulo Almeida e dela participaram Jesus Soares Pereira, João Neiva de Figueiredo, Inácio Rangel, Tomás Pompeu Acióli Borges, Otolmi Strauch, Cleanto de Paiva Leite, Mário da Silva Pinto e Saldanha da Gama.

Eles ajudaram o governo a preparar muitos projetos, principalmente para resolver problemas como os do petróleo, do carvão e da electricidade. Também prepararam um programa de preservação, ampliação e melhor utilização das reservas florestais. Como você vê, a preocupação com o meio ambiente já existia: tentou-se iniciar uma política para impedir a devastação das nossas florestas.

Um projeto muito importante elaborado pela Assessoria Econômica foi o de criação de uma empresa nacional para explorar o nosso petróleo. O Congresso aprovou a criação da Petrobrás em 3 de outubro de 1953, como uma empresa que detinha o **monopólio estatal do petróleo**.

Isso significava que nenhuma outra empresa poderia fazer concorrência à Petrobrás. A ela cabiam a pesquisa e exploração das jazidas de petróleo existentes no Brasil; o refino do petróleo tanto nacional como estrangeiro, e o transporte do petróleo bruto e seus derivados.

Em tempo

A discussão sobre a criação da Petrobrás envolveu muita gente. O debate saiu dos gabinetes, dos ministérios, e foi para as ruas. A população participou de comícios, encontros, manifestações. Os nacionalistas, que defendiam a criação de uma empresa nacional para explorar o petróleo, foram os responsáveis pela campanha “O petróleo é nosso.” Eles apelidaram as pessoas que eram contrárias à solução nacionalista de “entreguistas”. Quer dizer: seriam pessoas que queriam entregar os nossos recursos naturais para os estrangeiros, e, por isso, deviam ser consideradas traidoras da pátria.



Campanha
“O Petróleo é nosso”

Além da Petrobrás, o governo Vargas propôs ao Congresso o Plano Nacional de Eletrificação e a criação da Eletrobrás. Mas esse projeto encontrou muitas resistências, e só seria aprovado no ano de 1961. Em 1953 foi aprovado o Plano do Carvão Nacional, que procurava resolver as dificuldades do país na obtenção de carvão para a indústria siderúrgica.

Outra preocupação do governo foi a de estudar e dar solução aos problemas da Amazônia. Ainda em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a SPVEA, que deveria coordenar todas as medidas necessárias para desenvolver a produção extrativa, a produção agrícola, a pecuária e a instalação de indústrias nessa região.

O plano para a Amazônia incluía desde a abertura de estradas, a utilização dos rios como vias de navegação, a ampliação da capacidade de produção de energia elétrica, a defesa contra as inundações, até pesquisas sobre o solo, os vegetais, os animais, o clima e a população.

Também o desenvolvimento do Nordeste foi objeto de preocupação, como demonstra a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952.

O governo instituiu ainda uma comissão para estudar e planejar a fabricação de jipes, tratores e caminhões. O trabalho dessa comissão teve continuidade no governo de Juscelino Kubitschek, e foi a partir dele que se originou a indústria automobilística no Brasil.

O Instituto Brasileiro do Café (IBC) também surgiu durante o governo Vargas. Seu objetivo era realizar a política cafeeira, tanto interna como externamente, e fazer pesquisas e experimentações para criar novos arbustos, mais resistentes a pragas e a geadas e que dessem um melhor café. Cabia ao IBC defender os preços do café no mercado internacional, já que a competição era muito grande: outros países, principalmente os africanos, começavam a produzir em grande quantidade.

Ao lado do trabalho da Assessoria Econômica, o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, preparou o Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, conhecido como **Plano Lafer**.

O plano deveria contar com a cooperação financeira dos Estados Unidos. Dele faziam parte projetos para a criação de novas fontes de energia elétrica, a modernização da rede de transportes ferroviários e rodoviários, a construção de armazéns e frigoríficos, a criação e ampliação dos serviços portuários e a introdução de novas técnicas na agricultura. Esse plano encontrou muitos obstáculos para ser executado, principalmente porque dependia de financiamentos que foram prometidos mas que não chegaram na quantidade esperada.

Para financiar e receber os empréstimos estrangeiros obtidos para os projetos do Plano Lafer, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE. Hoje ele se chama Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. É um órgão que financiou e continua a financiar projetos de modernização do país.

No ano de 1954 já começavam a aparecer os primeiros resultados da administração Vargas. A Petrobrás entrava em funcionamento, era inaugurada a Companhia Siderúrgica Mannesmann, em Minas Gerais, e a usina de Paulo Afonso, no Nordeste, começava a produzir energia para a Bahia e Pernambuco. Ao mesmo tempo, com as medidas de incentivo e o apoio do governo, as indústrias trabalhavam a todo vapor.

Você certamente já entendeu o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso. Vargas adotou uma política em que o governo investia na industrialização,

criando empresas para produzir bens e serviços. Ao mesmo tempo, promulgava leis e regulamentos para controlar as atividades econômicas.

Essa política, que é chamada de **autárquica, intervencionista e centralizadora**, caracterizou a chamada Era Vargas.

Hoje, esse modelo econômico está sendo criticado. Seus críticos dizem que o governo investiu em muitas áreas em que os empresários privados tinham capacidade de entrar. Consideram que o governo só deve investir em serviços públicos, ou seja, naqueles que não podem dar lucros e que são essenciais para a população, como educação básica, saúde, segurança e outros.

Brasil industrial.



O argumento mais importante contra a manutenção do modelo da Era Vargas é o de que o governo não dispõe atualmente de recursos para fazer tudo. Aquelas empresas estatais que tiveram bom desempenho, como a Petrobrás, hoje precisam de muitos recursos para continuar a atender às novas exigências do país. Nosso desenvolvimento industrial é muito maior e mais complexo do que nos anos 50 e 60. Portanto, é preciso mudar o modelo, para nos adaptarmos aos novos tempos.

Vamos observar um pouco os números, porque eles nos ajudam a entender como o Brasil mudou. Para começar, nós tínhamos em 1940 uma população de 41.236.315 habitantes; em 1950, quando Vargas voltou ao poder, essa população já era de 51.944.397. Em 1991, quando foi feito o último recenseamento, nossa população já era de 146.917.459.

Ao longo desses anos, não apenas a população cresceu, como mudou a proporção das pessoas que moram no campo e das que moram na cidade. Quando Vargas governou, a maior parte da população vivia nas zonas rurais. Agora, vive nas zonas urbanas.

Em relação à população adulta que trabalha e produz riquezas, ganha salários, paga impostos – a chamada de população economicamente ativa –, em 1950, 59,9% se dedicavam à agricultura; hoje, somente 22,8% trabalham nessa área econômica.

Enquanto isso, os 14,2% que trabalhavam na indústria em 1950 passaram para 22,7% em 1991.

Esta aula tratou do governo democrático de Vargas, período de muitas iniciativas. O governo criou empresas e, com empréstimos, estimulou os empresários nacionais a investir na construção de novas fábricas e a ampliar as já existentes. Essas iniciativas permitiram que o Brasil deixasse de ser um país de economia agrícola para se transformar em um país industrial.

A política de Vargas teria continuidade no governo de Juscelino Kubitschek, quando foram feitos muitos investimentos na industrialização. Mas, apesar disso, o período terminou em meio a uma grande crise política que culminou com o suicídio de Getúlio.

É o que você vai ver na próxima aula.

Exercício 1

Releia o item **Modelo de desenvolvimento do Governo Vargas** e estabeleça comparações entre as propostas desenvolvimentista, nacional-desenvolvimentista e liberal.

Exercício 2

Releia o item **Mas como foi o seu governo?** e explique o que significa modelo autárquico de desenvolvimento.

Em tempo

Últimas
palavras

Exercícios



O suicídio de Vargas e a carta-testamento

Abertura

No dia 24 de agosto de 1954, entre 8h25 e 8h40 da manhã, o presidente da República, Getúlio Vargas, se suicidou com um tiro no coração. Deixou uma carta-testamento dirigida ao povo brasileiro. Em um dos trechos dessa carta, ele diz:

Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente(...)

Na aula de hoje, vamos tentar explicar o que aconteceu para que Vargas se suicidasse. E entender o significado da carta que ele deixou.

Movimento

Vargas enfrenta a oposição

Na última aula, vimos que a volta de Vargas ao poder, em 1951, provocou uma reação contrária de muitas pessoas, que tentaram inclusive impedir a sua posse. Isso, em grande parte, estava ligado ao fato de ele ter governado durante o período do Estado Novo como o ditador que suprimiu as liberdades democráticas, impôs censura rigorosa à imprensa, pôs os adversários do regime na cadeia.

Havia ainda outro aspecto da sua forma de governar que não era muito bem aceito pela oposição: ele se dirigia diretamente ao povo, fazia grandes comícios em que prometia melhorar a situação dos trabalhadores, em vez de utilizar instituições como partidos políticos, sindicatos, associações. Ele não estimulava o fortalecimento dessas instituições.

Como está dito na carta-testamento, Vargas voltou em 1951 como presidente eleito pelo povo e com as instituições democráticas em pleno funcionamento. Mas os antigetulistas não acreditavam que ele fosse respeitar as regras democráticas. Entre os maiores adversários civis do governo estava a UDN, que formou um bloco oposicionista junto com o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano (PR) e o Partido Democrata Cristão (PDC).

Os jornais de maior prestígio também não apoiavam o governo. O principal líder e porta-voz da oposição era o jornalista Carlos Lacerda, diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*. Lacerda se destacou por suas posições radicais e por ter uma grande capacidade verbal. Seus discursos eram inflamados, tinham um tom emocional e causavam forte impressão.

A política de desenvolvimento do governo Vargas provocava muitos conflitos dentro da própria equipe de governo. De um lado estava a Assessoria Econômica, com uma posição mais nacionalista. De outro lado, o grupo do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e do ministro da Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, favorável a uma maior participação do capital estrangeiro na nossa economia.

Além disso, Vargas teve de enfrentar outras dificuldades. Uma delas foi o aumento da inflação. Quando ele assumiu o governo, em janeiro de 1951, a taxa anual de inflação era de 12,34%. Mas, em 1954, chegou a 25,86% – o que, para a época, era muito.

A explicação para esse aumento está no fato de que, para industrializar o país, era necessário fazer muitas compras de máquinas e matérias-primas no exterior, ou seja, **aumentar as importações**.

Nessa época houve também um grande aumento dos preços no mercado internacional, devido à Guerra da Coreia. O conflito entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul durante os anos de 1950 e 1953 foi o ponto culminante da chamada Guerra Fria. A China apoiou a invasão da Coreia do Norte à Coreia do Sul, e os Estados Unidos apoiaram a Coreia do Sul. O conflito termina em 1953 com o reconhecimento das duas Coreias pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

O Brasil tinha de pagar mais caro pelos produtos que comprava no estrangeiro. Dos produtos que exportávamos, o único que permitia o equilíbrio das nossas contas externas era o café. O algodão, que figurava como segundo produto de exportação brasileiro, teve uma queda enorme de preços no mercado internacional.

Além disso tudo, o Brasil também se endividou internamente. O Banco do Brasil foi muito generoso, nesse período, com os empresários nacionais. Financiou a instalação, a expansão e a modernização de muitas indústrias. Conclusão: o Estado aumentou muito os seus gastos – e, quando o Estado gasta mais do que arrecada, vem a inflação.

Com o aumento da inflação, aumentou o custo de vida: os salários perderam valor, e os trabalhadores e os sindicatos começaram a pedir reajustes salariais.

Em janeiro de 1953, irrompeu no Rio de Janeiro a primeira de uma série de greves de trabalhadores: foi a dos têxteis, pedindo um aumento salarial de 60%. Em março foi a vez dos operários paulistas, que decretaram uma greve geral.

Os empresários acusavam Vargas de responsável pela série de greves que começavam a eclodir. Diziam que ele utilizava o PTB para insuflar essas greves. Seu objetivo seria estabelecer um clima de desordem no país e, com isso, favorecer um golpe para continuar no poder.

A crise na imprensa.



Para solucionar as dificuldades econômicas e os problemas sociais e diminuir a pressão que lhe faziam a oposição e a imprensa, ainda em 1953 Vargas resolveu mudar o seu ministério.

Para ser ministro do Trabalho, convidou João Goulart – um jovem político gaúcho, do PTB, que tinha boas relações com os líderes sindicais. Para o Ministério da Fazenda, convidou seu amigo Osvaldo Aranha, que se dedicou ao combate da inflação.

Mas a escolha de Goulart foi a que trouxe os maiores problemas. Provocou descontentamento entre os opositores, principalmente entre os políticos da UDN e os militares antinacionalistas. A imprensa começou a divulgar que essa escolha tinha outras intenções. Uma delas seria formar, no Brasil, uma “república sindicalista”.

Essa “república” seria um governo no qual os sindicatos de trabalhadores teriam grande poder. Dizia-se na época que Vargas estava tentando fazer uma aliança com o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, para estabelecer aqui um regime sindicalista sob seu controle. Com isso, os antigetulistas queriam dizer que Vargas estava tramando derrubar o regime democrático.

Sempre a desconfiança, o medo de que ele repetisse o golpe de 1937. Ou seja, o passado de Vargas o condenava. E os udenistas conspiravam para afastá-lo do governo.

Em tempo

João Goulart, em fevereiro de 1954, procurou acalmar os sindicatos e os trabalhadores que haviam deflagrado numerosas greves propondo um aumento de 100% para o salário mínimo. Essa proposta teve uma repercussão negativa entre os empresários, os políticos antigetulistas e os militares.

Logo a seguir, 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército divulgaram um documento que ficou conhecido como **manifesto dos coronéis**. Nele, reclamavam que o governo não tinha se preocupado em melhorar a situação do Exército. Seus equipamentos eram velhos e seus salários, muito baixos. Diziam ainda que, se fosse dado um aumento de 100% para os salários dos trabalhadores, um operário não qualificado passaria a ganhar mais que um cidadão com nível universitário.



Vargas e a imagem do “bom velhinho”.

Havia, assim, um descontentamento no meio militar, sobretudo entre os oficiais anticomunistas e antipopulistas que não aceitavam a forma de governar de Vargas. Com todas essas críticas, João Goulart pediu demissão do Ministério do Trabalho, saindo com uma imagem de político que queria favorecer os trabalhadores.

Vargas busca uma saída

Diante de uma oposição cada vez mais bem organizada e mais agressiva, Vargas achou que a saída era ter uma postura mais nacionalista e mais popular. No dia 1º de maio de 1954, assinou um decreto aumentando afinal o salário mínimo em 100%. Vargas se refere a esse fato na carta-testamento, dizendo que o aumento desencadeou ódios.

É verdade que esse sentimento existia, tanto da parte dos militares como dos políticos e empresários, que passaram a se organizar para tirar Vargas do governo. E as posições nacionalistas do presidente também provocavam a desconfiança dos capitais e das empresas estrangeiras.

Por outro lado, Vargas não conseguia convencer os nacionalistas das suas intenções. A sua forma de agir, tentando sempre conciliar, fazendo concessões aos adversários, trazia desconfianças para os seus próprios aliados.

Os jornais de maior circulação no Rio de Janeiro – como *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca* e *O Jornal* – e em São Paulo – como *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã* – não davam notícias sobre as realizações do governo: só apresentavam críticas e aspectos negativos.

Vargas procurou solucionar essa dificuldade de comunicação com o público ajudando na criação do jornal *Última Hora*. O Banco do Brasil fez empréstimos vantajosos para o seu proprietário, o jornalista Samuel Wainer, que era amigo de Vargas. Era um jornal popular muito bem feito. Em pouco tempo, alcançou grande número de leitores. Os outros jornais desconfiaram que Wainer recebera ajuda do governo e começaram a buscar provas para incriminar Vargas. Mas não conseguiram.

Vargas sofria cada vez mais acusações de estar favorecendo os amigos, de que seu governo cometia muitos erros, de que havia muita corrupção. Carlos Lacerda fazia grandes discursos, nos quais atacava de maneira agressiva a figura de Vargas. A *Tribuna da Imprensa* era o mais violento dos jornais contra Getúlio.

Nesse ambiente de paixões, em 5 de agosto de 1954, ocorreu o chamado **atentado da Toneleros**.

Você sabe o que foi o atentado da Toneleros?

O jornalista Carlos Lacerda foi alvo de uma tentativa de assassinato: ao chegar em casa, na rua Toneleros, em Copacabana, no Rio de Janeiro, um desconhecido atirou contra ele. Mas foi um amigo do jornalista – o major da Aeronáutica Rubem Florentino Vaz – quem foi atingido e morreu. Lacerda foi ferido no pé.

Em tempo

A oposição atribuiu a responsabilidade por esse atentado ao governo Vargas. Foi instalada uma comissão de inquérito que rapidamente chegou à identificação dos culpados. O responsável direto era o chefe da guarda pessoal de Vargas no palácio do Catete, Gregório Fortunato.

A partir daí, os acontecimentos se precipitaram. Vargas procurou demonstrar que não tinha conhecimento prévio desse atentado, e que tudo faria para esclarecer a situação e punir os responsáveis.

Mas os políticos – principalmente da UDN – e os militares passaram a exigir a sua renúncia ao governo.

Foi sobre Vargas que recaíram todas as responsabilidades pelos males que afligiam o país. Foi na sua pessoa que se concentraram todas as críticas e todos os ódios, tanto dos políticos, dos militares como dos empresários.

Getúlio Vargas e
Gregório Fortunato
(atrás, de chapéu).



Pausa

Os momentos finais da vida do presidente Vargas foram marcados pelo tumulto, pela agitação nacional. A minissérie *Agosto*, baseada num romance de Rubem Fonseca e exibida pela TV Globo, relata aqueles acontecimentos.

Procure conversar com pessoas à sua volta que viveram aquele período. Vamos ver como anda a memória brasileira?

“Saio da vida para entrar na história”

As pressões para deixar o Palácio do Catete levaram Vargas ao suicídio, no dia 24 de agosto de 1954. O suicídio teve enorme impacto na população e provocou forte reação popular. A carta-testamento, encontrada na mesa de cabeceira do presidente morto, foi lida e divulgada pela Rádio Nacional, chegando rapidamente a todos os recantos do Brasil.

Nessa carta, da qual você já conhece um trecho, Vargas se apresentava como o grande defensor da classe trabalhadora e como o político que tudo fizera para tornar o Brasil um país desenvolvido. Apresentava-se também como vítima de grupos nacionais e estrangeiros que não aceitavam que os trabalhadores tives-

sem garantidos os seus direitos sociais. Esses grupos, dizia o presidente, faziam tudo para impedir que o Brasil se tornasse independente economicamente.

Vargas, mais uma vez, explorava a figura do “pai dos pobres”, daquele que concedera aos trabalhadores os seus direitos. Com a carta-testamento, deixou uma imagem de herói, daquele que lutou pelo bem do país mas que teve de se sacrificar, porque perdeu a batalha final.

Vejamos o que dizia Vargas em outros trechos dessa carta:

Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.



Você pode imaginar que sentimentos essa carta despertou na população. Ao tomar conhecimento do suicídio e dessa mensagem, o povo foi para as ruas chorar a morte do seu líder e se vingar dos seus opositores, daqueles que foram identificados como os responsáveis pela sua morte.

No Rio de Janeiro, uma multidão foi para o palácio do Catete para prestar a última homenagem ao presidente. No centro da cidade, grupos se formaram para apedrejar e incendiar os jornais de oposição. Foram feitas tentativas de apedrejar a embaixada americana e empresas estrangeiras.

Em São Paulo, milhares de operários entraram em greve de protesto e se manifestaram contra os opositores de Vargas. Em Porto Alegre, foram queimados os jornais anti-Vargas e foram atacadas as sedes da UDN e do Partido Libertador. Em Belo Horizonte e Recife, a população também foi para as ruas se manifestar contra os opositores do presidente morto.

A emoção, a tristeza e o desespero popular foram tão fortes que atemorizaram e desconcertaram os antivarguistas, que esperavam, com o afastamento de Vargas, liquidar o getulismo.

A Era Vargas, na verdade, não terminou em 1954. Sob muitos aspectos, ela sobrevive até hoje, como nós já vimos. A forma como Getúlio decidiu sair da vida para entrar na história permitiu a sobrevivência da democracia até 1964. Permitiu também a continuidade da sua política desenvolvimentista com Juscelino Kubitschek.

A carta-testamento, como ele queria, transformou-se em bandeira de luta para o PTB e para todos os getulistas.

Últimas palavras

Vargas é um dos raros personagens da nossa história que ficaram na memória popular. Muitas são as razões que podem explicar esse fenômeno. Uma delas é o fato de ele ter permanecido longo tempo no cenário político. Governou o Brasil durante quase 19 anos. Uma segunda razão foi o fato de que com ele, e por meio do seu governo, o Brasil entrou na era da industrialização, deixou de ser um país agrícola.

Mas é preciso também levar em consideração as suas relações com o povo, com os trabalhadores urbanos, a forma como ele se dirigia às massas, e, principalmente, a implantação da legislação trabalhista entre nós, nas décadas de 1930 e 1940. Nessa época, ainda era difícil, para as elites brasileiras, a aceitação dos direitos sociais como algo fundamental nas sociedades modernas.

O suicídio foi outro elemento que, sem dúvida, contribuiu para a permanência tão forte da imagem de Vargas no seio da população. Esse gesto, junto com a carta-testamento, transmitiu a imagem do sacrifício, do homem que deu a vida pelo bem do Brasil e pelo povo brasileiro.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Vargas enfrenta a oposição** e explique a frase contida no texto da aula: “O passado do presidente Vargas o condenava”.

Exercício 2

Explique por que o suicídio de Vargas provocou forte reação popular.



Módulo 12

Os anos dourados

Este módulo levará você a um momento da história do Brasil que ficou conhecido como **os anos dourados**. Depois do dramático final do governo Vargas, entraremos no período JK – tempo do otimismo desenvolvimentista, da mudança da capital, da efervescência cultural. Tempo de um presidente risonho, alegre, “pé-de-valsa”, que queria fazer o país progredir “50 anos em 5”...

Vamos ver por que esse período ficou na memória de tantos brasileiros como os “bons tempos” que não voltam mais...

O nacional-desenvolvimentismo

Abertura

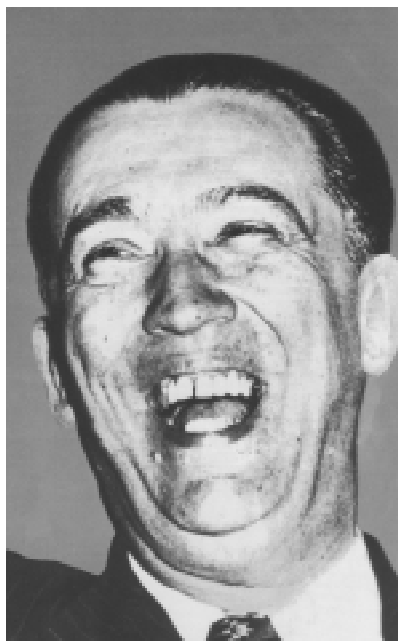
O período de 1956 a 1961 aparece no cenário político brasileiro como o da estabilidade política. Juscelino Kubitschek foi o único presidente civil que, entre 1930 e 1994, conseguiu manter-se até o fim do mandato presidencial por meios constitucionais.

A população brasileira viveu uma fase de muito otimismo. O país alcançava altos índices de crescimento. Novas indústrias eram criadas e, muito importante, ampliava-se consideravelmente o número de empregos. Além de tudo isso, dava-se início à construção e inauguração da nova capital, Brasília.

Como explicar a estabilidade política em um país que saía de uma crise que levava um presidente ao suicídio? Como Juscelino Kubitschek conseguiu conquistar o apoio dos políticos, dos militares, dos empresários, da população? Como, e a que preço, executou seu programa de desenvolvimento econômico?

Movimento

Um começo difícil: a eleição e a posse



Juscelino Kubitschek

Com a morte de Vargas, subiu ao poder o vice-presidente João Café Filho, que deveria preparar as eleições de outubro de 1955 para um novo mandato presidencial. O seu governo foi formado por muitos antigetulistas e tinha vários políticos da UDN.

Em fevereiro de 1955, o PSD lançou oficialmente o seu candidato à presidência: o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Imediatamente surgiu uma oposição a essa candidatura, por parte da UDN e dos grupos antigetulistas. Eles começaram a defender a intervenção dos militares para impedir a realização das eleições, pois viam na possível vitória de Juscelino um retorno ao passado, ao período Vargas.

A situação se complicou ainda mais com o lançamento da candidatura de João Goulart à vice-presidência, pelo PTB, na chapa de Juscelino. Isso porque a união dos dois partidos, PSD e PTB, reforçava as chances de vitória eleitoral de seus candidatos.

Havia ainda um outro problema: o nome de Goulart, ex-ministro do Trabalho de Getúlio, fornecia fortes argumentos para que se identificasse a chapa PSD-PTB como a ressurreição do que havia de mais negativo no governo Vargas.

Para complicar de vez a situação, o Partido Comunista Brasileiro, mesmo clandestino, resolveu lançar um manifesto de apoio à chapa PSD-PTB.

Volte à aula anterior e veja quais as razões que justificavam a reação dos antigetulistas contra João Goulart, o popular Jango. Faça um pequeno resumo.

Pausa

Outros candidatos também disputavam essa eleição. A UDN, junto com outros pequenos partidos como o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Libertador (PL), lançou o nome do general Juarez Távora. Concorriam ainda o paulista Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP), e Plínio Salgado, antigo líder do movimento integralista, pelo Partido de Representação Popular (PRP).

Afinal saiu vitoriosa a chapa Juscelino-Jango, com 36% dos votos. Abriu-se então um período de contestação desse resultado. Mais uma vez, os perdedores invocaram a tese da maioria absoluta: a chapa do PSD-PTB não tinha alcançado a metade dos votos mais um. A oposição também usou como argumento o fato de que Juscelino se elegera com os votos dos comunistas, o que feria a legitimidade da eleição.

Você sabe o que isso significa? Significa que o Partido Comunista, considerado um partido ilegal em 1947, não poderia eleger um candidato.

Ainda para tentar impedir a posse dos eleitos, falava-se muito em fraude e corrupção durante a eleição. Na verdade, os grupos que haviam trabalhado para afastar Vargas do poder e que tiveram o apoio de lideranças militares estavam novamente perdendo a chance de assumir o controle do governo. Por isso, a oposição começou a fazer todo o possível para impedir a posse dos vencedores. Abriu-se então uma nova crise política, que teve o seu ponto culminante no chamado **movimento do 11 de novembro**.

Esse movimento foi liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra do presidente Café Filho. Tudo começou quando, no início de novembro de 1955, morreu o general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar e um dos mais importantes opositores de Vargas nos meios militares. Durante o enterro, o coronel Bizarria Mamede, um dos que haviam assinado o manifesto dos coronéis (volte à Aula 31), aproveitou para fazer um discurso violento contra a eleição de Juscelino e Goulart.

O general Lott, tentando evitar a politização dentro das forças armadas, pediu ao presidente da República a punição de Mamede. Naquele momento, ocupava interinamente a presidência o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Luz estava substituindo Café Filho, que fora hospitalizado por problemas cardíacos.

Carlos Luz negou-se a punir o coronel Mamede. O general Lott então pediu demissão; a seguir, mudou de idéia e encabeçou um movimento que destituiu Carlos Luz e colocou no governo Nereu Ramos, presidente do Senado.

Essa intervenção militar – ou “contragolpe preventivo”, como foi chamada – teria por objetivo neutralizar uma suposta conspiração tramada no interior do próprio governo com o fim de impedir a posse do presidente eleito.

Nereu Ramos exerceu a presidência até Juscelino e Goulart tomarem posse, em 31 de janeiro de 1956, numa situação de censura à imprensa, estado de sítio – enfim, de grande tensão política.

Você já percebeu que Juscelino teria de ser muito habilidoso para superar todas as crises que iriam se manifestar durante o seu governo. Mas era um homem que sabia lutar pelos seus objetivos.

Ele mesmo assim se definia:

De meu governo nunca se poderá dizer que não soube o que queria e que não soube querer. Quando assumi a Presidência da República, tinha perfeitamente definidos os objetivos a que me lançaria, com todo empenho que me fosse dado concentrar, com a firme determinação que, mercê de Deus, nunca me faltou (...). Sempre soube o que queria. Sempre soube querer.

A estabilidade: a aliança PSD-PTB e as forças armadas

JK, nome pelo qual ficou conhecido Juscelino Kubitschek, iniciou o seu governo com um apoio maciço no Congresso. Esse apoio veio da aliança entre o PSD e o PTB, que se fizera durante a eleição e que permaneceu durante todo o seu governo.

Juscelino formou o seu ministério com uma maioria de políticos do PSD, partido que tinha o maior número de deputados no Congresso. Reservou para o PTB seis ministérios, entre eles o do Trabalho e o da Agricultura. Para o Ministério da Guerra, convidou o general Henrique Teixeira Lott.

Em tempo

Veja só a habilidade do presidente JK! Compôs seu ministério de forma a controlar possíveis conflitos. O PSD dava apoio para a sua política econômica e mantinha o controle sobre as bases rurais. O PTB, controlando o Ministério do Trabalho, os sindicatos e os institutos de previdência, poupava o governo de tomar medidas repressivas ou antipáticas em momentos de reivindicação salarial. Assim, Juscelino protegeu-se de problemas vindos dos dois lados: do campo e da cidade.

O general Lott foi uma peça-chave no controle dos militares. Era um homem que não demonstrava simpatias partidárias, o que permitia neutralizar todas as divisões entre a oficialidade. Além disso, Juscelino procurou atender às reivindicações da corporação militar.

Você está lembrado de que uma das críticas que os militares fizeram ao governo Vargas no manifesto dos coronéis era a de que eles eram mal remunerados, seus equipamentos eram velhos, ultrapassados etc. Pois bem: Juscelino procurou equipar melhor as forças armadas, destinando recursos para a produção de material bélico; deu aumentos salariais, promoveu mesmo aqueles que lhe faziam oposição, deu recursos para a ampliação dos colégios e academias militares, investiu na modernização dos fortes, reaparelhou a Força Aérea Brasileira (FAB).

Essas medidas foram mudando a imagem de Juscelino junto aos militares, que inicialmente o viam como o herdeiro de Vargas e, por isso, não o aceitavam.

A política econômica: o Plano de Metas

O Brasil não produzia automóveis quando se iniciou o governo JK. No entanto, ao se encerrar o seu mandato presidencial, a nova indústria automobilística já produzia 81.753 automóveis e 51.325 caminhões.

A política adotada por Juscelino, que permitiu um salto na economia brasileira e foi chamada de **nacional-desenvolvimentista**, baseou-se em três orientações:

- aumento da intervenção do governo na economia;
- incentivo aos empresários nacionais para que ampliassem e abrissem novas indústrias;
- incentivo aos empresários estrangeiros para que viessem instalar aqui seus empreendimentos.

Vimos que, até o governo Vargas, os grupos que discutiam a orientação a ser dada ao nosso desenvolvimento ainda não aceitavam juntar esses três parceiros. Mas Juscelino conseguiu fazê-lo. Recebeu o apoio de políticos, empresários, militares, jornalistas e intelectuais para a sua política econômica. É verdade que os grupos nacionalistas olhavam para ela com desconfiança – mas percebiam que o país estava se desenvolvendo.

Foi no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que um grupo de intelectuais formulou muitas das idéias sobre o desenvolvimento nacionalista. Eles defendiam que a industrialização deveria ser feita pelos empresários nacionais, pois essa seria a única maneira de o Brasil se tornar um país autônomo, independente.

Esse grupo não aceitava que os empresários estrangeiros explorassem determinadas indústrias que eram vistas como suporte para outras, como a siderurgia, por exemplo. Mas, de toda forma, o grupo apoiou a política adotada por Juscelino, por ver nela pontos em comum com as suas idéias.



Juscelino Kubitschek na Caravana de Integração Nacional, fevereiro de 1960.

Por outro lado, o programa de desenvolvimento de Kubitschek ia ao encontro dos desejos dos militares, que queriam que o Brasil deixasse de ser pobre para evitar a penetração de idéias comunistas.

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi um dos centros de estudo nos quais se defendeu a tese de que era preciso um desenvolvimento rápido para que o Brasil garantisse sua segurança nacional. Para isso, teríamos de nos aliar aos países que combatiam o comunismo, ou seja, os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental. Não é difícil perceber que os militares da ESG eram favoráveis à vinda de capitais estrangeiros para ajudar o Brasil a se desenvolver.

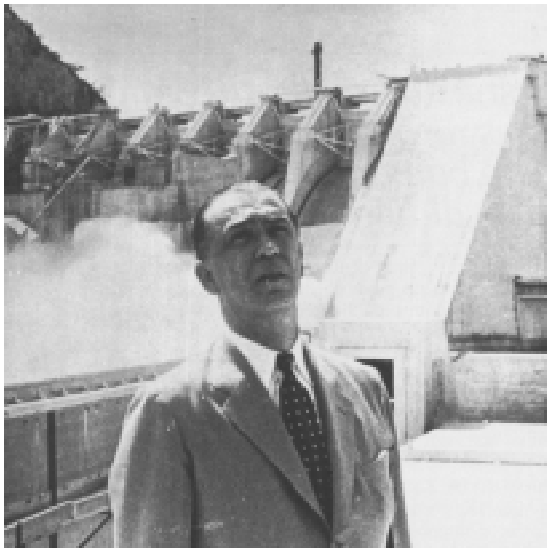
A política econômica do governo Kubitschek ficou definida no **Plano de Metas**. Esse plano continha trinta objetivos, ou metas, que deveriam ser atingidos em cinco anos. O plano previa integrar o desenvolvimento industrial com o desenvolvimento de setores como estradas, energia, transportes, portos e educação. Previa também a construção da nova capital, Brasília, que era chamada de **meta-síntese**. Para fazer o Plano de Metas, o governo JK criou os

Grupos Executivos, órgãos administrativos especiais que se encarregavam de todas as providências necessárias para que as metas fossem cumpridas.

Esses grupos eram integrados tanto por administradores públicos como por industriais e especialistas da área em que o grupo atuava. Ficavam ligados diretamente ao presidente da República, o que lhes dava autonomia e agilidade para trabalhar. Com isso, os ministérios e o Congresso não podiam interferir nas orientações e decisões. O que Juscelino queria era que as metas fossem cumpridas, que não sofressem atraso por razões políticas.

A criação dos **Grupos Executivos** foi uma inovação política e administrativa. Além desses grupos, o governo criou outros órgãos paralelos aos que já existiam na administração pública, também como forma de agilizar soluções e resolver problemas.

Presidente Kubitschek na usina hidrelétrica de Furnas, Minas Gerais.



Em tempo

Foi no governo JK que muitos órgãos bem conhecidos hoje foram criados. Entre eles, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (**Sudene**), que surgiu ao lado do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (**Dnocs**).

A Sudene pretendia incentivar a industrialização do Nordeste. Era formada por técnicos competentes e estava ligada diretamente ao presidente da República.

A política econômica do governo Juscelino Kubitschek provocou, de fato, grandes mudanças no país. Os números ajudam a entender melhor os resultados alcançados pelo Plano de Metas e o que ocorreu nos anos JK.

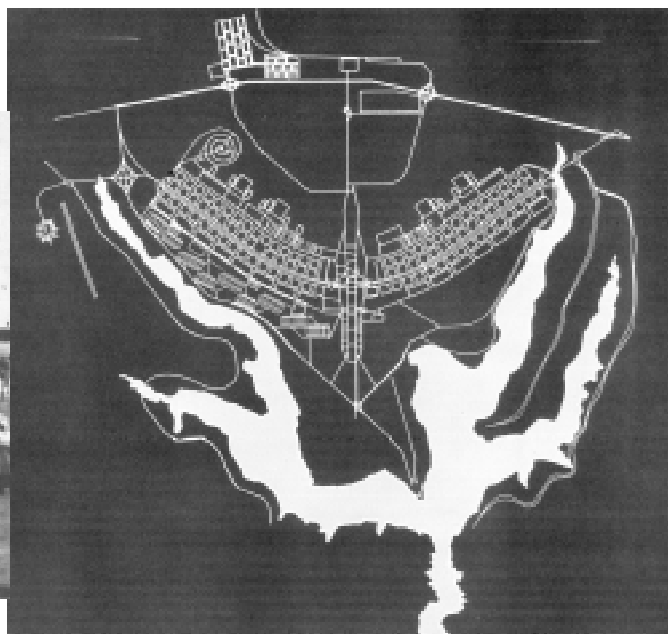
Pelo quadro abaixo, você pode acompanhar o sucesso de algumas das metas propostas pelo governo:

	1956	1961
Energia elétrica	3.000.000 kw	5.000.000 kw
Produção de carvão mineral	2.000.000 t	3.000.000 t
Produção de petróleo	6.800 barris/dia	75.500 barris/dia
Celulose e papel	90.000 t	200.000 t
Produção siderúrgica	1.000.000 t	2.000.000 t

Brasília e a inflação

Juscelino escolheu como símbolo do seu período de governo a construção da nova capital no interior do país. O urbanista Lúcio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer foram convidados a conduzir os trabalhos de criação e realização do projeto.

Aspecto da construção de Brasília.
Ao lado, o projeto da cidade.



A construção de Brasília provocou um grande entusiasmo na população, que via surgir, no meio do cerrado do Centro-Oeste brasileiro, uma nova cidade.

Para lá se deslocou enorme quantidade de trabalhadores, principalmente do Nordeste. Eram os **candangos**, como foram chamados os operários da construção civil que ergueram Brasília.

Prepare-se para um exercício mental.

Vamos imaginar a construção de uma cidade. O que é preciso existir em uma cidade?

Sabe por que nós não pensamos nisso com frequência? Porque, em geral, uma cidade se faz aos poucos. É preciso que tenha serviços públicos, escolas, hospitais, ruas, locais de moradia, de diversão...

E se essa cidade for construída para ser a capital de um país do tamanho do Brasil? Precisarão ter todos os serviços do governo, as repartições... Os ministérios terão de se deslocar da antiga para a nova capital...

Pense sobre isso para entender por que os anos JK foram tão falados.

Pausa

O próprio presidente confessou que a construção da nova capital foi tarefa dura.

Não foi fácil. Nem esperava eu que o fosse. Não me habituei, desde a infância, às coisas fáceis. Tudo que consegui foi lutando decididamente, à custa de trabalho e sacrifício, não sei se mais trabalho ou mais sacrifício, mas ambos igualmente porfiados e duros. Posso assegurar, todavia, que a luta por Brasília foi um dos combates mais árduos de minha vida. A medida de minha determinação de levar a cabo a construção da nova capital pode ser dada por um simples exemplo: assoberbado



Aspecto do prédio do Congresso Nacional em Brasília.

Correção monetária quer dizer correção do valor do dinheiro, ou seja, o acréscimo pela depreciação do valor original.

O FMI é uma organização financeira internacional criada em 1944. Trata-se de uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), que faz parte do sistema financeiro internacional. O FMI foi criado com o fim de promover a cooperação monetária no mundo capitalista e levantar fundos para auxiliar os países que encontrem dificuldades nos pagamentos internacionais.

por problemas de toda a ordem, com trinta metas a cumprir, viajei, durante os 41 meses da construção de Brasília, quase trezentas vezes para o local das obras. Não parei, não descansei, não ouvi os críticos nem os temerosos. E o resultado aí está: Brasília – Capital da Esperança.

Mas a construção de Brasília desviou a atenção da população de outros problemas que estavam ocorrendo. Um deles era a inflação, provocada pelos gastos excessivos do governo.

Quando Juscelino assumiu o poder, os preços subiam 12,5% ao ano; quando deixou o governo, essa taxa tinha subido para 30,5% ao ano.

Entretanto, foi nesse período que o salário mínimo teve o seu mais alto poder aquisitivo. Os 3.800 cruzeiros de 1957 compravam 22% mais que os 240 cruzeiros de 1940, ano de criação do salário mínimo.

O fato de o governo gastar mais do que arrecadava de impostos fazia com que aumentasse a dívida do Estado. Você sabe que, se gastamos mais do que ganhamos, o resultado é dívida!

Além de gastar muito para construir Brasília, o governo também gastou muito aumentando os salários dos funcionários civis e militares. E, mais ainda, gastava dinheiro porque emprestava aos empresários com juros baixos.

Como nessa época não existia correção monetária, os empresários recebiam empréstimos dos bancos e, quando iam pagar as dívidas, acabavam pagando muito menos do que haviam tomado de empréstimo, porque com a inflação a moeda tinha se desvalorizado.

Um outro problema que JK teve de enfrentar foi o dos produtos agrícolas que eram exportados. O Brasil foi recebendo cada vez menos pela mesma quantidade que vendia no exterior – seja porque os preços estavam baixando no mercado internacional, seja porque começaram a surgir concorrentes, como no caso da produção de café.

Todas essas dificuldades levaram JK a tentar diminuir o déficit ou seja, a dívida, pois as críticas à sua política começavam a aumentar. Essas críticas não eram apenas internas: também vinham dos organismos internacionais que estavam dando empréstimos ao Brasil para financiar parte do Plano de Metas.

Juscelino preparou então um programa de estabilização que pretendia restringir o crédito aos empresários. Mas estes, imediatamente, se organizaram contra o governo.

Para que o Brasil continuasse recebendo empréstimos estrangeiros, o Fundo Monetário Internacional (FMI) teria de concordar com essa política de estabilização do governo. E o FMI fez numerosas exigências para aprová-la.

Acontece que, nesse momento, os nacionalistas e os comunistas passaram a fazer severas críticas a JK, acusando-o de se submeter às decisões estrangeiras. Os nacionalistas e os comunistas estavam convencidos de que isso levaria o Brasil a se tornar dependente dos Estados Unidos, a perder a sua soberania.

Ao final de seu governo, Juscelino queria fazer o seu sucessor. Preferiu ganhar as simpatias dos militares, empresários, comunistas, nacionalistas, e rompeu as negociações com o FMI. Abandonou, assim, o programa de estabilização. Ele queria que o seu sucessor fosse o general Lott, candidato do PSD-PTB, mas não obteve sucesso. O eleito foi Jânio Quadros, que teve o apoio da UDN.

A política nacional-desenvolvimentista definida no governo JK não se encerrou com o fim do seu mandato. Ela teria continuidade, principalmente durante os governos militares após 1964.

Mas a **Era JK** não foi só de desenvolvimento econômico. Foi uma época de grande criatividade cultural, em que surgiram movimentos como o Cinema Novo, a Bossa Nova. Foi uma fase de muitos debates de idéias.

Foi ainda durante o governo de JK que o Brasil ganhou a Copa do Mundo na Suécia, em 1958!

Agora, você certamente já começou a entender por que o governo JK deixou boas lembranças, por que esse período é visto como os “anos dourados”...

Últimas
palavras

Exercício 1

Releia o item **A estabilidade: a aliança PSD/PTB e as forças armadas**. Explique como o presidente Juscelino Kubitschek conseguiu obter apoio político e militar.

Exercícios

Exercício 2

Explique a frase contida no texto: “O governo Juscelino Kubitschek provocou, de fato, grandes mudanças no país”.



Sociedade e cultura nos anos dourados

Abertura

Na aula anterior, vimos como as bases de sustentação política do governo Juscelino Kubitschek garantiram-lhe estabilidade e permitiram-lhe levar adiante um plano econômico baseado nos princípios do nacional-desenvolvimentismo. Nesta aula, vamos ver como o desenvolvimentismo tomou conta da sociedade brasileira dos anos 50.

Aqui, como em toda parte, depois do final da guerra, em 1945, era possível sentir uma tendência ao otimismo e à esperança. Veremos de que forma esse clima se consolidou no Brasil, por meio de novas formas de expressão cultural – na música, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura – voltadas sobretudo para as camadas urbanas da nossa sociedade.

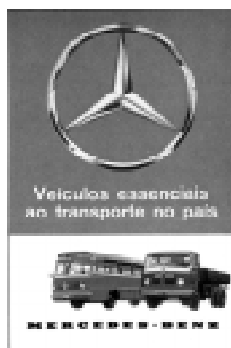
Movimento

Após a guerra, a utopia de construção de um novo mundo

O final da Segunda Guerra Mundial impôs grandes mudanças no cenário internacional, inclusive no Brasil. A mesma coisa acontecera em 1918, ao término da Primeira Guerra, como você já viu na Aula 25.

As duas superpotências emergentes, Estados Unidos e União Soviética, engajadas na Guerra Fria, procuravam ampliar suas áreas de influência. Era preciso reconstruir os países destruídos da Europa Ocidental. A ajuda financeira para isso veio dos Estados Unidos, por meio do chamado Plano Marshall.

Aos poucos, ao longo dos anos 50, junto com o apoio financeiro, o estilo de vida e a cultura dos americanos foram penetrando em vários países.



Propagandas veiculadas em revistas ao longo da década de 1950.

Era um momento de grande prosperidade econômica dos Estados Unidos. Houve um grande aumento da produção, acompanhado de um aumento da capacidade de consumo. Com materiais desenvolvidos durante a guerra, como o plástico ou o nylon, a indústria americana passou a produzir em massa objetos de uso pessoal e doméstico.

Cada vez mais chegavam às lojas geladeiras, máquinas de lavar, barbeadores, televisores, rádios portáteis, automóveis e outros bens. Com um custo de fabricação mais baixo, esses produtos podiam ser vendidos mais barato e traziam a marca do **prático**, do **eficiente** e do **moderno**.

Era exatamente esse novo estilo de vida, que vinha com tais produtos, que passava a ser praticado no mundo ocidental. Acompanhava-o um sentimento de esperança e otimismo trazido pelo final da guerra e pelo conseqüente desejo de uma vida melhor. Prezava-se o maior conforto propiciado pelos novos objetos, que simplificavam o trabalho no cotidiano doméstico e abriam maior espaço para o lazer.

As inovações científicas e tecnológicas desenvolvidas durante a guerra e ao longo da década de 1950 chegaram para ficar. Novas formas de pensar e agir se consolidaram a partir do uso da energia nuclear e dos grandes computadores, da produção de antibióticos, do lançamento dos primeiros satélites artificiais. Falava-se do renascimento de um novo homem e de um novo mundo.

Os Estados Unidos, no esforço de afirmar seu poderio econômico e político-ideológico, procuraram dominar também os países não-europeus. O Brasil, aliado declarado dos norte-americanos desde a Segunda Guerra, situava-se em sua área de influência.

A política do governo brasileiro voltava-se expressamente para a difusão de ideais e valores norte-americanos, e, ao longo da década de 1950, essa influência se ampliou. Um novo estilo de vida e de comportamento passou a ser exaustivamente mostrado pelas revistas, pelo cinema e pela televisão, o mais novo meio de comunicação de massa.

A introdução da televisão no Brasil ocorreu em 1950, na cidade de São Paulo, seguindo-se depois o Rio de Janeiro (1951), Belo Horizonte (1955) e Porto Alegre (1959). Não havia ainda, naquele momento, um sistema de redes nacionais. As câmeras eram pesadas, os recursos técnicos mostravam-se precários. Havia muito improviso, e eram os atores e diretores do rádio que trabalhavam para a televisão. A programação era quase toda ao vivo, e os principais programas eram os telejornais, teleteatros, programas musicais e de variedades, muitas vezes patrocinados por empresas que, assim, começavam a fazer a publicidade de seus produtos. Esse foi o caso do *Repórter Esso* e do *Teatrinho Trol*, entre outros.

Em 1956, já funcionavam aproximadamente 250 mil televisores nas três maiores cidades do país; em 1959 acelerou-se a fabricação nacional de aparelhos de televisão.

Foi durante a década de 1950 que se consolidou no Brasil a chamada sociedade urbano-industrial. Uma das conseqüências desse fenômeno foi o desenvolvimento de uma cultura de massa, traduzida pelo aumento do consumo de programas de rádio (era o tempo das radionovelas e dos programas de humor), de jornais, revistas, filmes americanos e também nacionais – o destaque ia para as chamadas **chanchadas**, que tratavam dos temas do cotidiano sob a forma de comédia, ao som de músicas de carnaval.

Em tempo

As casas e os edifícios dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, assim como o mobiliário dessas construções, passaram a privilegiar formas mais livres, mais funcionais e menos adornadas, com curvas e volumes não habituais. Você conhece os móveis de pé-palito e as luminárias com hastes longas, finas e coloridas? Era o **moderno** invadindo a vida nas cidades.



Roupas de fibras sintéticas tornaram-se moda nessa época.



A juventude passou a ser agente de um novo comportamento. Blusas e calças de fibras sintéticas, como a **helanca** e o **ban-lon**, jaquetas de couro e calças de brim de origem tipicamente norte-americana compunham o vestuário dos jovens. Eles dançavam um novo ritmo, o **rock and roll**, e andavam de **lambreta**.

A influência francesa na nossa cultura perdeu pouco a pouco seu espaço, permanecendo intensa apenas nos círculos de elite. De qualquer forma, popularizou-se um novo estilo de vida nos centros urbanos, que tinham como modelo a cidade do Rio de Janeiro, capital da República até 1960, e, dentro dela, o bairro de Copacabana.

Seus bares, cinemas e lanchonetes, ao lado de sua famosa praia, atraíam jovens e adultos, políticos, turistas e artistas de cinema de todo o mundo. Em Copacabana surgiu o primeiro supermercado com auto-serviço, e abriram-se as primeiras lojas de eletrodomésticos da cidade.

A fabricação nacional de geladeiras, televisores, rádios portáteis, máquinas de lavar e barbeadores, e ainda o aumento do parque automobilístico, garantiram a difusão desse novo estilo de vida nos centros urbanos brasileiros.

Isso foi possível devido à política do governo Juscelino Kubitschek, que se preocupou em fazer do Brasil um país industrializado e dinâmico, nos moldes dos ideais desenvolvimentistas. Consumir produtos “modernos”, “práticos”, “funcionais” e “dinâmicos”, como dizia a propaganda dos meios de comunicação, era estar em compasso com a vida moderna dos países desenvolvidos.

Como você pode ver, vários aspectos – de ordem econômica, política, ideológica, social e cultural – fortaleceram os sentimentos de otimismo e esperança que caracterizaram o governo Kubitschek.

Com base nos elementos expostos nesta aula e também na anterior, explique por que esse momento da história do país recebeu o rótulo de “anos dourados”.

Voltar-se para o Brasil sem dar as costas para o mundo

A possibilidade de produzir algo novo mobilizou também o meio cultural. Vários movimentos no campo artístico nasceram ou tomaram impulso no Brasil ao longo da década de 1950.

Surgiram novas formas de pensar e fazer cinema, teatro, música, literatura e artes plásticas. A própria arquitetura se renovou, por meio de uma revisão do que fora feito até então.

Todas essas experiências possuíam um objetivo em comum: identificar e trazer à tona elementos da cultura popular e da nacionalidade brasileira, integrando-os a expressões artísticas inovadoras que vinham surgindo em alguns países do mundo.

O vigor do movimento cultural encontrava eco junto às camadas médias urbanas em franca expansão, sobretudo universitárias. Estava em sintonia não só com o espírito nacionalista da época, mas também com a crença nas possibilidades de desenvolvimento e transformação do país. Vejamos, com mais detalhes, como isso ocorreu em cada uma das áreas artísticas.

O **cinema** feito no Brasil durante a década de 1950 procurou retratar aspectos da realidade do país. Essa, aliás, era uma tendência inaugurada no pós-guerra pelo cinema italiano, que, com o movimento do **neo-realismo**, se preocupava em documentar os problemas sociais e humanos.

Assim, tanto um jovem cineasta independente, como Nelson Pereira dos Santos, quanto os filmes da Vera Cruz, o grande estúdio da época, construído nos moldes da indústria cinematográfica norte-americana, buscavam abordar temas da cultura popular. Até mesmo as chanchadas, em tom de comédia, traziam às telas temas do cotidiano urbano.

O neo-realismo italiano, juntamente com a renovação dos cinemas francês e japonês, influenciou decisivamente um importante movimento do cinema brasileiro no final da década de 1950 e início dos anos 60: foi o chamado **Cinema Novo**, que alcançaria repercussão internacional.

O Cinema Novo pretendia ser um instrumento de reflexão sobre a realidade brasileira. Os cineastas traziam para a tela os problemas do povo e do subdesenvolvimento. A nova linguagem, além de utilizar poucos recursos de produção, criava uma forma diferente de contar essas histórias.

Cena da peça *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal. Teatro de Arena, 1960 (em cima).



Cena do filme *Rio 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos (embaixo).

A renovação cultural também se processou no **teatro**, não só em relação à temática, mas também em relação à encenação. Com um despojamento semelhante ao do cinema, as montagens se faziam sem cenários, com um palco no centro da platéia e com os atores interpretando seus personagens de forma mais realista. Essa foi a marca do **Teatro de Arena de São Paulo**, que em meados da década de 1950 desenvolveu uma temática voltada para os problemas sociais e políticos, dentro de um projeto de conscientização e de criação de um teatro popular.



Reprodução de capa de disco.

Esses objetivos inspiraram também o **Grupo Oficina**, formado em 1958 por universitários da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista. Tanto o Teatro de Arena quanto o Oficina, liderados respectivamente por Augusto Boal e José Celso Martinez Correia, desenvolveram suas experiências por influência dos teatros de vanguarda norte-americano e europeu e da obra do dramaturgo alemão Bertolt Brecht. Novos autores surgiram na dramaturgia brasileira, como Oduvaldo Viana Filho e Gianfrancesco Guarnieri.

A **música brasileira** também se revitalizou com o movimento conhecido como **Bossa Nova**, que se iniciou em 1958. Os músicos incorporaram à canção popular brasileira algumas manifestações da música popular estrangeira, sobretudo de ritmos norte-americanos como o *jazz* e algumas de suas modalidades, como o *be-bop*.

A Bossa Nova trazia consigo uma nova forma de interpretação, mais intimista. Trazia também uma nova orquestração, um novo ritmo e uma integração estreita entre letra e música.

A indústria do disco, em franca expansão, logo divulgaria novos compositores, como Antônio Carlos Jobim, João Gilberto e o poeta Vinícius de Moraes, e novas cantoras, como Silvinha Teles e Nara Leão. Proliferavam as apresentações nos bares de Copacabana e os espetáculos nas universidades cariocas.

Pausa

Você conhece a letra da música *Desafinado*, de João Gilberto, feita em 1958? A letra diz:

*Se você insiste em classificar
Meu comportamento de antimusical
Eu, mesmo sentindo, devo argumentar
Que isso é bossa nova
Que isso é muito natural*

A música *Desafinado* dá o tom do impacto produzido por essa nova forma de cantar e de compor.

Já vimos como Brasília expressava uma nova concepção de vida urbana. Era o projeto de uma cidade moderna, sem contrastes sociais. Seus idealizadores, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, são a expressão máxima da arquitetura moderna brasileira, diretamente ligada aos fundadores da arquitetura moderna européia, como o suíço Le Corbusier e os alemães Walter Gropius e Mies Van der Rohe.

Mas não foi só a capital do país que mudou de cara: as casas, os edifícios residenciais ou de escritórios, alguns edifícios públicos como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, alteraram a paisagem urbana ao longo da década de 1950. Nos seus interiores, via-se uma concepção também moderna de decoração e mobiliário, que utilizava materiais locais com um desenho prático, leve e sem enfeites.

Foi no início da década de 1950 que se consolidaram no Brasil os conceitos fundamentais da arte moderna, que já vinham sendo difundidos no exterior. A **arte figurativa** cedeu lugar à **arte abstrata**, muitas vezes **geométrica**. **Arte abstrata** é uma forma de expressão artística que rejeita a representação da realidade exterior – **como faz a arte figurativa** –, concebendo a arte como uma organização de formas e cores puras. A sua vertente **geométrica** privilegia a relação forma e cor organizadas a partir dos princípios da geometria. O que interessava não era a arte como representação e sim como um processo de conhecimento.

Sob a influência das artes plásticas, alguns poetas, chamados de **concretistas**, procuraram associar o sentido de sua poesia ao próprio aspecto material das palavras. Os concretistas faziam uma poesia fora das estruturas tradicionais da língua, utilizando as próprias palavras como objetos concretos, isto é, consideravam entre outros aspectos o espaço gráfico; a cor, o tamanho e a forma da letra etc... . Veja como exemplo este trabalho de Haroldo de Campos, intitulado “nascemorre”, de 1958.

```

se
nasce
morre nasce
morre nasce morre
                renasce remorre renasce
                remorre renasce
                remorre
                re
re
desnasce
desmorre desnasce
desmorre desnasce desmorre
                nascemorrenasce
                morrenasce
                morre
                se

```

Haroldo de Campos, nascemorre, 1958

Mas surgiu também uma outra poesia, que, demonstrando seu compromisso com os problemas sociais, se voltava para temas regionalistas. É o caso de João Cabral de Melo Neto, que em 1955 publicou *Morte e vida severina*. Eis aqui um trecho de *Morte e Vida Severina*: *Essa cova em que estás, / com palmos medida, / é a conta melhor / que tiraste em vida. / É de bom tamanho, / nem largo nem fundo, / é a parte que te cabe / neste latifúndio. / Não é cova grande, é cova medida, / é a terra que querias / ver dividida.*

AULA
33

Na prosa, João Guimarães Rosa despontou com *Grande sertão: veredas*. Essa obra, utilizando uma temática regional, **inovou a própria linguagem**, por meio de uma fusão entre o falar do sertão e dos índios, o latim e o português arcaico.

O outro lado da moeda

A preocupação com a pobreza, com o atraso e com as condições de vida do homem brasileiro – tema dos filmes do Cinema Novo, da literatura e do teatro politicamente engajados – refletia os problemas que os movimentos sociais, urbanos e agrários, também procuravam enfrentar.

Ocorreram, assim, protestos nas cidades e no campo. Houve uma intensificação de greves a partir de 1958. Sindicalistas, petebistas e comunistas reivindicavam aumentos salariais diante do aumento da inflação e da alta do custo de vida. Os estudantes, por sua vez, promoviam manifestações por meio da **União Nacional dos Estudantes**, a UNE.

A questão da reforma agrária transformou-se na principal bandeira do movimento das **Ligas Camponesas**, lideradas por Francisco Julião. A reivindicação de reforma agrária consistia na luta pela distribuição das terras improdutivas em poder dos grandes proprietários entre uma massa de trabalhadores rurais que não dispunham de área para produzir. Os políticos começaram a incorporar em seus discursos o tema da reforma agrária, mesmo que não houvesse uma real intenção de atender às reivindicações dos homens do campo.

Os problemas que atingiam a maior parte da população brasileira contribuíram para o agravamento das tensões no campo e na cidade. A **radicalização política** dos primeiros anos da década de 1960 seria o resultado das tensões não resolvidas. Essa será a matéria da próxima aula.

Últimas palavras

Como já foi dito aqui algumas vezes, o que ficou como lembrança dos anos 50, e sobretudo da chamada Era JK, foi a idéia de que aqueles foram “anos dourados”.

Havia o otimismo e a esperança que refletiam profundas alterações na vida das pessoas, em termos mundiais. Uma parcela da população dos centros urbanos pôde consumir mais produtos, novos e melhores.

Mas, como em todos os países subdesenvolvidos, aqui no Brasil, palco da pobreza, do atraso e de acirradas diferenças sociais, também crescia o sentimento de que era necessário caminhar na direção de uma sociedade mais justa. Reverter aquela situação de pobreza, atraso e diferenças sociais foi desejo de estudantes, trabalhadores, intelectuais e artistas. Como esse movimento foi vivido no Brasil? É o que veremos no próximo módulo.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Após a guerra, a utopia de construção de um novo mundo** e caracterize o novo estilo de vida que passou a ser difundido pelos meios de comunicação no Brasil dos anos 50.

Exercício 2

Releia o item **Voltar-se para o Brasil sem dar as costas para o mundo** e identifique um elemento comum presente nos vários movimentos culturais brasileiros da década de 1950.

Módulo 13

Os desafios da década de 1960

Os caminhos da democracia têm muitos obstáculos a ultrapassar. Construir uma sociedade com os direitos dos cidadãos respeitados, com a liberdade garantida e os deveres cumpridos, é uma tarefa longa e freqüentemente descontínua. Os anos 60 da história do Brasil nos colocam diante desse desafio. Uma sociedade viva, plural, muitos grupos se manifestando. Uma incapacidade de conviver com todas essas manifestações.

Este módulo trata dos dois movimentos: o de manifestação das diferenças – portanto, da democracia – e o de repressão das diferenças – portanto, do autoritarismo.

Os anos radicais: o governo Jânio Quadros

Abertura

Na aula passada, fizemos uma pequena viagem pelo final da década de 1950, quando encontramos variadas manifestações da cultura brasileira, popular e erudita. Essa efervescência era, em grande parte, um produto da “euforia” desenvolvimentista. No entanto, o clima de otimismo foi quebrado pelos grandes desafios que a nova década nos trouxe.

Nesta aula, você vai ver de que forma as conjunturas política e econômica do início dos anos 60 foram marcadas pela **herança** – positiva e negativa – do período desenvolvimentista. Vamos acompanhar a eleição e o governo de Jânio Quadros, o presidente que obteve o maior número de votos que o Brasil jamais tinha dado a um candidato até então. Pois esse presidente tão votado renunciou ao cargo com menos de oito meses de governo.

A “vassoura” chega ao Planalto

Movimento

As eleições presidenciais de 3 de outubro de 1960 deram uma espetacular vitória a Jânio Quadros, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo. Jânio foi candidato de uma ampla união de partidos. Veja só quantos se juntaram para elegê-lo: UDN, PTN, PDC, PR e PL. A esses partidos uniram-se as dissidências do PTB, PSD, PRP, PSP e PSB.

Campanha presidencial de Jânio Quadros.



Jânio obteve 48% (quase seis milhões) dos votos válidos, contra os 32% dados ao marechal Henrique Teixeira Lott. Como você viu na Aula 32, Lott era ministro da Guerra do governo Kubitschek e candidato oficial do governo pela aliança PSD-PTB. Outro ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, também candidato, obteve 20% dos votos.

A eleição de Jânio teve o comparecimento de 80% do eleitorado. Até então, nunca tantos eleitores haviam dado seu voto no Brasil.

Para a vice-presidência, foi novamente eleito João Goulart, candidato da coligação PSD-PTB e ex-vice presidente de Kubitschek.

Você deve estar perguntando: como podem ser eleitos um presidente de um partido e um vice-presidente de outro?

Uma boa pergunta, essa. Acontece que, pela legislação eleitoral da época, ao contrário da atual, o eleitor podia votar em candidatos à presidência e à vice-presidência de chapas diferentes, como se fossem duas eleições distintas.

Vimos que Jânio Quadros se elegeu como candidato de oposição a Juscelino Kubitschek. Mas como explicar uma vitória tão consagrada, se o governo Juscelino havia sido, aparentemente, tão bem-sucedido, cumprindo sua promessa de realizar “50 anos em 5”?

Pense um pouco...

Volte à aula anterior e tente expor sua opinião.

Pausa

Voltemos juntos à “herança” do governo JK. Só no final do governo foi possível sentir as principais consequências negativas do desenvolvimento econômico acelerado daquele período. Os grandes investimentos necessários à realização do Plano de Metas criaram um desequilíbrio entre as receitas obtidas (basicamente dos impostos) e as despesas efetuadas pelo Estado. Como não podia obter mais receitas, o governo tentou cobrir esse “rombo” com a emissão de papel-moeda.

O que significa isso? Significa que, como o governo gastava mais do que recebia, começou a fabricar dinheiro para pagar o que devia. Parece uma solução mágica, não é? Mas, na realidade, é uma armadilha.

Esse “excesso” de dinheiro em circulação acabou provocando um fenômeno por nós bastante conhecido: a **inflação**. Em 1960, a taxa inflacionária anual chegou a mais de 30%.

Você pode achar que é um índice pequeno, comparado às taxas de inflação que nos afetaram tanto na década de 1980. Mas começava ali o nosso grande problema de controlar a inflação e os gastos exagerados do governo. Outra consequência negativa do Plano de Metas foi o crescimento da dívida externa. Você sabe o que é isso? É quanto o Brasil tem de pagar aos países desenvolvidos que nos emprestam dinheiro. No período de 1955 a 1960, nossa dívida externa cresceu em 60%!

Jânio Quadros se aproveitou desses problemas do governo anterior e fez uma campanha eleitoral com muitas críticas ao governo JK. Prometia um governo austero e moralizador. A **vassoura**, símbolo de sua campanha, servia para mostrar sua intenção de fazer uma verdadeira “limpeza” na administração pública: acabaria com a corrupção e com o empreguismo.

Outra imagem que Jânio usava desde os tempos de prefeito em São Paulo – o “tostão contra o milhão” – ilustrava o desejo do presidente de se apresentar como o candidato das camadas mais pobres. Prometia ao povo lutar contra os

privilégios dos poderosos. Com isso, ele conseguiu conquistar votos de muitos eleitores de camadas sociais diferentes – às vezes, até mesmo de camadas opostas. Mas era difícil atender a reivindicações tão diferentes sem que ninguém “pagasse a conta”.

O governo Jânio Quadros

Quando tomou posse, em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros quis marcar seu governo com uma política de “arrumar a casa”. Prometeu corrigir os desequilíbrios internos e externos antes que o país voltasse a um novo ciclo de desenvolvimento econômico. As prioridades eram o combate à inflação, por meio do controle dos gastos públicos, e o reequilíbrio das contas externas.

A primeira medida importante ocorreu já em março de 1961. O governo fez uma **maxidesvalorização** de 100% do cruzeiro em relação ao dólar, ou seja, reduziu o valor da moeda brasileira em relação ao dólar. A moeda brasileira passou a valer menos 100% do valor do dólar. Passou a valer a metade do que valia antes. Além disso, cortou a ajuda para as importações de trigo e petróleo.

A consequência imediata dessas medidas foi uma alta generalizada do custo de vida. Todos os produtos cuja fabricação dependia de insumos (máquinas, matérias-primas) importados aumentaram de preço. Aí estavam incluídos produtos essenciais derivados do trigo e do petróleo, como pão e gasolina.

Na política, Jânio Quadros tomou outra decisão de grande impacto. Quis romper com a tradição de alinhamento permanente com os Estados Unidos. Agora, o Brasil pretendia conduzir suas relações internacionais em função exclusivamente dos seus próprios interesses, mesmo que estes não se ajustassem – e, em alguns casos, até mesmo se opusessem – aos objetivos de Washington.

Sabe o que aconteceu? O Brasil reatou relações diplomáticas e comerciais com diversos países socialistas, inclusive a União Soviética.



Jânio Quadros com Che Guevara, um dos principais líderes da revolução cubana.

Os jornais da época mostravam em primeira página foto do presidente Jânio com o líder da revolução cubana Che Guevara.

Pesquise as relações do governo Jânio com países do Terceiro Mundo, especialmente com os Estados africanos e com os nossos vizinhos latino-americanos. Essa política ficou conhecida como **política externa independente**. Por sinal, ela teve continuidade mesmo após a saída de Quadros da presidência, já que foi plenamente incorporada por seu sucessor.

O que dizer de um governo que, com menos de oito meses, se interrompe por vontade própria? No dia 25 de agosto de 1961, menos de oito meses após tomar posse, Jânio Quadros encaminhava ao Congresso um documento comunicando a sua renúncia ao cargo de presidente da República.

Mas como um presidente eleito com tanto apoio popular pôde frustrar as esperanças de quase seis milhões de eleitores? Como um governo que se iniciou com o apoio de tantos e variados partidos e grupos pôde, em tão curto espaço de tempo, sentir-se isolado a ponto de tomar uma atitude tão dramática?

Isso ocorreu porque a força política de Jânio acabou se transformando em sua fraqueza. Como poderia um governo atender a tantos grupos, cada qual com interesses tão diferentes? Durante a campanha eleitoral foi possível conciliar os diversos interesses em jogo. Mas, quando o discurso transformou-se em ação, os problemas se complicaram.

Em primeiro lugar, o presidente não contava com o apoio da maioria dos deputados para aprovar suas propostas. Os maiores partidos, o PSD e o PTB, tinham-se transformado em oposição. Ao mesmo tempo, algumas atitudes tomadas por Jânio contribuíram para desgastar ainda mais o governo junto aos parlamentares oposicionistas.

Fiel às promessas de campanha e procurando comprometer a administração Kubitschek, Jânio promoveu uma verdadeira devassa na administração pública. Instalou dezenas de inquéritos administrativos que atingiram justamente aqueles setores da administração que serviam de base política para o PSD e o PTB.

E fez mais: conseguiu, brigar também com a UDN, partido que havia contribuído para a sua eleição e que esperava, enfim, chegar ao poder. O presidente não consultava as lideranças, quer para a distribuição de cargos e vantagens dentro do governo, quer para a definição de políticas. Assim, a UDN viu-se na delicada posição de ter de apoiar um governo do qual, de fato, participava muito pouco.

O que aconteceu foi que algumas lideranças, como Carlos Lacerda, passaram decididamente para a oposição. Por sinal, o relacionamento de Jânio com a UDN e com os partidos políticos em geral é também revelador de uma outra característica de seu governo: o forte **personalismo**. O presidente governava aparentemente acima dos partidos, da burocracia estatal e dos grupos sociais organizados. Jânio acreditava que sua autoridade vinha exclusivamente dele e do poder que lhe fora dado pelo voto popular.

Quando você ouve falar de “governo”, o que lhe vem à cabeça?

Um governo é o Poder Executivo, ou seja, o presidente e os ministros? Ou o governo é o Executivo se relacionando com os outros poderes, o Legislativo e o Judiciário?

Releia a aula e veja de que maneira o presidente Jânio Quadros entendeu essa questão. Como você avalia o comportamento político de Jânio? Seria de um democrata?

Pausa

E como ficou a relação do Brasil com os outros países? Aqui também os problemas foram aparecendo. Os setores mais conservadores da sociedade brasileira, civis e militares, justamente aqueles que eram a base de sustentação política do governo, começaram a desconfiar da **política externa independente**. Para eles, o presidente estaria conduzindo nossa política externa para rumos “comunizantes”.

Nem mesmo a política econômica de Quadros conseguiu apoio generalizado, pois os salários foram congelados, enquanto a inflação e o custo de vida continuaram subindo.

A renúncia

A esta altura você já deve estar suspeitando de que muita coisa ia mal. Menos de um ano após o início do mandato, o presidente se deparava com um quadro de crescente oposição e isolamento político. Foi o que, afinal, levou Jânio ao gesto da renúncia.

Em carta dirigida ao povo brasileiro, o presidente atribuía as dificuldades enfrentadas por seu governo à ação de forças ocultas. Mas não esclarecia exatamente a que ou a quem estava se referindo.

Pausa

Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. (...) Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou me infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. (...) A mim não falta a coragem da renúncia.

Esses são trechos da carta do presidente Jânio Quadros à nação no ato de sua renúncia. Visivelmente, ela se inspirou na carta-testamento de Vargas, que você viu na Aula 31. Em que aspectos as duas são comparáveis?

Os estudiosos consideram que os objetivos não declarados de Jânio eram bem mais ambiciosos. Ele contava que seu pedido de renúncia fosse negado pelo Congresso. Assim, ele voltaria “nos braços do povo”, reassumindo a presidência com poderes muito maiores e com o apoio das massas populares e dos militares.

No caso dos militares, Jânio avaliava – e com razão, como veremos adiante – que haveria um veto militar à posse do vice-presidente João Goulart na presidência da República.

Mas o que ocorreu, de fato, foi a pronta aceitação da renúncia pelo Congresso. De acordo com a lei, tomou posse do governo o deputado Ranieri Mazzilli, presidente do Congresso, tendo em vista que João Goulart se encontrava fora do país, chefiando uma missão comercial brasileira na China.

Também a população, perplexa, não esboçou qualquer reação ao gesto do presidente.

Poucos dias depois, os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica divulgaram um manifesto em que vetavam a posse do vice-presidente ausente. Por trás do veto dos militares estavam as desconfianças que estes nutriam em relação à figura de Jango e à sua trajetória política, fortemente associada ao getulismo e ao sindicalismo do PTB.

Você lembra que João Goulart já fora motivo de uma crise com os militares durante o segundo governo Vargas, quando era ministro do Trabalho e quis elevar em 100% o salário mínimo? Desde aquela época se dizia que ele tinha a intenção de transformar o Brasil numa “república sindicalista”, nos moldes do que fizera Perón na Argentina.

Apesar de ser um grande proprietário de terras, e de defender a propriedade privada e um capitalismo “humano” e “patriótico”, Jango era acusado pelos setores mais conservadores de “tendências comunistas”. Para esses segmentos, sua ascensão à presidência da República, apesar de garantida pela Constituição, significaria a “comunização” do Brasil.

Estabeleceu-se então um impasse que, por alguns dias, dividiu o país em duas correntes opostas. De um lado, ficaram os que achavam que se deveria obedecer à Constituição e dar posse governo a Jango. Nesse campo estavam os sindicatos de trabalhadores, as organizações estudantis, algumas entidades empresariais, deputados federais e estaduais nacionalistas e de centro-esquerda e vários governadores de Estado. Do outro lado, estavam os que se colocavam contra a posse de Jango e defendiam a realização de novas eleições presidenciais.

O Congresso se reuniu e aprovou uma solução de conciliação entre as duas correntes. Foi votada a **Emenda Constitucional n.º 4**, que alterou a Constituição de 1946 para instituir no país o **parlamentarismo**. Com isso, foi aceita a posse de João Goulart.

Nesta aula, você viu que, apesar da “euforia desenvolvimentista”, a herança do governo JK também teve seu lado negativo, deixando diversos problemas pendentes para o governo seguinte resolver.

Você viu também que Jânio Quadros, apesar do apoio popular, não conseguiu cumprir as promessas de campanha. E acabou mergulhando o país numa crise política, ao renunciar à presidência. A solução encontrada para sair da crise foi a adoção do parlamentarismo.

Mas você agora deve estar se perguntando: quais foram as mudanças introduzidas pelo parlamentarismo? Por que essas mudanças permitiram superar o veto à posse de João Goulart? Essas são boas questões para você refletir enquanto aguarda a próxima aula.

Últimas
palavras

Exercício 1

Releia o item **O governo Jânio Quadros** e explique o significado da política externa independente.

Exercício 2

Releia o item **A renúncia** e identifique duas razões que contribuíram para a renúncia do presidente.

Exercícios



Os anos radicais: o governo João Goulart

Abertura

Na aula passada, vimos que o governo de Jânio Quadros evoluiu rapidamente do otimismo inicial para uma grave crise política. A renúncia do presidente dividiu a sociedade brasileira em pólos opostos, e a fórmula encontrada para superar o impasse foi a implantação do parlamentarismo.

Nesta aula, veremos como funcionou o novo sistema de governo durante o curto período em que esteve em vigor. Veremos ainda que a sua implantação não foi suficiente para impedir a crescente radicalização dos grupos políticos e sociais, que acabou levando à **derrubada** do governo de João Goulart.

Movimento

Parlamentarismo e presidencialismo

No sistema de governo presidencialista, que era o que o Brasil possuía até então, o poder Executivo se concentra na figura do presidente da República. Mas o que significa isso? Significa que cabe ao presidente tomar as principais decisões e iniciativas para governar o país.

Já no parlamentarismo, quem detém esse poder é o parlamento, ou Congresso. O partido ou a coligação partidária que tem a maioria no parlamento escolhe, entre os parlamentares eleitos, o **chefe de governo**, também chamado de **primeiro-ministro**.

O primeiro-ministro, por sua vez, organiza um **conselho de ministros**, também chamado de gabinete ministerial. Seus membros devem ser, igualmente, escolhidos entre os parlamentares eleitos. O primeiro-ministro e seu gabinete são responsáveis pelo desenvolvimento de todas as políticas do governo e pelo comando da administração federal. Mas têm de prestar contas ao parlamento.

O parlamento pode apoiar – dando um voto de confiança – ou derrubar – dando um voto de censura – o gabinete. Quando um gabinete é derrubado, tenta-se formar outro e, caso isso não seja possível, convocam-se novas eleições parlamentares para a formação de uma nova maioria partidária.

O cargo de presidente da República não desaparece no sistema parlamentarista, mas seus poderes são muito reduzidos. O presidente da República, nesse caso, é considerado **chefe de Estado**. É eleito pelo voto direto, e a ele cabe nomear o primeiro-ministro e seu gabinete.

Algumas das democracias mais desenvolvidas do mundo adotam o parlamentarismo. É o caso da Alemanha, da Itália, do Canadá, da Suécia, do Japão e da Inglaterra. Os três últimos países – isto é, Suécia, Japão e Inglaterra – são exemplos de monarquias parlamentares: nelas, o cargo de chefe de Estado é exercido pelo rei (ou imperador) ou pela rainha.

Lembre-se de que o Brasil também já foi uma monarquia parlamentar.

Em tempo

A redução dos poderes presidenciais, trazida pelo parlamentarismo instituído pela Emenda Constitucional nº 4, diminuiu a resistência dos grupos de oposição à posse de João Goulart na presidência, depois da renúncia de Jânio Quadros.

Mas a Emenda Constitucional também previa a convocação, algum tempo depois, de um **plebiscito**. Por meio dele, o eleitorado decidiria se o sistema parlamentar deveria ser mantido ou se devíamos retornar ao presidencialismo. Assim, os que defendiam que Goulart assumisse a presidência com plenos poderes passaram a concentrar seus esforços na realização do plebiscito.

Você sabe o que quer dizer **plebiscito**?

Procure a palavra no dicionário. Que relação se pode estabelecer entre plebiscito e democracia?

Pausa

Durante o curto período em que esteve vigente – apenas 14 meses –, o novo sistema de governo deu lugar à formação de três gabinetes ministeriais. O primeiro (setembro de 1961/julho de 1962) foi chefiado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves (PSD); o segundo (julho/setembro de 1962), por Brochado da Rocha (PSD); e o terceiro (setembro de 1962/janeiro de 1963), por Hermes Lima (PSB).

Mas a principal medida implementada durante esse período foi a antecipação da data do plebiscito, que foi marcado para janeiro de 1963. Os setores que haviam defendido a posse de Goulart novamente se mobilizaram em uma intensa campanha nacional para que a população votasse “não” ao parlamentarismo.

Ao final, a volta ao presidencialismo venceu por esmagadora margem de votos – quase 9,5 milhões, contra cerca de 2 milhões dados à manutenção do sistema parlamentar.



Reunião ministerial do governo João Goulart (o 2º da esquerda para a direita). O 1º é Tancredo Neves.

O Plano Trienal e as reformas de base

Voltamos, portanto, para o regime presidencialista, ou seja, aquele que confere maiores poderes ao presidente da República.

Tendo recuperado plenamente os poderes executivos que a Constituição de 1946 lhe garantia, Jango lançou então as primeiras medidas para enfrentar os sérios problemas econômicos e sociais que o Brasil vivia.

Na realidade, enquanto durou o parlamentarismo, o governo ficara praticamente paralisado. Isso agravou ainda mais a situação econômica: a taxa de inflação pulou de 37% em 1961 para 51% em 1962, enquanto a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desceu a 5,4% em 1962, contra os 7,3% de 1961.

Para atacar de frente esses problemas, o governo lançou o **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social**. Elaborado pelo economista Celso Furtado, que ocupava então o cargo de ministro extraordinário do Planejamento, o Plano Trienal tinha dois objetivos difíceis de conciliar:

- em primeiro lugar, queria reduzir a tendência à aceleração inflacionária, que, se continuasse, poderia resultar num total descontrole das taxas de inflação;
- o segundo objetivo era o de voltar às taxas de crescimento econômico alcançadas no período “de ouro” do desenvolvimento (entre 1957 e 1961), que giravam em torno de 7% anuais.

A manutenção do crescimento econômico era necessária, pois somente assim se poderiam criar empregos e assegurar a distribuição de renda, fatores indispensáveis para uma melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Para alcançar o primeiro objetivo, ou seja, controlar a inflação, o governo pretendia adotar medidas como a redução dos gastos públicos, a contenção do crédito ao setor privado e a renegociação da dívida externa.

Em relação à dívida, em março de 1963 o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, visitou Washington, lá obtendo empréstimos de cerca de US\$ 400 milhões. Entretanto, somente uma pequena parcela foi liberada imediatamente. O restante ficava condicionado à evolução da situação econômica brasileira.

De fato, nem o governo norte-americano, nem o Fundo Monetário Internacional (FMI), nem os credores internacionais estavam convencidos da viabilidade do Plano Trienal, preferindo uma atitude de “pagar para ver”. E já em meados de 1963 o próprio governo brasileiro tomava medidas que comprometiam os objetivos do Plano. Concedeu um reajuste salarial de 60% ao funcionalismo público (quando o previsto era de apenas 40%) e relaxou o controle sobre a concessão de empréstimos bancários aos empresários.

Nem os empresários nem os sindicatos dos trabalhadores viam com bons olhos o Plano Trienal. Ambos achavam que esse plano levaria o país para à **recessão**. Você já deve saber que recessão significa uma diminuição de ritmo em todas as atividades econômicas. Geralmente ela é acompanhada de queda na produção industrial, desemprego, redução salarial e queda no consumo e nas vendas.

Assim, já no segundo semestre de 1963 ficou evidente que o governo não tinha apoio suficiente para implantar o Plano Trienal. O resultado disso é que a inflação continuou a subir e também as taxas de crescimento econômico despencaram (0,6% do PIB em 1963), chegando ao seu nível mais baixo desde o início da Segunda Guerra Mundial.

Outra medida importante do governo Jango foi o compromisso assumido com a realização das chamadas **reformas de base**, consideradas essenciais para uma transformação profunda das estruturas econômicas e sociais brasileiras.

As reformas de base incluíam as reformas do sistema bancário; urbana e administrativa; da legislação eleitoral, prevendo, entre outras coisas, a extensão do direito de voto aos analfabetos; universitária; fiscal, ou seja, do sistema de cobrança de impostos; a regulamentação da remessa de lucros para o exterior, e, principalmente, a reforma agrária. Esta última só poderia ser realizada com alterações na Constituição de 1946.

A Constituição estabelecia que as desapropriações de terras só poderiam ser feitas mediante a “prévia e justa indenização em dinheiro”. Na prática, essa exigência impedia a realização de uma reforma agrária ampla, porque o governo teria de gastar muito dinheiro com as indenizações.

Para contornar esse problema, o presidente enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional. Mas o projeto foi vetado pela maioria conservadora do PSD e da UDN.

Como você vê, o tema da reforma agrária é muito antigo em nossa história, e sua solução não parece ser tão fácil!

O objetivo das reformas de base era ampliar a participação dos trabalhadores na vida política e cultural, melhorar a distribuição da terra e da renda e eliminar obstáculos ao desenvolvimento econômico do país.

As reformas não tinham, portanto, um caráter anticapitalista. Ao contrário, pretendiam aprofundar o desenvolvimento capitalista brasileiro em bases nacionais. Para isso, era preciso aumentar o mercado interno e controlar mais os investimentos externos.

Mas nem todos viam as reformas com simpatia, e muitos não concordavam com a sua implantação. O debate a esse respeito – na imprensa, no Congresso, nos sindicatos – agravou ainda mais a polarização política e ideológica que já vinha crescendo na sociedade brasileira. A divisão da sociedade entre os setores a favor e contra as reformas foi ficando cada vez mais radical.

Mas como se posicionavam os partidos políticos em relação a essa divisão?

Você deve lembrar que o presidente João Goulart pertencia ao PTB, que apoiava as reformas.

Mas será que o PSD, bem mais conservador, ainda mantinha a antiga aliança com o partido do presidente?

E quanto à UDN, que voltara a ser oposição?

Pausa

Na realidade, a divisão da sociedade em pólos opostos era facilitada pelo fato de que os três grandes partidos políticos surgidos em 1945 (PSD, PTB e UDN) passavam por uma verdadeira “crise de identidade”.

Tanto no PSD como na UDN surgiram dissidências que reuniam os parlamentares mais progressistas: a **ala moça** do PSD e a **bossa nova** da UDN. Essas dissidências apoiavam as reformas de base e outras propostas de conteúdo nacionalista. Ao mesmo tempo, assistia-se ao crescimento eleitoral do PTB e ao surgimento, também dentro desse partido, de uma ala mais moderada (os chamados “fisiológicos”) e uma ala mais radical (o “grupo compacto” ou “ideológico”).

A polarização política estendia-se também aos setores organizados da sociedade, como os sindicatos, as agremiações estudantis e as associações de empresários e profissionais liberais.

Entre 1961 e 1963, o movimento sindical viveu um momento de intensa organização e mobilização. Nesse período, foram deflagradas 435 greves, contras as cerca de 177 ocorridas entre 1958 e 1960. Além disso, o envolvimento dos sindicatos nas lutas políticas abriu espaço para o surgimento de organismos que coordenavam a ação de sindicatos de diversas categorias sob uma mesma orientação política.

Assim, em fins dos anos 50 e início dos 60 surgiram entidades como o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e o Fórum Sindical de Debates. Em 1962, surgiu o Comando Geral de Greve, que pouco depois se transformou no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e comandou duas grandes greves gerais de caráter político. O CGT era ilegal, segundo a legislação sindical da época, que proibia a criação de centrais sindicais horizontais, isto é, sindicatos de diferentes categorias profissionais não podiam se reunir numa mesma organização.

Ainda assim, o governo “fechou os olhos” para a atuação do CGT, que era controlado por lideranças sindicais ligadas ao PTB e ao PCB (outro partido que também era ilegal, mas tinha sua atuação tolerada pelo governo).

Mas não eram apenas os trabalhadores urbanos que se mobilizavam. Também os trabalhadores rurais avançavam na sua organização, representados pelas Ligas Camponesas e pelos sindicatos rurais. As ligas camponesas foram associações de caráter civil que se difundiram a partir da área canavieira de Pernambuco. Criadas com o objetivo de garantir os direitos dos trabalhadores rurais, elas se afirmaram nacionalmente já no início dos anos 60, colocando-se à frente da luta por uma reforma agrária, cunhando o mote “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”.

Em 1963, diversas federações de trabalhadores rurais fundaram a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que logo a seguir se filiou ao CGT. A defesa da “reforma agrária radical” transformou-se, então, na principal bandeira da confederação.

Também os estudantes, representados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), mobilizavam-se em todo país na defesa das reformas de base, especialmente a reforma universitária.

No pólo oposto, surgiram organismos como o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que reuniam empresários, tecnocratas, professores universitários, jornalistas, economistas e profissionais liberais em geral. Esses institutos foram criados com o objetivo de defender a livre empresa e a economia de mercado. Defendiam um capitalismo moderno e totalmente aberto ao capital estrangeiro. Suas atividades eram estudos e debates, e também a propaganda política junto aos empresários, às forças armadas, à Igreja, ao Congresso, aos sindicatos etc.

Assim, os dois institutos se transformaram no centro da oposição civil às reformas de base. Mas o Ipes e o Ibad também atuavam cada vez mais entrosados com os círculos de oposição militar que teriam participação decisiva na derrubada do governo Jango.

Pausa

Vamos ver outra vez como se movimentava a sociedade? Olhe bem quantas associações, organizações e entidades!

Volte ao texto e confira o que são esses grupos e siglas: ala moça do PSD; bossa nova da UDN, CGT, Contag, Ibad, Ipes...

Epílogo: o movimento militar de 1964

AULA

35

Em setembro de 1963, um episódio grave revelou o grau de radicalização política em que o país mergulhara. Cerca de 500 sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se revoltaram em Brasília. Protestavam contra uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral que anulava a eleição de candidatos-sargentos (proibida pela legislação eleitoral da época) ocorrida nas eleições de 1962.

Apesar de a rebelião ter sido reprimida em poucas horas, o episódio teve repercussões muito graves. Para os altos escalões das Forças Armadas, aquilo representava claramente uma quebra da disciplina e da hierarquia militares.

Por essa época, cresciam as articulações para derrubar João Goulart. Setores civis e militares se uniam para a derrubada. À frente do movimento conspiratório estava o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, que tinha o apoio dos oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) e dos civis do Ipes.

Os conspiradores contavam ainda com a adesão dos governadores dos principais Estados: Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Ademar de Barros (São Paulo), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul) e Ney Braga (Paraná). E tinham o apoio de oficiais que ocupavam postos importantes na hierarquia militar, como o general Olímpio Mourão Filho (chefe da 4ª Região Militar) e o general Justino Alves Bastos (comandante do IV Exército, sediado no Nordeste).

O governo de João Goulart sustentava-se com muita dificuldade. Os setores nacionalistas e de esquerda mais radicais exigiam a implantação imediata das reformas de base. Os moderados começavam a olhar com desconfiança.

Um novo acontecimento acabou demonstrando que o governo cederia às pressões dos radicais. Durante o chamado **comício da Central**, em 13 de março de 1964, que contou com a presença do próprio presidente da República e foi assim chamado por ter sido realizado diante da estação ferroviária da Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, cerca de 250 mil participantes manifestaram apoio popular às reformas de base. Estavam ali para pressionar o Congresso a aprová-las.

Comício de 13 de março de 1964, que reuniu 250 mil pessoas na Central do Brasil. Na foto à esquerda, o presidente João Goulart e sua esposa Maria Theresa.





Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, manifestação ocorrida em São Paulo que levou às ruas cerca de 500 mil pessoas.

No discurso de encerramento da manifestação, Jango anunciou os decretos de desapropriação de terras e estatização das poucas refinarias de petróleo privadas nacionais, anteriores à criação da Petrobrás. Prometeu ainda que enviaria ao Congresso o projeto de outras reformas e decretaria, nos dias seguintes, medidas como tabelamento de aluguéis e controle de preços.

Mas as oposições também saíam às ruas em todo o país. A mais importante dessas manifestações foi a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, realizada em São Paulo, que reuniu cerca de 500 mil pessoas. Organizada por movimentos femininos, com a total colaboração do governo de São Paulo, de setores da Igreja Católica e de entidades empresariais como a Fiesp e a Sociedade Rural Brasileira, a marcha demonstrava o descontentamento das classes média e alta com os rumos que vinha tomando o governo Goulart.

Finalmente, uma nova rebelião militar, dessa vez envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, precipitou o movimento para depor o presidente da República. Na madrugada de 31 de março, tropas militares vindas de Minas Gerais começaram a se movimentar na direção do Rio de Janeiro. Em todo o país, diversas outras forças militares apoiaram o golpe de Estado. O presidente se recusou a estimular qualquer resistência armada ou civil, para evitar o “derramamento de sangue inocente”. Aceitando a deposição, Jango voou para o exílio no Uruguai. Já na madrugada de 2 de abril, o Congresso declarava vaga a presidência da República e empossava o deputado Ranieri Mazzilli como o novo presidente. Encerrava-se, assim, a experiência democrática iniciada em 1945.

Últimas palavras

Nesta aula, vimos como o governo de João Goulart foi marcado pela polarização que dividia toda a sociedade brasileira, inclusive os grandes partidos políticos. Também pudemos acompanhar como a mobilização pró ou contra as reformas de base foi tomando rumos cada vez mais radicais, até ser interrompida pelo movimento civil e militar que depôs o presidente João Goulart.

Na próxima aula, entraremos em uma nova etapa da história da sociedade brasileira, caracterizada pelo regime militar que vigorou de 1964 a 1985. A consolidação política e institucional do novo regime, bem como as importantes medidas tomadas no plano econômico, serão objeto de nosso estudo.

Mas você deve estar se perguntando: qual foi a reação da sociedade a uma mudança tão profunda? E quanto aos setores que apoiavam o governo deposto, e agora se viam na oposição?

Os diversos rumos tomados pela oposição ao regime militar também serão analisados a seguir.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **O plano Trienal e as Reformas de Base** e explique por que o governo João Goulart apoiou as Reformas de Base.

Exercício 2

Releia o item **Epílogo: o movimento militar de 64** e explique a seguinte frase contida no texto: “O governo de João Goulart sustentava-se com muita dificuldade”.

O regime militar - I

Abertura

Você certamente já ouviu a expressão “regime militar”. Ela se refere ao período que se iniciou com o golpe de 1964 e que continuou, em sucessivos governos chefiados por militares, até 1985, quando o poder retornou aos civis. A expressão “regime militar” significa que as Forças Armadas, nesses 21 anos, estiveram no controle do poder político no Brasil.

Já tivemos ocasião de conhecer, neste curso, diversos episódios em que os militares intervieram no processo político por meio de golpes de Estado. O ano de 1964 representa, no entanto, um marco na história política do Brasil, pois os militares não apenas assumiram, como permaneceram no poder.

Compreender por que isso ocorreu, e conhecer o que se passou no país durante esse longo período, é o objetivo desta e da próxima aula.

A implantação do regime autoritário

Movimento

Os militares envolvidos no golpe de 1964 justificaram sua ação afirmando que o objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e deter a “ameaça comunista” que, segundo eles, pairava sobre o Brasil.

Uma idéia fundamental para os golpistas era que a principal ameaça à ordem capitalista e à segurança do país não viria de fora, por meio de uma guerra tradicional contra exércitos estrangeiros. A ameaça viria de dentro do próprio país, com brasileiros que atuariam como “inimigos internos”, para usar uma expressão da época.

Esses “inimigos internos” procurariam atingir seu objetivo – que seria a implantação do comunismo no país pela via revolucionária – por meio da “subversão” da ordem existente. Daí serem chamados, pelos militares, de “subversivos”.

Diversos exemplos internacionais, como as guerras revolucionárias ocorridas na Ásia, na África e principalmente em Cuba, com Fidel Castro, serviam para reforçar essa visão de mundo. Ela estava na base da chamada **doutrina de segurança nacional** e das teorias de “guerra anti-subversiva” ou “anti-revolucionária” ensinadas nas escolas superiores das Forças Armadas.

Os militares que assumiram o poder em 1964 acreditavam que o regime democrático que vigorara no Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, havia se mostrado incapaz de deter a “ameaça comunista”. Deu-se início, então, à implantação de um regime político marcado pelo **autoritarismo**,

Pausa

isto é, um regime político que privilegiava a **autoridade** do Estado em relação às liberdades individuais, e o Poder Executivo em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

Em aulas anteriores, você tomou conhecimento de como se governa nos regimes democráticos. Os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – têm pesos importantes no funcionamento do governo.

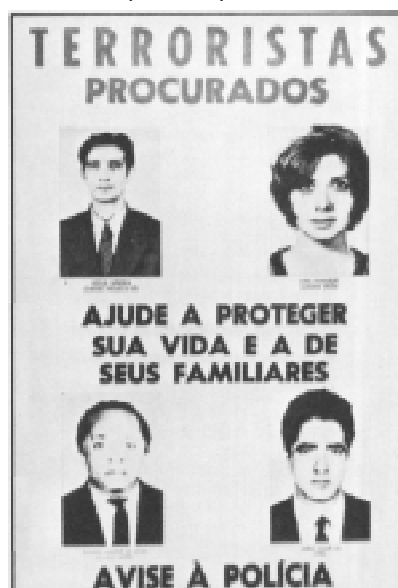
Volte às aulas anteriores para perceber a diferença entre a forma democrática de governar e a que você está conhecendo agora.

Logo após a derrubada do governo Goulart, foi organizada uma junta militar que tinha como “homem forte” o general Artur da Costa e Silva. Essa junta se autodenominou **Comando Supremo da Revolução** e permaneceu duas semanas no poder.

Nesse período, foi baixado um **Ato Institucional**, uma invenção do governo militar que não estava prevista na Constituição de 1946 nem possuía fundamentação jurídica. Seu objetivo era apenas justificar os atos de exceção que se seguiram.

Houve muitas prisões de pessoas ligadas à esquerda ou vistas pelos militares como “subversivas”. Surgiram acusações de tortura em diversos pontos do país.

Cartaz com retrato de terroristas procurados (à esquerda) e repressão policial nas ruas (à direita).



Ao longo do mês de abril de 1964 foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Esses inquéritos, chefiados em sua maioria por coronéis, tinham o objetivo de apurar atividades consideradas subversivas pelo Estado.

Inúmeras pessoas foram atingidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos, civis e militares foram demitidos ou aposentados.

Entre os cassados, encontravam-se personagens que ocuparam posições de destaque na vida política nacional, como João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. No decorrer do regime militar, seriam cassados também Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros e Carlos Lacerda.

Os políticos mencionados permaneceram de forma viva em nossa história política. Você sabe dizer quem são eles? Faça este exercício pesquisando as aulas anteriores.

No dia 15 de abril de 1964, assumiu a presidência da República o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido eleito indiretamente, dias antes, por um Congresso já bastante afetado pelas cassações. Além de conseguir o consenso das Forças Armadas e de boa parte da sociedade civil, Castelo Branco contava também com o apoio de diversos governadores civis e importantes empresários. O novo presidente assumia o poder prometendo o retorno do país à normalidade democrática e a retomada do crescimento econômico.

A nova política econômica e as divisões entre os militares

Na área econômica, o governo Castelo Branco lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujo objetivo principal era o combate à inflação. Para isso, o governo reduziu o déficit do setor público, diminuiu o crédito para o setor privado e comprimiu os salários. Outras medidas importantes foram a criação da correção monetária, do Banco Nacional de Habitação (BNH), e a renegociação da dívida externa.

Quanto à política salarial, a estabilidade no emprego foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O governo conseguiu derrubar as taxas de inflação e preparar o país para o crescimento econômico dos anos seguintes. Isso foi facilitado pela adoção de medidas duras na área econômica, especialmente para a classe trabalhadora.

Desde o início do regime militar, podia-se perceber uma divisão entre dois grupos de militares. Havia aqueles que defendiam medidas mais radicais no combate à “subversão” e a continuidade dos militares no poder por tempo indeterminado. Mas havia também os que pregavam o retorno à normalidade política e jurídica, bem como a devolução do poder aos civis em um futuro próximo. O primeiro grupo, mais radical, ficou conhecido como a “linha dura”. Esse grupo se aglutinou em torno do ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva. O outro grupo, mais moderado, permanecia próximo ao presidente Castelo Branco. Incluía militares que participavam do governo, como Ernesto Geisel, Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva.

Castelo Branco, no início de seu governo, deu alguns sinais importantes de que pretendia cumprir, ao menos em parte, suas promessas de fazer retornar o país à normalidade política. Os poderes de exceção previstos no Ato Institucional, como a cassação de mandatos de parlamentares e de direitos políticos, e a demissão de servidores públicos, deveriam durar apenas alguns meses. Castelo Branco cumpriu esses prazos, apesar dos pedidos da linha dura para que eles fossem prorrogados. Além disso, foram mantidas as eleições diretas previstas para os governos de onze Estados. As eleições foram realizadas em 3 de outubro de 1965, apesar da oposição da “linha dura”.

Nessas eleições, candidatos oposicionistas venceram nos Estados mais importantes. Foi o caso do então Estado da Guanabara, com Negrão de Lima, e de Minas Gerais, com Israel Pinheiro. Considerando as vitórias da oposição uma ameaça para o governo, a “linha dura” passou a pressionar o presidente Castelo Branco no sentido de um maior fechamento do regime. O ministro da Guerra

Costa e Silva tornou-se porta-voz dos oficiais mais radicais, chegando a criticar publicamente as eleições.

O processo culminou na promulgação de um novo ato institucional, batizado como **AI-2**. O novo ato estabelecia eleições indiretas para presidente, que seriam realizadas por um colégio eleitoral formado por deputados e senadores, e reabria o processo de cassações de mandatos e de suspensão de direitos políticos.

Os partidos políticos foram extintos. Em lugar do **pluripartidarismo** – sistema que permitia a existência de diversos partidos políticos –, surgiu no Brasil o **bipartidarismo**, com a criação de apenas dois partidos: de um lado, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo; de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição.

O retorno à normalidade democrática prometido por Castelo Branco tornava-se, dessa forma, mais distante.

O fechamento do regime

Pelo que estamos vendo, a “linha dura” militar foi aumentando sua influência no interior do regime. Uma decorrência disso foi a vitória da candidatura de Costa e Silva à presidência da República, mesmo não sendo essa a opção desejada pelo presidente Castelo Branco e pelos oficiais a ele ligados.

Em 15 de março de 1967, Costa e Silva assumiu a presidência, após ter sido eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. O segundo presidente do regime militar prometeu, também, restabelecer a ordem jurídica e retomar o desenvolvimento.

Os anos de 1967 e 1968 foram de intensa radicalização política. Do lado do governo, houve um aumento do aparato repressivo, tendo setores das Forças Armadas assumido funções antes reservadas à polícia. Novos órgãos de informação e repressão foram criados.

O sistema político reduziu extremamente a voz da oposição dentro do governo. A oposição ao regime passou a ser manifestada por meio de diversos movimentos sociais. Houve uma tentativa de reorganização do movimento operário, com greves nas cidades industriais de Contagem (MG) e Osasco (SP), as primeiras desde o início do regime militar.

Surgiu também, de forma cada vez mais clara, uma **ala progressista** da Igreja católica. Essa parte do clero, embora minoritária no interior da Igreja, apelava pela não-violência e denunciava a falta de liberdade no país.

Em 1967 e, principalmente, em 1968, o movimento estudantil atingiu o ponto mais alto de oposição ao regime militar, realizando diversas manifestações de protesto e passeatas. Em um desses eventos, ocorrido em março de 1968, no centro da cidade do Rio de Janeiro, a repressão da Polícia Militar resultou na morte do estudante Édson Luís de Lima Souto. Seu enterro e sua missa de sétimo dia reuniram multidões e foram duramente reprimidos pela polícia.

Mesmo assim, a oposição não retrocedeu. Em seguida, o Rio de Janeiro foi palco dos maiores atos públicos até então realizados contra o regime militar: a Passeata dos 100 Mil, em junho, e a Passeata dos 30 Mil, em julho.

O governo reagiu, proibindo todas as passeatas e aumentando a repressão. O processo de “endurecimento” do regime culminou com o Ato Institucional nº 5, o **AI-5**, baixado na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Esse ato, o mais duro de todo o período, conferia poderes quase absolutos ao presidente da República.

Os “anos de chumbo”

O AI-5 abriu caminho para uma maior utilização do aparelho repressivo. A censura atingiu pesadamente a imprensa, que não podia mais divulgar notícias consideradas “indesejáveis” pelo governo.

O Congresso foi novamente expurgado, em mais uma onda de cassações, e o Poder Judiciário também foi atingido. As forças policiais estaduais passaram ao controle do Ministério da Guerra.

Com o AI-5, as possibilidades de oposição se tornaram muito difíceis. O Brasil entrou num dos períodos de maior falta de liberdade política de sua história contemporânea.



Presidente Costa e Silva.

Nessa conjuntura, uma parte dos movimentos de esquerda viu na **luta armada** a única alternativa possível de enfrentamento do regime militar. Surgiu uma guerrilha urbana, dividida em diversas organizações.

Os guerrilheiros conseguiram levar a cabo diversas ações que desafiaram o governo, como assaltos a banco, roubos de armas e seqüestros de aviões e de diplomatas estrangeiros, que seriam trocados por presos políticos.

A escalada das ações guerrilheiras coincidiu com um aparente momento de crise no regime militar, ocasionado pelo afastamento de Costa e Silva da presidência da República, em agosto de 1969, por problemas de saúde. Em seu lugar, assumiu uma junta militar que governou o país por dois meses. Ao final de longas deliberações, o Alto Comando das Forças Armadas escolheu o general Emílio Garrastazu Médici para ocupar a presidência.

O novo governo intensificou a luta contra a guerrilha, de modo que, em pouco mais de um ano, os principais grupos envolvidos na luta armada foram derrotados. Diversos de seus líderes, como o ex-deputado Carlos Marighella e o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, foram mortos. Uma última tentativa de guerrilha ocorreria mais tarde na região do rio Araguaia, sendo finalmente derrotada, no início de 1974.

O período que se seguiu ao AI-5 ficou conhecido, como “anos de chumbo”, não apenas devido ao fato de ocorrerem confrontos armados entre pequenos grupos guerrilheiros e forças policiais e militares, nos quais ocorreram mortes de ambos os lados, mas principalmente em uma alusão à falta de liberdade política e à repressão que atingiu um setor muito mais amplo da sociedade brasileira do que aquele envolvido na luta armada. A repressão desencadeada pelo governo resultou em prisão de opositores do regime, tortura e desaparecimento de pessoas.

Para você compreender melhor o que se passou no Brasil nesse período vale verificar a situação política da América Latina, nessa mesma ocasião. Procure também se informar, ler sobre o confronto EUA-URSS, a chamada “Guerra Fria”, bem como obter informações sobre o movimento estudantil de contestação aos governos, particularmente o da França em 1968.

Em tempo



Propaganda política.

O “milagre econômico” e o ufanismo

Enquanto isso, ocorria, na área econômica, aquilo que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”. A inflação permaneceu controlada e a economia cresceu em níveis elevados. A euforia tomou conta do mercado financeiro. Para acelerar o desenvolvimento do país, o governo investiu pesadamente em diversas obras de impacto, como a construção da rodovia Transamazônica e o início da construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Aproveitando o sucesso do campo econômico, que situou o país como 8ª economia do mundo, o regime militar promoveu manifestações ufanistas, isto é, que vangloriavam as riquezas e as realizações nacionais e apelavam para o sentimento patriótico. O tricampeonato de futebol conquistado pelo Brasil na Copa do Mundo de 1970, realizada no México, também foi utilizado pelo governo para promover a imagem de um “Brasil Grande”.

Últimas palavras

Acompanhamos, nesta aula, os dez primeiros anos do regime militar, que vão de março de 64 até o fim do governo Médici, no início de 1974. Vimos a ascensão, no interior do regime, da “linha dura” e a forte repressão sofrida pela oposição. Falamos, também, das ações de guerrilha desencadeadas pelos opositores do regime. Verificamos que ao mesmo tempo em que o país vivia um dos períodos de maior fechamento político de sua história, a economia crescia aceleradamente. Neste contexto, o governo investiu na propaganda ideológica. Na próxima aula, iremos acompanhar os dez anos finais do regime militar, até seu encerramento em 1985.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A implantação do regime autoritário** e explique de que maneira os militares procuraram justificar a implantação de um regime autoritário no país.

Exercício 2

Dê um novo título ao item **Os “anos de chumbo”**.



O regime militar - II

Abertura

Nos dez anos finais do regime militar, o Brasil foi governado pelos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. A volta dos civis ao poder se deu em 1985.

Como foi possível a “abertura” política? Que novos caminhos foram seguidos pela oposição? O que aconteceu com a economia brasileira? É o que você verá nesta aula.

O projeto de “abertura” e a oposição da “linha dura”

Movimento

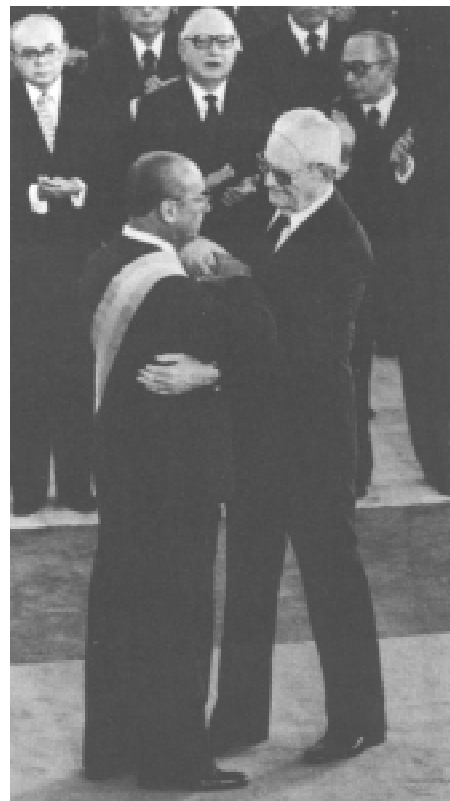
O quarto presidente do regime militar, general Ernesto Geisel, assumiu a presidência prometendo promover, na área política, uma distensão “lenta, gradual e segura”.

Vimos que todos os presidentes militares anteriores haviam assumido a presidência com a mesma promessa de normalizar politicamente o país. Durante o governo Geisel, no entanto, diferentemente de seus antecessores, esse discurso transformou-se em um projeto de liberalização política efetivo. Tal projeto ficou conhecido como “abertura”. Ele representou o início do fim do regime militar. Como foi possível essa mudança de rumo?

Para responder a essa pergunta, devemos em primeiro lugar perceber que Ernesto Geisel não pertencia à “linha dura” militar, preponderante nos governos de Costa e Silva e Médici. Vimos, na aula anterior, que Geisel participou do governo Castelo Branco, da mesma forma que seu principal assessor na presidência, o general Golbery do Couto e Silva.

Ambos apoiavam as posições mais moderadas de Castelo Branco, opondo-se às medidas mais radicais preconizadas pela “linha dura” militar. É por isso que a ascensão de Geisel e Golbery marcou o retorno ao poder dos remanescentes do **grupo castelista**, ou seja, do grupo alinhado a Castelo Branco.

Para levar adiante o projeto de “abertura”, tornava-se necessário vencer as resistências da “linha dura” militar, que continuava localizada principalmente nos órgãos de informação e repressão.



Posse de João Figueiredo na Presidência da República.

Vimos na aula anterior que esses órgãos foram ganhando grande poder e autonomia no interior do regime militar. Recuperar o controle efetivo sobre a área repressiva se tornou, dessa forma, a principal tarefa dos partidários da “abertura”.

O primeiro grande enfrentamento de Geisel com a “linha dura” ocorreu em outubro de 1975, após a morte do jornalista Vladimir Herzog em dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo. A morte de Herzog, ocorrida durante violenta sessão de tortura, foi divulgada como tendo sido “suicídio por enforcamento”. Já que Herzog era judeu, foi realizado um culto ecumênico, celebrado por d. Paulo Evaristo Arns, da Igreja Católica, pelo rabino Henry Sobel, da Igreja Israelita, e pelo pastor Jayme Wright, da Igreja Evangélica. Essa cerimônia reuniu uma multidão na praça da Sé, centro de São Paulo, e transformou-se em uma grande manifestação política.

Poucos meses depois, em janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho também foi morto nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, nas mesmas condições. Mais uma vez, a versão oficial foi de “enforcamento”. Mas o presidente Geisel agiu com rapidez, exonerando o comandante do II Exército. Era um claro aviso à “linha dura” de que atos da mesma natureza não seriam mais tolerados.

Pausa

Esses episódios revelam a violência do poder sobre os cidadãos. Um regime democrático é aquele no qual os cidadãos têm direitos que devem ser respeitados.

Você conhece seus direitos como cidadão? Como empregado? Faça uma lista do que você conhece como direitos seus. Compare com a lista de um colega.

O enfrentamento decisivo de Geisel com a “linha dura” ocorreu em 1977. O ministro da Guerra, general Sílvio Frota, ficou conhecido por sua atuação no combate ao comunismo e à subversão. Em seus pronunciamentos e relatórios, esses temas sempre apareciam e, neles, Frota chegou mesmo a criticar a orientação do governo. Assim como ocorrera no governo Castelo Branco, os militares mais radicais passaram a se reunir em torno do ministro da Guerra. O general Frota se tornou provável candidato à sucessão, contra a vontade do próprio presidente Geisel.

Dessa vez, no entanto, a história não se repetiria. Geisel demitiu Frota no dia 12 de outubro de 1977, alegando que as diferenças de opinião entre os dois quanto à orientação política do governo haviam chegado ao limite. Apesar de alguns militares mais radicais terem se disposto a contestar a demissão de Frota, a maioria do Alto Comando do Exército acabou ficando ao lado do presidente Geisel. Com isso, na área militar, o caminho para a “abertura” ficou livre.

Os novos caminhos da oposição

Mas em diversas ocasiões a liberalização política do governo Geisel usou os instrumentos autoritários, como a censura e o AI-5. O governo procurava deixar claro que pretendia manter o controle sobre o processo de “abertura”.

Em abril de 1977, por exemplo, após o Congresso ter se recusado a aprovar um projeto de reforma do Poder Judiciário elaborado pelo governo, Geisel fechou o Congresso por duas semanas e, nesse período, baixou uma série de medidas que ficaram conhecidas como **Pacote de Abril**.

Tais medidas destinavam-se principalmente a garantir a maioria do partido do governo, a Arena, sobre o partido de oposição, o MDB, que vinha apresentando considerável crescimento eleitoral.

Durante o governo Geisel, a oposição teve grande crescimento e passou a utilizar novos métodos de luta e resistência. Ao final do governo, sua principal bandeira era a luta pela anistia.

Ao mesmo tempo, ressurgia o movimento operário, com uma grande greve dos metalúrgicos do ABC paulista em maio de 1978. Essa greve, que projetou nacionalmente o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, marcou o nascimento do **novo sindicalismo**, surgido a partir das bases operárias e desvinculado dos sindicatos oficiais ligados ao Estado.

A crise econômica

Quando Geisel assumiu a presidência, os anos do “milagre econômico” haviam ficado para trás e o país começava a viver um longo período de crise econômica. O mundo inteiro sofrera, em finais de 1973, o impacto do aumento do preço do petróleo, determinado pelos países produtores. Essa crise do petróleo também atingiu profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do petróleo que consumia.

Apesar disso, o governo procurou evitar a recessão apostando no crescimento. O plano econômico elaborado pelo governo Geisel dava grande destaque ao papel do Estado como promotor do desenvolvimento. Em seu governo, empresas estatais como a Petrobrás, a Eletrobrás e a Embratel registraram grande crescimento. Isso gerou oposição de círculos empresariais privados, que criticavam o intervencionismo do Estado na política econômica e pediam a “desestatização” da economia.



Exilados políticos começam a voltar para o Brasil, principalmente a partir de 1975.

Os resultados da política econômica do governo Geisel são controversos, inclusive entre os economistas. O que se pode perceber com clareza é que fracassaram alguns projetos de grande porte, como a Ferrovia do Aço e o Programa Nuclear.

Em outras áreas, como nas indústrias de aço, alumínio e na produção de petróleo, o crescimento foi significativo. A economia manteve um índice de crescimento razoável, embora a inflação tenha se elevado e a dívida externa tenha crescido muito.

O último governo militar

Ernesto Geisel foi o único presidente do regime militar que conseguiu eleger o sucessor de sua preferência. O general João Figueiredo, chefe do SNI durante o governo Geisel, era um auxiliar afinado com o projeto de “abertura”.

Seu governo já se iniciou sem o AI-5. O bipartidarismo foi extinto. Surgiram novos partidos. Outra medida de grande importância foi a aprovação de um projeto de anistia política para os condenados por atos praticados contra o regime. Os responsáveis pela repressão aos presos políticos também foram perdoados, anistiados por essa medida.

No entanto, o governo Figueiredo teve seu início marcado por diversos atos terroristas de direita. Eram principalmente atentados a bomba contra pessoas e organizações ligadas à defesa da democracia e contra bancas de jornal que vendiam publicações de esquerda.

A escalada terrorista culminou no chamado **caso Riocentro**. Em 30 de abril de 1981, durante a realização de um festival de música no centro de convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, uma bomba explodiu acidentalmente em um carro ocupado por dois militares, matando um e ferindo gravemente o outro. A versão oficial distorceu os fatos, procurando caracterizar os dois militares como vítimas de um atentado, e não como terroristas.

Em tempo

Veja você como são frágeis as convicções democráticas e como é difícil o caminho para a democracia! O presidente Figueiredo, ao assumir o governo, fez um pronunciamento a favor da abertura política dizendo que “prendia e arrebatava” os que fossem contra a democracia. O episódio terrorista do Riocentro era a chance de ele cumprir sua ameaça.

Apesar desses eventos, a normalização política continuou, com a realização de eleições diretas para governador em 1982. A oposição venceu em diversos Estados. O crescimento da oposição culminou, em 1984, na campanha pelas “Diretas Já”. Milhões de brasileiros foram às ruas, em grandes manifestações, pedir que a eleição do próximo presidente da República fosse direta – e não, como até então ocorrera durante o regime militar, indireta, feita por um colégio eleitoral. Apesar da enorme mobilização popular, a proposta foi derrotada no Congresso.

O governo não conseguiu, no entanto, que seu candidato, Paulo Maluf, vencesse as eleições. Dissidentes do PDS, o novo partido do governo, formaram a **Frente Liberal**. Esta se uniu ao PMDB, o maior partido de oposição, criando a **Frente Democrática**. Seu candidato, o ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, foi o vitorioso. Chegava ao fim o regime militar.



Manifestação em apoio às eleições diretas para presidente, em 1984.

As duas últimas aulas trataram dos governos militares. Vimos de que forma a sociedade foi perdendo sua liberdade de manifestação política. Mas a sociedade persistia. Dava mostras de sua vitalidade na cultura, nas artes, na música. As próximas duas aulas levarão você a uma viagem pela cultura dos anos 60 e 70. Venha...

Últimas palavras

Exercício 1

Explique como o presidente Geisel desenvolveu a chamada “abertura política”.

Exercícios

Exercício 2

Caracterize o governo do presidente Figueiredo.



Da revolução política à revolução dos costumes

Abertura

*O morro não tem vez
e o que ele fez
já foi demais
Mas olhem bem vocês
quando derem vez ao morro
toda a cidade vai cantar.*

Este samba foi composto por Tom Jobim e Vinicius de Moraes na abertura da década de 1960. Muita coisa aconteceu naqueles anos. Houve uma grande reviravolta na nossa história política e cultural. Só para lembrar, ao longo dos anos 60 tivemos cinco presidentes: Jânio Quadros, João Goulart, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici. Entre Goulart e Castelo, um golpe de Estado inaugurou o regime militar.

Como andavam as idéias daqueles que, nesses anos, se dedicavam à arte e à cultura? Que diziam sua música, seu teatro, seu cinema? Quais eram suas preocupações? É isso o que esta aula vai mostrar.

Movimento

A arte engajada

Era no morro, como dizia a canção, que viviam aqueles que, quando tivessem vez, fariam a cidade cantar. Era hora de construir a nova sociedade revolucionária, que libertaria os oprimidos com a ajuda dos jovens estudantes e dos intelectuais. Era o tempo da **arte participante** e do **jovem engajado**. Como você sabe, **engajado** é aquele que se filia a uma causa e luta por ela. A grande causa, na época, era a de uma sociedade mais justa e igualitária.

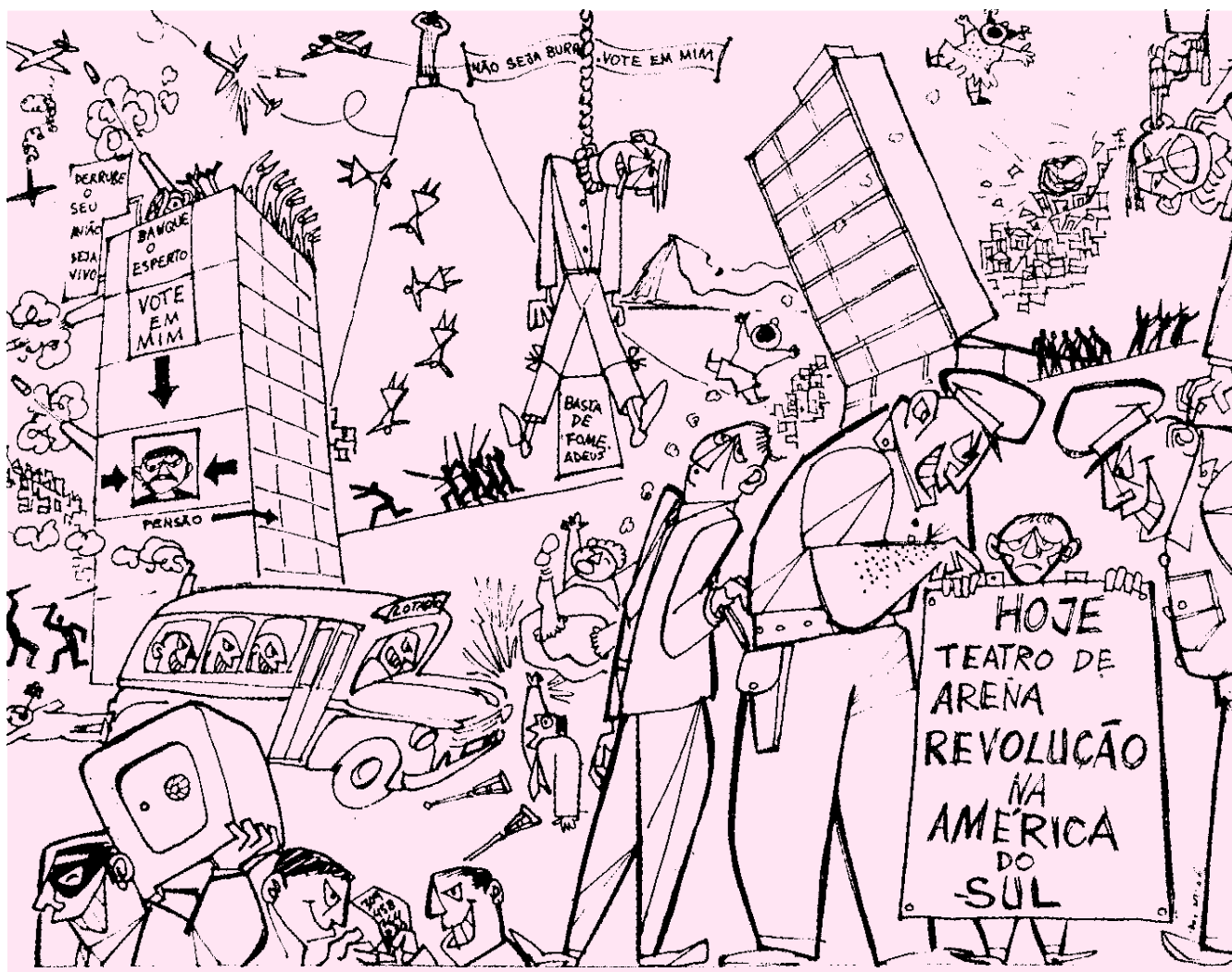
Você deve estar lembrado do jovem de 1950: rebelde, vaselina nos cabelos e jaqueta de couro. Montado na sua lambreta, ele era o **jovem transviado** que se dizia dono do seu próprio destino, desafiando a todos.

No final dos anos 50, essas idéias já não valiam mais. Agora, nos anos 60, o que valia era a imagem do jovem estudante responsável que queria mudar o país. Foi por meio da UNE (União Nacional dos Estudantes) e do CPC (Centro Popular de Cultura) que os jovens partiram para a ação política. O lema da UNE convocava: “A hora é de ação!” O trabalhador, fosse ele operário ou camponês, era o alvo principal desse projeto de “conscientização” sobre os problemas nacionais.

A educação era uma das preocupações centrais da época. Paulo Freire criou um método de baixo custo para alfabetizar adultos em 40 horas. Esse método começou a ser aplicado por todo o país com a ajuda da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), do MEB (Movimento de Educação de Base) e do MCP (Movimento de Cultura Popular).

A campanha dizia: “Educar para libertar”. Só depois que o povo soubesse ler e escrever é que poderia lutar pelos seus direitos. Por isso era necessário alfabetizar a população de acordo com as experiências do seu dia-a-dia. Em vez de ensinar que “vovó viu a uva”, os alfabetizadores do método Paulo Freire ensinavam as palavras **casa, comida, saúde e educação**.

Para o CPC, entraram jovens como Oduvaldo Viana Filho e Leon Hirszman, que receberam o apoio de outros tantos artistas e intelectuais como Ferreira Gullar, Carlos Lyra e Arnaldo Jabor. Eles produziram peças teatrais e shows musicais, editaram livros e revistas, realizaram o filme *Cinco vezes favela* dentro do espírito do cinema-verdade.



Para o pessoal do CPC, o importante era criar uma linguagem que pudesse ser compreendida pelas camadas populares e fazer com que elas aprendessem a lutar pelos seus direitos. A idéia era despertar uma “nova consciência popular”, pela denúncia do subdesenvolvimento e do imperialismo.

O golpe de 1964 evidentemente veio mudar esse quadro. A sede da UNE foi incendiada, o CPC foi fechado e a ação dos estudantes foi dificultada.

Ilustração do programa da peça *Revolução na América do Sul* de Augusto Boal.

Mas a idéia da arte engajada não morreu ali. Ela se manteve viva no Cinema Novo, no teatro, na música. Ainda em 1964 estreou o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Gláuber Rocha, enquanto a cantora estreante Maria Betânia soltava a voz no show *Opinião*:

*Podem me prender,
podem me bater,
podem até deixar-me sem comer,
que eu não mudo de opinião...*



Cena do filme
Deus e o Diabo na Terra do Sol.

Nem toda a juventude, porém, estava envolvida com o projeto revolucionário de mudar a sociedade brasileira. O programa *Jovem Guarda*, lançado em 1965 pela TV Record, também tinha o seu público garantido entre os jovens da classe média.

Diferentemente daquele grupo que se inspirava no regional, no sofrimento e na miséria do povo, a jovem guarda falava nos “carangos”, na garota “papo firme” que era “uma brasa, mora”!

Roberto Carlos, Wanderlêa e Erasmo Carlos estouravam nas paradas de sucesso com o iê-iê-iê. Em 1966, *Quero que vá tudo pro inferno* foi a música que mais tocou em todas as rádios do país. Era um outro jeito de a juventude expressar o seu sentimento de rebeldia e a vontade de quebrar alguns tabus... Na televisão, Chacrinha liderava os programas populares. Também faziam sucesso as telenovelas, como *O direito de nascer*.



Três flagrantes do programa *Jovem Guarda* da TV Record.

O tropicalismo a caminho

*Caminhando contra o vento,
sem lenço sem documento,
no sol de quase dezembro,
eu vou....
Eu abro uma Coca-Cola,
ela pensa em casamento...*

Em 1967, *Alegria, Alegria*, música de Caetano Veloso apresentada no III Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, com acompanhamento de guitarra elétrica – o que até então estava reservado à música “alienada” da Jovem Guarda –, já deixava perceber alguns traços do movimento tropicalista.

Repare só na letra. Ela mostra em rápidos *flashes* o que se passa com o personagem, as suas sensações e o seu jeito de olhar o mundo: desafio, despreocupação, despojamento, a Coca-Cola americana, a namorada que quer casar... São coisas e valores diferentes. A intenção é registrá-los, sem ensinar nada a ninguém.

Isso era o Tropicalismo. Desse movimento cultural participaram artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rogério Duprat, Hélio Oiticica, José Celso Martinez Correia e muitos outros. O público, para eles, não era mais um conjunto de pessoas que ficavam do lado de lá, só vendo e escutando o que acontecia no palco. Agora era a hora do **público participante**. O Tropicalismo lutava por uma **nova estética**, buscava um outro jeito de ser e de se expressar culturalmente. “A imaginação no poder!” “Abaixo a cultura de elite!”

O que os tropicalistas queriam dizer exatamente com essas palavras? A resposta é clara: eles eram contra a arte engajada e a estética revolucionária. Criticavam o tratamento paternalista dado ao público pelos artistas. Como acabar com a alienação, se já se dava tudo explicadinho ao povo? Se tudo já vinha explicado, o povo não podia pensar com a sua própria cabeça. Assim, a sua capacidade de imaginação e de pensamento não ia adiante.



Caetano Veloso
e Gal Costa.

Os tropicalistas também achavam que a mudança era necessária. Só que ela devia acontecer de uma outra maneira: não por meio da política, mas a partir da crítica dos comportamentos e dos costumes. Por isso eles se recusavam a ser “bons moços”, preferindo usar roupas coloridas, cabelos longos, e ter atitudes pouco convencionais.

Uma das coisas que o Tropicalismo mais criticava nos jovens revolucionários era a sua esperança exagerada no futuro. O importante era viver “o aqui e o agora”. Querer mudar o mundo, viver para a realização de um projeto futuro era considerado “caretice”, coisa de gente “quadrada”, conforme a expressão da época.

O final da década de 1960 foi marcado no mundo inteiro pela rebelião da juventude. O movimento *hippie* defendia a revolução individual, criticando os valores da sociedade tecnocrata. Em vez de brigar violentamente pelas suas idéias, os *hippies* diziam: “Faça amor, não faça a guerra”!

Em maio de 1968, em Paris, os jovens levantaram barricadas nas ruas. Eles diziam coisas como: “O sonho é realidade”, “É proibido proibir”...

Em 1969, surgiu no Rio de Janeiro o jornal *O Pasquim*, no qual colaboravam jornalistas e humoristas como Millôr Fernandes, Ziraldo, Jaguar, Paulo Francis e Henfil. Esse jornal foi muito importante na época, porque criou um novo estilo de comunicação. Seus editores conseguiam dizer o que queriam, mas não brigavam diretamente com o governo e as autoridades.

É bom lembrar que em dezembro de 1968 fora editado o AI-5, que dava ao governo controle total sobre a sociedade. Então, era muito difícil exercer o direito de crítica e a liberdade de pensamento. Tudo tinha de ser muito bem pensado antes de ser dito, pois o governo tinha o poder de censurar, proibir e reprimir.

A sociedade só podia recorrer ao poder da imaginação para escapar da censura. Por isso foi tão importante a comunicação por meio de imagens. Com humor e ironia, muitas idéias e valores foram transmitidos. Era também uma maneira de brincar com a situação política, cada vez mais tensa.

Em tempo

Veja só o que o *Jornal do Brasil* publicou no seu boletim meteorológico da primeira página no dia 14 de dezembro de 1968, quando noticiou a edição do AI-5: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. Máx.: 38°C em Brasília. Mín.: 3°C nas Laranjeiras.”

E do outro lado, na mesma página: “Ontem foi o dia dos cegos.”

Últimas palavras

Nesta aula vimos como a década de 1960 é importante para entendermos o nosso país de hoje. Vimos que amplos setores da sociedade estavam voltados para a questão da **mudança**. Os intelectuais engajados achavam que só uma revolução poderia mudar as coisas. Já o movimento tropicalista partia para a crítica de comportamentos como caminho para a mudança social. Vimos que o humor teve um papel importante na época: mesmo no interior de um regime militar autoritário e repressor, procurou burlar a censura e aliviar as tensões.

Na próxima aula, você verá que caminhos tomou a nossa vida cultural na década de 1970.

Exercícios

Exercício 1

Explique o lema da UNE nos anos 60: “A hora é de ação”.

Exercício 2

Caracterize o movimento tropicalista.

Ufanismo e repressão, indústria cultural e contracultura

*Derepente é aquela corrente pra frente,
parece que todo o Brasil deu a mão.
Todos ligados na mesma emoção,
tudo é um só coração.*

Abertura

Essa marchinha comemorava euforicamente o tricampeonato mundial de futebol conquistado pelo Brasil em 1970. A década começava com uma verdadeira onda de ufanismo que iria louvar o “milagre brasileiro” do crescimento econômico e da modernização.

Mas será que o Brasil estava mesmo todo de mãos dadas, batendo num só coração?

Não. Havia também os que estavam presos, perseguidos, ou que deixaram o país porque aqui não havia liberdade de expressão.

Vamos ver, nesta aula, o que as pessoas conseguiram “dizer” nesses anos que começaram sob a sombra do AI-5 e se encerraram com a esperança trazida pela anistia.



O império da censura

Movimento

O início da década de 1970 foi um momento de forte repressão política e endurecimento do regime militar. De um lado, a guerrilha rural e urbana, os seqüestros, os assaltos a bancos para obter fundos para os movimentos revolucionários; de outro, as prisões, a tortura, a morte e o exílio.

Grande parte dos intelectuais e artistas foi obrigada a abandonar o país. Passaram temporadas mais ou menos longas no exterior Oscar Niemeyer, Augusto Boal, Darcy Ribeiro, Glauber Rocha, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Paulo Freire... Foram os “anos de chumbo” de que falamos na Aula 36.

Você deve estar lembrado de como, no início da década de 1960, era forte a idéia de engajamento, e eram numerosas as manifestações de uma arte participante. Agora, a situação era outra.

Fortalecida pelo AI-5, a censura dificultava o exercício da vida cultural e política. Eram proibidos livros, peças de teatro, canções que defendessem idéias diferentes daquelas do regime militar. A apresentação do balé Bolshoi na televisão brasileira chegou a ser proibida porque o grupo era russo...

Talvez você conheça uma música de Chico Buarque de Holanda que diz:

*Acorda, amor.
Eu tive um pesadelo agora:
Sonhei que tinha gente lá fora,
Batendo no portão,
Que aflição!
Era a “dura”,
Numa muito escura viatura.
Minha nossa, santa criatura!
Chame, clame, chame, chame o ladrão, chame o ladrão!*

Chico Buarque mostra o medo que reinava dentro de cada um. A vida era vivida como um pesadelo, no qual o cidadão apavorado acabava pedindo socorro ao ladrão em vez de pedir à polícia. Era uma maneira bem-humorada de expressar uma situação política cada vez mais tensa. Mas, sobretudo, era uma forma inteligente de driblar a censura.

Buscando caminhos

Entre os extremos da marchinha ufanista e do drible à censura, o que aconteceu com a cultura brasileira nos anos 70? Houve quem falasse em **vazio cultural**. Realmente, não era mais possível identificar movimentos coerentes e com programas mais ou menos definidos, do tipo arte engajada, Tropicalismo e assim por diante. Mas isso não quer dizer que vários caminhos não estivessem sendo tentados.

Um desses caminhos foi o do investimento na **indústria cultural**, destinada a atingir o grande público e a criar um mercado de consumidores. Para alcançar esse objetivo, nada melhor que a televisão!

A **estética do subdesenvolvimento**, que marcara os anos 60, foi cedendo o lugar à magia visual da televisão. Sobretudo a partir de 1973, com a introdução da televisão em cores e a incorporação de uma tecnologia avançada, a TV Globo firmou o “padrão Globo de qualidade”, que iria se difundir por todo o país por meio de uma rede de integração nacional. Vem dos anos 70 o sucesso do *Jornal Nacional*, do *Fantástico*, das telenovelas...

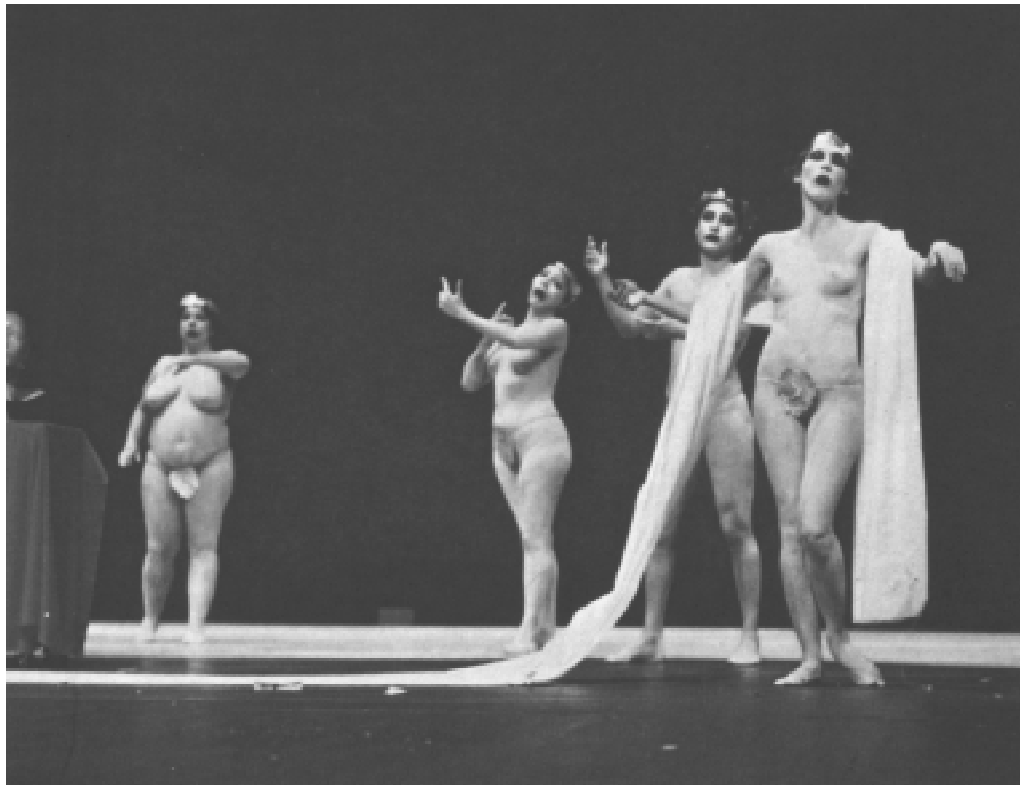
A década assistiu igualmente ao crescimento das gravadoras, das rádios, das editoras. O cinema também procurava entrar na era industrial e conquistar o público habituado às produções estrangeiras.

Muitos filmes importantes foram feitos com financiamento estatal por meio da Embrafilme, criada em 1975. *Dona Flor e seus dois maridos*, adaptação do romance de Jorge Amado dirigida pelo jovem cineasta Bruno Barreto, foi um sucesso de bilheteria e alcançou repercussão internacional.

Mas houve ainda outros caminhos. Houve aqueles que preferiram manifestações mais “artesanais”, mais “fora do sistema”, mais individuais.

Você está lembrado de que, na aula anterior, falamos no movimento *hippie* do final dos anos 60? Tendo se originado na mesma época, chegou aos anos 70 um movimento chamado de **contracultura**. Aqui no Brasil, como nos outros países, a contracultura procurava se opor à cultura oficial, valorizando aquelas manifestações que eram consideradas **marginais**. Foi sobretudo no teatro que a contracultura encontrou seu meio de expressão.

Em 1969, na virada da década, a produtora paulista Ruth Escobar montou *Cemitério de automóveis*, de Fernando Arrabal. Era uma peça surrealista e anárquica. No ano seguinte, foi a vez de *O balcão*, de Jean Genet, de grande impacto visual.



Cena da peça *teatral Macunaíma*, dirigida por Antunes Filho.

Enquanto isso, o Grupo Oficina encenava *Na selva das cidades*, de Brecht, questionando o sistema social e cultural vigente. A radicalização chegaria ao máximo com a montagem seguinte, da peça *Gracias Señor*, criação coletiva do grupo que conclamava a platéia à libertação do corpo e da mente. No Rio de Janeiro, a peça *Hoje é dia de rock*, de José Vicente, propunha a utopia e a liberdade individual.

Novos grupos iriam surgir ao longo da década, como o Asdrúbal Trouxe o Trombone, de 1975. Sua montagem de *Trate-me leão* falava dos caminhos e descaminhos da juventude.

Na literatura, os anos 70 foram a época dos poetas “marginais” e seus livrinhos mimeografados vendidos nas portas dos cinemas, dos teatros, nas mesas de bar. Torquato Neto, Wally Salomão, Chacal, Cacaso, Paulo Leminski e outros juntaram seus versos aos dos poetas mais velhos, que continuavam a produzir.

As memórias foram outro gênero que floresceu na época, a começar pelo *Baú de ossos* (1972), de Pedro Nava, até *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, que voltava do exílio e abria um filão de relatos da experiência da guerrilha.

Um outro traço característico da época foi a explosão da chamada **imprensa nanica**, em contraposição à grande imprensa. A marca dessas publicações era a irreverência, o humor e sátira de costumes.

O que se pode perceber de tudo isso é que a **revolução dos costumes** que começara nos anos 60 prosseguiu. Ela modificava os valores e a forma de pensar, sentir e viver.



Capas de publicações alternativas.

Últimas palavras

Por 21 anos, os militares estiveram no controle direto da política nacional. O Brasil de 1985 era muito diferente do de 1964. É verdade que houve um significativo desenvolvimento da infra-estrutura econômica nacional, fato sempre destacado pelos defensores do regime militar.

No entanto, a economia brasileira em 1985 apresentava problemas graves. Após duas décadas, a distribuição de renda no país havia piorado, aumentando o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Além disso, o país chegou ao final do regime militar com inflação em alta, aumento do desemprego e uma dívida externa recorde.

Além dos problemas na área econômica, a falta de democracia e a violenta repressão exercida contra todos aqueles que se opuseram ao regime militar desorganizaram a vida política do país. Deixaram feridas difíceis de cicatrizar na memória nacional.

Superar esse legado tornou-se o grande desafio para a nascente democracia brasileira. Ela teria de aprender a lidar com as diferenças, com os direitos civis, com a liberdade. Uma nova Constituição seria escrita. E, nela, teríamos de incluir a sociedade brasileira em todas as suas distinções, em toda a sua riqueza e variedade. É por onde passaremos no último ponto de nossa viagem.

Exercícios

Exercício 1

Caracterize a indústria cultural dos anos 70 no Brasil.

Exercício 2

Identifique características básicas da “contracultura”.



Módulo 14

Os desafios da nação democrática

A história política brasileira nos ensina que nossa democracia foi constantemente ameaçada. Os momentos de abertura, no entanto, trazem em seu colorido toda a vida que uma sociedade livre pode expressar.

Nosso último módulo traz um desses ricos momentos: aquele em que foram entregues à sociedade os destinos da política brasileira. Uma nova Constituição traduziria os novos caminhos que a sociedade exigia.

A “Constituição cidadã” é o tema deste nosso último encontro.

A redemocratização

Abertura

Em aulas anteriores, você acompanhou o processo de transição política pelo qual o Brasil retomou lentamente o caminho da democracia, após 21 anos de ditadura.

Você certamente deve se lembrar da expectativa que tomou conta do país no início de 1985 diante da doença do presidente eleito Tancredo Neves, e da consternação por sua morte, às vésperas de tomar posse. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, José Sarney, a quem coube fazer um **governo de transição**.

População segue cortejo por ocasião da morte de Tancredo Neves.



A transição democrática só terminou, no entanto, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a promulgação da nova Constituição de 1988 e a eleição presidencial de 1989.

Na aula de hoje você vai acompanhar a feitura da nova Constituição. Vai saber como ela mudou e ainda poderá mudar a nossa vida.

Vamos fazer uma pequena viagem ao mundo dos direitos e dos deveres, ao mundo das leis que um povo cria para tentar viver melhor, com paz e justiça. Uma viagem ao mundo da cidadania.

Movimento

As Constituições brasileiras

O que é uma Constituição? De que modo as leis influenciam o nosso dia-a-dia? O que significa viver num “regime constitucional”?

A Constituição é o mais importante conjunto de leis de um país, e por isso ela também é conhecida como a **Carta Magna** de uma nação. Na Constituição

da República Federativa do Brasil estão contidos os princípios, direitos e deveres fundamentais que regem a vida pública dos cidadãos brasileiros.

Assim como nos estatutos dos clubes e associações, todas as leis que estabelecem tudo aquilo que podemos e não podemos fazer são baseadas nas normas constitucionais.

Antes da Constituição de 1988 já haviam sido promulgadas seis Cartas Magnas em nosso país: uma durante o Império, em 1824, e cinco durante a República, em 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967. Tivemos também a Emenda Constitucional de 1969, que alterou a Carta de 1967 em vários aspectos essenciais.

Em geral, a elaboração de uma Constituição, em uma democracia, é atribuição de uma Assembléia Constituinte especialmente eleita pelo povo para tal finalidade. Esse princípio, contudo, nem sempre foi respeitado em nossa história, tão repleta de crises políticas.

Você deve estar lembrado de que, em 1937, Getúlio Vargas simplesmente “outorgou” (na verdade, impôs) a Constituição que viria a reger o Estado Novo. Assim também ocorreu com a Constituição de 1967, emendada em 1969, e que regiu nossa vida pública até 1988. Na verdade, ela foi imposta pelo regime militar, sem qualquer consulta ao povo ou a seus representantes.

Para retornar definitivamente à democracia era necessário, portanto, elaborar uma nova Constituição, que estabelecesse as regras para a convivência livre e democrática dos brasileiros. Uma nova Carta que fosse feita pelos representantes legítimos do povo.

Eleitos em novembro de 1986, os deputados e senadores constituintes iniciaram os trabalhos da Assembléia em 1º de fevereiro de 1987.

Começava então um rico período de debates e de movimentação política. Não apenas os parlamentares, mas também todos os setores organizados da sociedade civil, procuraram deixar no novo documento a marca de seus interesses e ideais.

Você sabe o que são “setores organizados” ou “grupos de pressão”? São qualquer forma de associação de pessoas que se juntam, se organizam para lutar por alguma causa, alguma idéia ou interesse. Assim, os sindicatos, as associações de moradores, até mesmo os condôminos de um prédio, podem ser exemplos de setores organizados.

Você faz parte, ou já fez parte, de algum grupo ou associação?

Use sua imaginação e pense: de que grupos você poderia participar para atingir um determinado fim? A que tipo de pessoas você poderia se associar, se precisasse?

Uma verdadeira caravana de pessoas, das mais diversas regiões, se dirigiu ao Congresso Nacional, em Brasília, para fazer valer os seus pontos de vista junto aos congressistas. Entre elas estavam empresários, sindicalistas, fazendeiros, lavradores, profissionais de todos os tipos, líderes religiosos e comunitários, e muitos outros.

Uma Constituição trata de todas as regras que orientam a vida em sociedade: as econômicas, as políticas, as educacionais, as sociais. Os deputados discutem todos os aspectos antes de votar o texto final.



Ulisses Guimarães ergue exemplar da Constituição Federal de 1988.

Pausa

Já pensou como são demorados os trabalhos?

Os trabalhos da Constituinte duraram cerca de 19 meses, durante os quais os parlamentares se dividiram em oito comissões e 24 subcomissões temáticas, cada uma responsável pela regulamentação de um tema diferente. Ao longo desse período, outras propostas de artigos, elaboradas não pelos parlamentares, mas diretamente por quaisquer cidadãos, foram incluídas no debate.

No dia 5 de outubro de 1988, num emocionante discurso à nação, em que procurava destacar os avanços que a Constituição trazia em matéria de direitos individuais e sociais, o deputado Ulisses Guimarães, que havia presidido os trabalhos da Assembléia Constituinte, saudou a promulgação da Carta Magna.

Em tempo

A Constituição mudou na sua elaboração (...), mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.

Com essas palavras, o deputado Ulisses Guimarães expressou os objetivos da nova Constituição, que chamou de “Constituição cidadã”.

A Constituição de 1988

A primeira parte da Constituição trata dos seus **princípios fundamentais**. Em 1988, pela primeira vez, declarou-se aí que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, quer dizer, uma nação de cidadãos iguais entre si e governados pelas mesmas leis.

Os fundamentos desse Estado são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. O poder se origina do povo e deve ser exercido por meio de representantes eleitos ou diretamente pelo povo, por meio de referendos e plebiscitos.

Essa parte da Constituição define também os objetivos fundamentais da nossa República: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, acabar com a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Uma vez estabelecidos os princípios fundamentais, passam a ser definidos pela nova Carta os **direitos e garantias fundamentais** dos cidadãos brasileiros. São definidas quatro categorias de direitos: individuais e coletivos, sociais, da nacionalidade e políticos. São arrolados também os preceitos que regem os partidos políticos.

Os brasileiros têm garantidos os seus direitos civis, ou seja, a igualdade perante a lei e o direito à justiça; os seus direitos sociais, que dizem respeito ao seu bem-estar e à participação na riqueza aqui produzida; e também os seus direitos políticos, quer dizer, a liberdade de cada um para manifestar seus pensamentos, candidatar-se e apoiar seus candidatos aos cargos públicos, e associar-se para defender seus pontos de vista e seus interesses.

A Constituição de 1988 ampliou os direitos de associação, sem intervenção do Estado. E o direito de voto foi igualmente estendido a um maior número de pessoas. Assim, mais brasileiros podem votar, e fica mais fácil se associar a outras pessoas para defender os seus interesses e as suas idéias.

Você sabia que só pela Constituição de 1934 as mulheres conquistaram o direito de votar?

Em tempo

Como você sabe, o Brasil é uma federação de Estados, e estes são divididos em municípios. Você vive num município, que faz parte de um Estado, que por sua vez compõe a federação.

A Constituição de 1988, na parte referente à **organização do Estado**, introduziu modificações importantes na organização da nossa federação. Os municípios ganharam maior autonomia, passando a se reger por leis orgânicas votadas por suas próprias Câmaras de vereadores.

Os impostos passaram a ter uma nova distribuição que beneficiou os Estados e municípios em detrimento da União, ou seja, do governo federal. Houve também uma nova distribuição de encargos entre os três níveis de governo, passando aos municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental, pela pré-escola e pela saúde.

Além disso, foram estabelecidos os princípios que deveriam nortear toda a administração pública, tanto no município quanto nos Estados e no governo federal: **legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade**. Assim, além de votar para os cargos de prefeito, governador, presidente, vereador, deputado e senador, você tem também o direito e o dever de cobrar deles o cumprimento de todos esses princípios.

De acordo com a nova Carta, o Brasil continua a ser presidencialista, isto é, governado por um presidente eleito pelo povo. E, segundo a parte da Constituição que trata da **organização dos poderes**, o Estado continua sendo dividido em três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O Poder Legislativo faz as leis que regulam o nosso dia-a-dia. O Executivo governa de acordo com essas leis e garante o cumprimento delas. O Judiciário interpreta o sentido das leis e determina a sua justa aplicação sempre que há conflito em torno delas.

Com a nova Constituição, o Poder Legislativo recuperou uma série de vantagens perdidas no período ditatorial. Além de fazer as leis, ele tem a missão de fiscalizar a administração realizada pelo Executivo.

Em tempo de eleição, os candidatos sempre fazem promessas. Algumas vezes essas promessas ou compromissos são razoáveis, quer dizer, se referem a coisas que os políticos podem realmente tentar realizar. Outras vezes, contudo, as promessas são totalmente irreais e impossíveis.

Assim, por exemplo, quando um candidato a vereador diz que vai acabar com a inflação, ele está obviamente mentindo. Essa é uma tarefa que dificilmente ele pode executar.

Levando em conta a divisão de responsabilidades entre o governo federal, os Estados e os municípios, e entre os poderes da República, imagine algumas tarefas diferentes que é justo esperar e cobrar dos diferentes ocupantes de cargos públicos.

Pausa

A **ordem econômica** foi um dos assuntos que mais polêmicas provocou ao longo dos trabalhos da Assembléia Constituinte.

Essa parte da nova Carta estabelece as normas e os princípios que regulam todas as atividades relativas ao trabalho e à produção dos bens que consumimos. Aqui se define o que é uma **empresa nacional**, quais as **funções sociais da**

propriedade e uma série de normas que regem o uso das riquezas mineiras do nosso território.

Na parte relativa à **ordem social**, os avanços da nova Constituição foram numerosos, embora ainda estejamos muito longe de poder ver as normas constitucionais em pleno vigor.

A ordem social é definida tendo por base o trabalho, e, como seu maior objetivo, o bem-estar e a justiça sociais. Essa é a parte da Constituição que dita as regras para a previdência social, a saúde e a assistência social. A nova Carta inovou estendendo esses direitos a todos os brasileiros, da cidade e do campo.

A saúde é declarada um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado. Criou-se o sistema único de saúde, que possui como atribuições, além do atendimento médico e hospitalar, o controle dos alimentos, do meio ambiente e o saneamento básico.

Já a previdência social se destina a garantir as aposentadorias e as pensões dos seus segurados. Com a nova Carta, foram ampliados os tipos de benefícios pagos pela previdência, e foi aberta a participação a qualquer contribuinte.

Quanto à assistência social, ela busca a proteção de todos os cidadãos mais carentes e incapazes de se prover, e não depende de contribuições.

Outra seção importante é a que trata da educação. O ensino é um direito de todos e um dever do Estado e da família. De acordo com a nova Carta, todos devem ter acesso à educação gratuita. A nova Constituição prevê também a elaboração periódica de um plano nacional de educação que promova a eliminação do analfabetismo e o aprimoramento da educação em todo o país.

A nova Carta é, portanto, um documento vasto, abrangente e polêmico, que regula praticamente toda a nossa vida social, e expressa assim os mais caros desejos da população brasileira.

Apesar dos seus erros e excessos, ela nos fornece uma base sólida de direitos e garantias fundamentais e de princípios democráticos que nos permitem construir uma nova ordem social, enfrentando os enormes desafios econômicos e sociais legados pelo passado mais ou menos recente.

Chegando até hoje

Com a promulgação da Constituição de 1988, estava aberta a campanha para a primeira eleição presidencial pelo voto direto após 29 anos. Isso mesmo. Desde 1960 o país não se mobilizava em torno de eleições presidenciais. Partidos e candidatos se apresentaram, e não foram poucos! Os principais concorrentes foram Ulisses Guimarães, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT);

Fernando Collor de Melo, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN); Aureliano Chaves, pelo Partido da Frente Liberal (PFL); Mário Covas, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Leonel Brizola, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); e Paulo Maluf, pelo Partido Democrático Social (PDS).

Pela nova Constituição, as eleições devem ser feitas em dois turnos, desde que nenhum candidato obtenha mais de 50% dos votos válidos no primeiro turno.

Manifestação
estudantil pelo
impeachment do
presidente Collor.



Em 1989, como ninguém conseguiu mais de 50% dos votos na primeira rodada da eleição, foram para o segundo turno os dois candidatos que obtiveram o maior número de votos no primeiro: Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva.

A disputa foi acirrada. A vitória coube a Fernando Collor, mas Lula obteve apenas quatro milhões de votos menos, em um eleitorado de aproximadamente 66 milhões.

O governo Collor se elegeu com a promessa de modernizar o país, garantir a democracia e defender os “descamisados”, ou seja, os despossuídos, os mais pobres. Porém, mais uma vez, os brasileiros tiveram de enfrentar as consequências das ações irregulares do governo. O governo Collor foi acusado de consentir no desvio e na apropriação privada de uma imensa quantidade de recursos públicos.

Imagine você! O mesmo governo que se elegeu para proteger os “descamisados” teve de responder à acusação de corrupção.

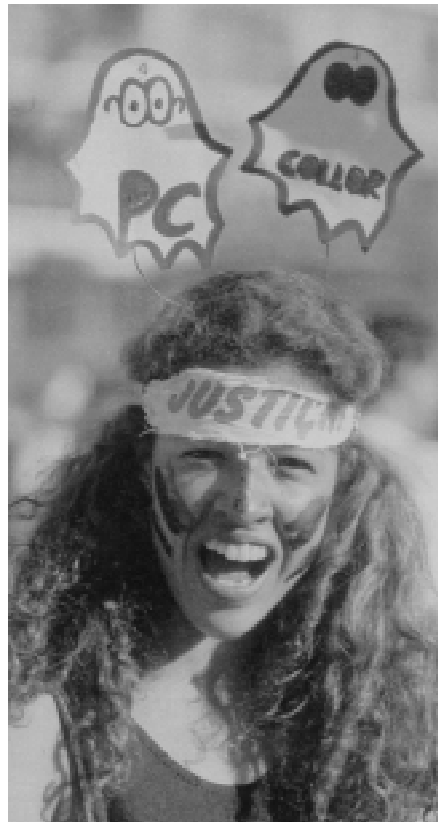
Para apurar as denúncias, foi criada no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O movimento das ruas, a pressão dos setores organizados e a ação da CPI resultaram no **impeachment** do presidente Collor.

Você sabe o que quer dizer **impeachment**?

Quer dizer impedimento. O presidente Collor foi impedido de permanecer na presidência da República. Isso ocorreu no segundo semestre de 1992, em pleno funcionamento das instituições democráticas.

Com o impedimento do presidente Collor e, de acordo com a Constituição, assumiu o governo o vice-presidente, Itamar Franco, que conduziu o país até as eleições diretas de 1994.

Novamente partidos e candidatos se apresentaram à nação. Os principais concorrentes foram Fernando Henrique Cardoso (PSDB); Luiz Inácio Lula da Silva (PT); Leonel Brizola (PDT) e Orestes Quércia (PMDB). Dessa vez, o candidato vencedor, Fernando Henrique Cardoso, conseguiu mais de 50% dos votos válidos logo no primeiro turno da eleição. Não houve, portanto, o segundo turno. Desde janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso governa o Brasil.



Os jovens cara-pintadas pelo **impeachment** do presidente Collor.

Nossa aventura pela história do Brasil chega ao seu ponto final. Não é a aventura de viajar que chega ao fim. É o roteiro que definimos que se conclui.

Mas, se a aventura não termina, por onde nos deve conduzir agora? Pela mais importante das viagens. Aquela que fazemos no presente. A que nos ensina o que somos, que direitos temos e em que sociedade queremos viver.

Um país que se permitiu conviver com três séculos de escravidão, uma sociedade que recentemente consentiu uma ditadura militar por 21 anos, uma nação que ainda olha sem a devida indignação para uma concentração tão brutal de renda tem muito o que aprender.

**Final
de viagem**

AULA
40

A nação precisa estar mais atenta às violências de cada dia, contra cada cidadão. Essa mensagem de vigilância permanente é o que os professores que escreveram estas aulas querem deixar para você.

Um país se faz com as diferenças, e não com a imposição do aceitável. Esta é a lição de todo dia.

Exercícios

Exercício 1

Releia a aula e explique o significa viver em um **regime constitucional**.

Exercício 2

Releia a aula e explique o que mudou na vida política brasileira com a Constituição de 1988.



Gabaritos das aulas 21 a 40

Aula 21 - “É dando que se recebe”

1. A política dos governadores representou um acordo entre o presidente da República e os governadores dos Estados. O primeiro, em troca de apoio político, garantiu ampla liberdade de ação aos governadores. Estes, fortalecidos, utilizaram-se da fraude e da violência física, entre outros métodos, para controlar a política dos seus Estados.
2. Alguns exemplos de resposta: Pacto oligárquico/Acordo entre as oligarquias / A política das oligarquias e dos coronéis.

Aula 22 - Estado e economia na Primeira República

1. A expansão cafeeira favoreceu o desenvolvimento industrial paulista porque estimulou a vinda de um grande número de imigrantes que serviram como mão-de-obra e mercado consumidor para a indústria; capitais investidos no café foram repassados à indústria; a infra-estrutura criada, em grande parte, pela economia cafeeira, foi fundamental para o desenvolvimento industrial no Estado de São Paulo.
2. A intervenção ocorreu em virtude da acentuada queda dos preços do café e da falta de uma política **protecionista** por parte do governo federal, muito mais preocupado em assegurar o equilíbrio financeiro do país.

Aula 23 - A formação da sociedade industrial brasileira

1. Divisão do trabalho, novos métodos de racionalização do trabalho, contrato de trabalho.
2. O movimento operário dividia-se em correntes revolucionárias e moderadas. Os anarquistas representaram a mais importante corrente revolucionária. Defendiam a supressão do Estado e de todas as formas de opressão política. Os moderados, muitas vezes denominados pejorativamente de “amarelos”, defendiam melhores condições de vida e trabalho e buscavam mais a negociação do que o confronto com o empresariado e o governo.

Aula 24 - Brasil: a nação revisitada

1. O autor critica a intelectualidade brasileira que, fascinada pela cultura francesa, não consegue enxergar as manifestações culturais brasileiras.
2. O modernismo defendia e valorizava a diversidade cultural brasileira.

Aula 25 - Os anos loucos: a crise da década de 1920

1. Foi um movimento político liderado por grupos oligárquicos de importantes Estados – Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco – criado para concorrer às eleições presidenciais de 1922 e combater o predomínio das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo
2. Os tenentes eram favoráveis ao fim das fraudes e da manipulação eleitoral. Defendiam a moralização das instituições políticas e um governo centralizado, capaz de resolver os graves problemas do país.

Aula 26 - As incertezas da democracia

1. Maior centralização política, com o fechamento do Congresso e o fortalecimento do Poder Executivo; nova política social baseada na organização e no controle do movimento sindical.
2.
 - 1ª Quadro internacional marcado pela crise das instituições liberais e fortalecimento das propostas autoritárias e totalitárias.
 - 2ª As elites brasileiras ficaram assustadas com a revolta comunista de 1935. Getúlio Vargas aproveitou-se disso para fortalecer o seu governo e dar o golpe que instaurou a ditadura no país, com amplo apoio de lideranças militares e políticas.

Aula 27 - A nova centralização: o Estado Novo - I

1. Para Vargas, o regime democrático era uma farsa a serviço das minorias; além disso, segundo ele, a livre competição entre os partidos enfraquecia e dividia o país.
2. A máquina de propaganda criada pelo governo foi fundamental para construir a imagem de Vargas como grande líder nacional. Além disso, o governo tomou uma série de iniciativas no campo social, como a legislação trabalhista, que reforçou a imagem de Vargas como “pai dos pobres”.

Aula 28 - A nova centralização: o Estado Novo - II

1. Desde o início dos conflitos, o governo brasileiro procurou não se envolver: manteve relações diplomáticas com os dois lados. A entrada dos Estados Unidos na guerra, no entanto, obrigou o governo brasileiro a sair da confortável posição de neutralidade que até então mantinha. As pressões externas e internas tornaram-se cada vez maiores. O bombardeio de navios brasileiros, em julho/agosto de 1942, foi o estopim para o ingresso do Brasil na guerra, ao lado dos aliados e contra o Eixo.
2. A participação das tropas brasileiras na guerra contra as ditaduras nazi-fascistas desgastou a ditadura varguista. O governo começou a se isolar e tentou liderar uma transição para a democracia. Suas manobras não deram certo, e Vargas foi derrubado em outubro de 1945.

Aula 29 - A ordem liberal-democrática

1. No plano internacional, os anos do pós-guerra foram marcados pela ascensão do comunismo na Europa e em outras partes do mundo. O combate ao comunismo passou a ser tarefa primordial do governo norte-americano. Surgiu a **Guerra Fria**, confronto político-ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética. O governo Dutra logo tratou de mostrar de que lado estava: adotou uma política externa de alinhamento ao governo norte-americano. Essa política se relacionava ao interesse do governo brasileiro de preservar e ampliar as relações políticas e econômicas com o país líder do bloco ocidental na luta contra o comunismo. Ao mesmo tempo, tratou também de adotar uma política de caráter repressivo aos movimentos trabalhistas influenciados pela ação do PCB. Foi, portanto, nesse contexto de radicalização política externa e interna que o governo brasileiro tomou medidas como o rompimento de relações com a URSS e a cassação do PCB.
2. O governo Dutra adotou um conjunto de medidas baseadas no liberalismo econômico, tais como: controle dos gastos públicos e ampliação das importações como forma de combater o aumento da taxa de inflação.

Aula 30 - O Estado na dianteira: intervencionismo e desenvolvimento no segundo governo Vargas

1. As duas primeiras propostas defendiam o apoio do Estado à industrialização brasileira. A proposta desenvolvimentista via com bons olhos o ingresso de capitais e empresas estrangeiras. Já a proposta nacionalista defendia fundamentalmente o capital nacional. Os liberais não concordavam que o Estado deveria planejar e subsidiar a industrialização. Defendiam que a indústria deveria crescer com seus próprios recursos.
2. Em linhas gerais, pode-se dizer que um modelo autárquico de desenvolvimento é aquele preocupado em atender autonomamente a todas as necessidades econômicas de um país. O segundo governo Vargas criou uma série de empresas e ampliou a intervenção estatal na economia. Essas medidas tiveram por objetivo, entre outros, reduzir a influência externa em nosso desenvolvimento econômico. O modelo autárquico tende a ver com desconfiança a presença maciça de capitais externos em determinados setores econômicos considerados estratégicos (energia, comunicações).

Aula 31 - O suicídio de Vargas e a carta-testamento

1. A oposição civil e militar desconfiava que, a qualquer momento, Vargas poderia se utilizar do seu prestígio junto aos trabalhadores para promover um golpe semelhante ao que instaurou o Estado Novo em 1937.
2. Apesar da crise, Vargas era um político popular. O seu suicídio abalou a opinião pública. A carta-testamento o coloca como vítima de uma conspiração que envolvia grupos nacionais e internacionais. Ele era o herói que se sacrificou pelo seu povo. Além disso, as inúmeras leis sociais colocadas em vigor em seus governos fortaleceram muito sua imagem de “pai dos pobres”.

Aula 32 - O nacional-desenvolvimentismo

1. Juscelino Kubitschek contou com apoio maciço no Congresso Nacional. Para isso, tratou de garantir pastas em seu ministério para os partidos que o

elegeram – o PSD e o PTB. JK procurou também não desagradar aos militares. Garantiu melhores equipamentos e aumentos salariais às Forças Armadas.

2. Muita coisa mudou no Brasil nos anos JK. Para começar, pode-se dizer que ocorreu uma mudança no clima político do país. Após o drama da morte de Vargas, a sociedade brasileira viveu anos de otimismo e esperança. Houve, também, uma importante alteração na relação do governo federal com as instituições políticas e com os meios de comunicação. JK conseguiu dialogar com as instituições e garantir plena liberdade de expressão. Finalmente, ocorreu uma importante mudança no perfil da nossa economia. O país ingressou em uma nova fase industrial e passou a contar com uma economia mais moderna e diversificada.

Aula 33 - Sociedade e cultura nos anos dourados

1. Um estilo de vida baseado na moderna sociedade norte-americana. O rádio, as revistas e a televisão divulgavam a imagem de um homem e de uma mulher ativos, com uma vida marcada pelo conforto e pela praticidade. Vive-se a era dos eletrodomésticos e do automóvel. Tecnologia e progresso andam de mãos dadas. O jovem é apresentado como alguém de personalidade, livre de compromissos e rebelde.
2. Resgate e valorização da cultura popular. Estabelecer relações entre a cultura popular brasileira e movimentos culturais de outras partes do mundo, particularmente da Europa e dos EUA.

Aula 34 - Os anos radicais: o governo Jânio Quadros

1. Foi uma nova orientação na política externa brasileira. Representou o abandono da política de alinhamento com o governo norte-americano. Teve por objetivo inserir o país de uma outra maneira no panorama internacional. Para isso, o governo procurou aproximar-se de países de diferentes ideologias. Foram reatadas as relações com a URSS.
2. Entre outras, podem ser citadas: a falta de apoio dos grandes partidos no Congresso Nacional; o crescente isolamento político que o presidente passou a sofrer muito em função das crescentes críticas que setores conservadores desencadearam à **política externa independente** e, também, à sua orientação política interna personalista e autoritária.

Aula 35 - Os anos radicais: o governo João Goulart

1. O governo João Goulart tinha por objetivo imediato debelar a inflação e retomar o crescimento econômico. Em uma perspectiva de longo prazo, o governo acreditava que o país somente resolveria seus principais problemas econômicos se fossem adotadas mudanças de caráter estrutural: as reformas de base. Se estas fossem implementadas, o país ampliaria o seu mercado interno, o que favoreceria a expansão industrial.
2. O governo de João Goulart, no final de 1963 e nos primeiros meses de 1964, encontrava-se em meio a um intenso bombardeio político. De um lado, forças políticas nacionalistas e de esquerda, com apoio nos sindicatos e no movimento estudantil, exigiam a imediata aprovação e aplicação das reformas de base. Essas medidas vinham sendo sistematicamente barradas no Congresso, de

maioria conservadora. De outro lado, grupos políticos conservadores, com apoio de setores empresariais, de profissionais liberais e de militares, afastavam-se cada vez mais do governo, que consideravam fraco e incapaz de solucionar a crise política e econômica. O resultado de tudo isso foi a radicalização política por parte do governo – o que contribuiu para a sua queda, em março de 1964.

Aula 36 - O regime militar - I

1. Para os militares, o país vivia um momento de guerra revolucionária. As instituições democráticas haviam, até aquele momento, se mostrado incapazes de derrotar a “subversão”. Apenas um governo forte seria capaz de vencer a crescente ameaça comunista.
2. Alguns exemplos de resposta: “Sob a égide do AI-5”; “Ditadura militar”; “Repressão e luta armada”.

Aula 37 - O regime militar - II

1. O governo do presidente Geisel promoveu uma “lenta e segura” abertura política. Medidas de caráter liberal, como maior liberdade de expressão, foram acompanhadas de medidas de caráter repressivo, como o fechamento do Congresso e a cassação de parlamentares da oposição. Mesmo promovendo uma lenta distensão política, o governo enfrentou sérios problemas com a “linha dura”. A estratégia do governo foi afastá-la dos principais centros de decisão. A eleição do general Figueiredo, comprometido com a liberalização política, garantiu a continuidade da abertura. O presidente Geisel extinguiu o AI-5.
2. O governo Figueiredo foi marcado pelas idas e vindas do “projeto de abertura política”. Os presos políticos foram libertados e anistiados. Assegurou-se maior liberdade partidária. Criou-se um clima favorável ao retorno da democracia. Foram promovidas, depois de 17 anos, eleições diretas para os governos dos Estados. Mas os anos do governo Figueiredo também foram de tensão política. Terroristas de direita promoveram atentados com o intuito de impedir a continuidade da abertura. O governo manteve impunes esses atentados. No final do seu mandato, o governo procurou, mais uma vez, controlar a sucessão. Para isso, tratou de impedir a vitória da emenda que transformava as eleições presidenciais em eleições diretas. A derrota da campanha das “Diretas Já” abriu caminho para a constituição de uma frente política liderada pela candidatura de Tancredo Neves, que permitiu, pela primeira vez, a vitória de um candidato de oposição no Colégio Eleitoral.

Aula 38 - Da revolução política à revolução dos costumes

1. A União Nacional dos Estudantes defendia o engajamento dos jovens no processo de transformações políticas que o país estava vivendo naquele começo da década de 1960. A UNE defendia a existência de uma cultura engajada, voltada para as massas populares.
2. Foi um movimento cultural da segunda metade dos anos 60 que defendia uma nova estética, livre dos compromissos políticos da arte engajada. Os tropicalistas acreditavam que as mudanças no país deveriam passar pela revolução dos costumes e do comportamento.

Aula 39 - Ufanismo e repressão, indústria cultural e contracultura

1. Nos primeiros anos da década de 1970 a economia brasileira cresceu rapidamente. Era o tempo do “milagre econômico”. Naquele momento, ganhou força a **produção cultural voltada para as grandes massas**. O grande veículo de comunicação era a televisão. A TV em cores colocava no ar as maravilhas do mundo moderno. A indústria fonográfica, muitas vezes acompanhando a televisão, também teve uma enorme expansão. Já a indústria cinematográfica, mesmo contando com o apoio do governo federal, por meio da Embrafilme, encontrou dificuldades para se firmar como veículo de comunicação de massa.
2. A contracultura foi um movimento cultural de combate à cultura oficial. Opunha-se à sociedade de consumo e à indústria cultural. Defendia a arte marginal, a liberdade individual e a radicalização política.

Aula 40 - A redemocratização

1. Um regime constitucional é aquele em que os cidadãos vivem sob a proteção de uma lei fundamental que estabelece os princípios e regras básicas de uma determinada sociedade. Em um regime ditatorial, o respeito aos direitos individuais e coletivos fica a critério dos detentores do poder.
2. A promulgação da Constituição, em 1988, representou o término de uma longa transição política, iniciada no começo do governo Geisel, em 1974. O país passava agora a contar com instrumentos legais democráticos, fundamentais para o enfrentamento dos nossos graves problemas sociais. A Constituição de 1988 valorizou a participação política. Ampliou o direito de voto, garantindo esse direito para o analfabeto e para os jovens maiores de 16 anos. Permitiu ampla liberdade partidária. Ampliou a autonomia dos Estados e municípios. Fortaleceu o poder Legislativo. Não foi por acaso, portanto, que o presidente da Constituinte – o deputado Ulisses Guimarães – a denominou Constituição cidadã.

